

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Kíssila Teixeira Mendes

“Se essa rua falasse”: uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua

Juiz de Fora

2018

Kíssila Teixeira Mendes

“Se essa rua falasse”: uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Orientador: Doutor Telmo Mota Ronzani

Coorientador: Doutor Fernando Santana de Paiva

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mendes, Kíssila Teixeira .

"Se essa rua falasse": : uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua. /

Kíssila Teixeira Mendes. -- 2018.

181 p.

Orientador: Telmo Mota Ronzani

Coorientador: Fernando Santana de Paiva

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2018.

1. população em situação de rua. 2. drogas. 3. estigma. 4. pobreza. I. Ronzani, Telmo Mota, orient. II. Paiva, Fernando Santana de, coorient. III. Título.

Kíssila Teixeira Mendes

“Se essa rua falasse”: uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Telmo Mota Ronzani - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Verônica Morais Ximenes

Universidade Federal do Ceará

Dedico este trabalho aos “ninguéns”, que não têm endereço, mas possuem nome, sobrenome e histórias únicas que tornaram esse trabalho possível. Que minha profissão seja meio para que as histórias desses homens e mulheres sejam ouvidas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, pela confiança depositada em mim, em meus projetos e em que eu acredito. Pelo suporte, de todas as formas que a palavra possa ter, e pela força de caráter e dignidade que me inspira.

À minha mãe, pela sua força e presença de sempre e por abrir mão de suas conquistas pelas minhas.

Aos meus familiares, pelos momentos de compreensão e não compreensão, de leveza e também os difíceis. Tais momentos me fazem perceber que não estou sozinha.

Ao meu orientador, Telmo Ronzani, pela oportunidade e pela confiança depositada em mim, o que fez com que o processo de construção do trabalho fosse leve, sem abrir mão da troca, do suporte e da preservação da minha autonomia.

Ao meu coorientador, Fernando Santana, por ser um exemplo e presença durante toda minha trajetória acadêmica, desde a graduação, o que hoje reverbera também em uma amizade e nos bons momentos compartilhados.

Aos membros da banca: Verônica Ximenes, por ser uma grande inspiração dentro da Psicologia; e Paulo Fraga, por, desde minha graduação em Ciências Sociais, me dar possibilidades de novas descobertas. Obrigada pela disponibilidade e por contribuírem de maneira inestimável para esse trabalho.

À todas e todos os meus professores, desde sempre, que impactaram nas minhas escolhas e concepções atuais e fizeram despertar em mim a admiração e o respeito à docência.

A todos os meus amigos, por fazerem que todo o percurso fosse mais prazeroso, pela compreensão das ausências, pelas trocas de afetos e angústias. Agradeço em especial aos companheiros Victor e Luiza.

Aos amigos da Psicologia, aos quais cito Amata, Mariana, Nicole e Pedro, que o momento do Mestrado possibilitou aproximar ainda mais, pelo aprendizado diário, pelo convívio e pela possibilidade de acreditar, mesmo em meio a tantas conturbações, no afeto enquanto meio de uma verdadeira revolução.

Ao Grupo de Pesquisa Martin-Baró, pela construção conjunta e constante de um saber comprometido, e por ser um momento de alívio nas semanas mais difíceis.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, meu “lugar preferido no mundo”, a qual uso o nome para agradecer à oportunidade de acesso, ainda negada a tantos. Mais do que conhecimento, a Universidade é local de sonhos e de mudanças. Por isso, agradeço a todas as oportunidades tidas: à graduação, ao intercâmbio, às possibilidades de pesquisa e extensão e agora ao Mestrado. Hoje, mais do que nunca, a defesa pela universidade pública e de qualidade se faz urgente!

Ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF, pela recepção e suporte.

Aos alunos com quem convivi durante os estágios de docência, pela paciência, recepção e experiência desafiadora somente possível na prática.

À AMAC e à Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora, por permitirem minha inserção no campo.

Aos serviços Centro Pop e Consultório na Rua, por me receberem de forma aberta e honesta, sendo essenciais para minha compreensão do campo e da realidade. Neste último, agradeço em especial à psicóloga Tatiana, pelas trocas possibilitadas.

Ao Hospital Ana Nery: à equipe multiprofissional, pelo crédito destinado mim e por me ensinarem no cotidiano. E, fundamentalmente, aos “pacientes” que, em momentos difíceis, por mim passaram e me confiaram partes importantes de suas vidas. Eles me fazem ter a certeza de que a realidade de pobreza e desigualdade impacta no que chamamos de saúde mental e nas formas como ela é tratada. Essa experiência profissional me faz questionar diariamente sobre minhas concepções, sobre a dureza da realidade concreta e sobre as políticas de saúde mental e de saúde pública brasileira. A luta é diária e contínua!

À CAPES, pela bolsa de Mestrado concedida.

À FAPEMIG, pelo fomento ao trabalho.

“As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

A presente dissertação possui como objetivo compreender a percepção do processo de estigmatização em usuários de álcool e outras drogas em situação de rua na cidade de Juiz de Fora (MG). Para tal, utilizou-se de metodologia de inspiração etnográfica que contou com período de observação participante seguido da realização de entrevistas semiestruturadas baseadas no método de histórias de vida. A realização da pesquisa permitiu ainda alcançar os objetivos específicos de: compreender as experiências de estigmatização em relação às trajetórias de vulnerabilidade; verificar as estratégias empregadas no enfrentamento dos estigmas; e compreender a relação entre o uso de drogas e a condição de rua. O trabalho está estruturado em cinco capítulos. Os três primeiros debatem teoricamente questões relacionadas às categorias principais do trabalho: pobreza, situação de rua, drogas e estigma. Os dois capítulos seguintes apresentam em detalhes o método utilizado e os resultados e discussões. Assim, a partir de uma análise calcada na historicidade e na relação entre fatores estruturais e individuais, chega-se a reflexões importantes que indicam, entre outras considerações: trajetórias de vida conformadas na pobreza; temáticas como droga, religião, família, trabalho e consumo enquanto fundamentais nestas trajetórias; culpabilização de si e concomitante individualização das questões; e a reprodução de valores liberais, estigmatizantes e moralizantes por meio desta população. Nesse sentido, visto que a população em situação de rua expõe os próprios limites societários do capital, mudanças estruturais, bem como um debate sério sobre as políticas de drogas e políticas públicas e sociais, se fazem necessários.

Palavras-chave: População em situação de rua. Drogas. Estigma. Pobreza.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to understand the perception of the stigmatization process in alcohol and other drugs users in the homeless at city of Juiz de Fora (MG). For this, ethnographic inspiration methodology was used, with a participant observation period followed by semi-structured interviews based on the life story method. The realization of the research also allowed to reach the specific objectives of: understanding the experiences of stigmatization in relation to the trajectories of vulnerability; to check the strategies used to deal with the stigmas; and understand the relationship between drug use and street condition. The work is structured in five chapters. The first three theoretically discuss questions related to the main categories of work: poverty, street situation, drugs and stigma. The following two chapters detail the method used and the results and discussions. Thus, from an analysis based on the historicity and the relationship between structural and individual factors, one arrives at important reflections that indicate, among other considerations: life trajectories conformed in poverty; themes as drugs, religion, family, work and consumption as fundamental in these trajectories; self-blame and concomitant individualization of problems; and the reproduction of liberal, stigmatizing and moralizing values by means of this population. In this sense, whereas the homeless exposes the societal limits of capital, structural changes, as well as a serious debate about drug policies and public and social policies, are necessary.

Keywords: Homeless. Drugs. Stigma. Poverty.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. Pobreza: entre teorias e realidades	16
1.1. Pobreza e Questão Social: apontamentos teóricos	16
1.2. Contextualizando o cenário de pobreza na América Latina e no Brasil	26
1.3. Pobreza e Psicologia: uma abordagem psicossocial (o que a Psicologia tem com isso?)	31
CAPÍTULO 2. População em situação de rua: os mais pobres entre os pobres	41
2.1. Afinal, de quem estamos falando? – Gênese e características da PSR	41
2.2. Dados censitários, políticas públicas e PSR: respostas do Estado às contradições e mazelas do capitalismo	49
2.3. Estigma relacionado à PSR	59
CAPÍTULO 3. Novas roupagens de um velho problema – Drogas, pobreza e situação de rua	66
3.1. Guerras às drogas, criminalização da pobreza e (não) direito à cidade	66
3.2. O uso de drogas na rua	79
CAPÍTULO 4. Percurso metodológico	83
4.1. Objetivos	83
4.2. O Campo	83
4.2.1. A realidade local	83
4.2.2. Primeiros informantes e território	87
4.3. As etapas da pesquisa	90
4.3.1. A observação participante	90
4.3.1.1. De onde vim e como cheguei até aqui – dados do diário de campo	93
4.3.2. As entrevistas (a fala como instrumento)	113
4.3.2.1. Como foram elaboradas e por quê?	113
4.3.2.2. Participantes das entrevistas	116
4.3.2.2.1. Quem são os meus seis informantes?	117
4.3.2.3. Análise dos dados transcritos	120
4.4. Formalização no Comitê de Ética	120
4.5. Riscos	121

CAPÍTULO 5. Resultados e discussões: uma tentativa de compreensão	122
5.1. A rua como testemunha da existência: cotidiano de pobreza, drogas e o processo de estigmatização como mediação	122
5.2. Eu no mundo: o trabalho enquanto valor principal e a reprodução de valores moralistas e estigmatizantes. Ainda assim, sonham	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	162
ANEXO.....	170

INTRODUÇÃO

A utopia está no horizonte

A presente dissertação, que objetiva compreender o processo de estigmatização em usuários de álcool e outras drogas em situação de rua, nasce de um interesse e de uma trajetória pessoal e acadêmica em uma ciência comprometida com a realidade brasileira e com os processos de pobreza e desigualdade social - como uma utopia que nos fortalece para continuar caminhando. Assim, mesmo que o estudo com a população em situação de rua - os mais pobres entre os pobres – fosse uma temática nova em meu percurso, não me soou estranha. Isso porque, embora estudos acadêmicos e as políticas públicas tenham se voltado ao tema na última década, sobretudo por este constituir um incômodo nas grandes cidades, ainda se trata de uma população negligenciada. Sendo assim, mais do que uma escolha temática, tratou-se antes de uma opção acerca de minhas concepções de homem, de sociedade e de mundo. Logo, uma escolha posicionada.

As categorias iniciais pensadas para a análise – estigma, pobreza e drogas - se mostraram mais complexas, sobretudo a partir da entrada no campo, e, talvez por isso, a Psicologia se mostrou insuficiente para a análise. Fez-se necessário a mobilização de outras áreas de saber, tais como as Ciências Sociais, a Criminologia e o Serviço Social. Estas também não surgem por acaso, e foram pensadas de acordo com as necessidades abarcadas e em consonância com o referencial teórico seguido. Muita desta complexidade encontrada se justifica, não só pelo próprio objeto de pesquisa, mas também pelo método e pelo tempo em campo, que possibilitaram uma aproximação capaz de perceber mais nuances. Por isso, também a parte teórica e conceitual, que constitui o primeiro momento da dissertação, ocupa parte considerável dela. Apresento brevemente a divisão dos capítulos a seguir.

No capítulo 1, intitulado “Pobreza: entre teorias e realidades”, são debatidas as diferentes teorias que tentam dar conta da realidade de pobreza e desigualdade, com ênfase para o contexto latino americano e brasileiro, explicitando o caráter múltiplo e contraditório dessas perspectivas. Por isso mesmo, a necessidade de compreender tais visões a partir de uma perspectiva histórica e em consonância com o contexto. A pobreza é aqui, então, compreendida enquanto intrínseca e necessária ao capitalismo e enquanto expressão máxima da questão social. Assim, as “soluções” – mesmo as políticas sociais, se dentro do mesmo modo de produção, tornam-se paliativas. Temáticas como “exclusão” e trabalho também são debatidas. Nesse cenário, é imperioso questionarmos sobre o papel da Psicologia, visto que a concretude da miséria gera impactos identitários e subjetivos.

O segundo capítulo – População em situação de rua: os mais pobres entre os pobres, traz elementos censitários a nível nacional e local sobre tal população, caracterizações desta e busca analisar criticamente as políticas públicas. Dessa forma, conclui que a população em situação de rua é expressão radical da questão social e que as trajetórias de vulnerabilidades, anteriores à ida para a rua, são visíveis, sobretudo, com a precarização do trabalho. Novamente, uma análise histórica de fez necessária para compreender a gênese da questão, que se mostra profundamente articulada ao desenvolvimento do capitalismo e ao desenvolvimento urbano e industrial. No caso do Brasil, ainda, os processos de favelização e de população de rua estão ligados ao processo escravocrata e as formas de lidar com a questão, também historicamente, são via repressão e higienismos. Além deste trato, visível e concreto, temos ainda o estigma, que aparece como forma de status social que conduz à vergonha e à humilhação e se constitui como um elemento importante na equação das opressões e dominações.

Por isso, no capítulo 3, onde proponho trabalhar as temáticas drogas, pobreza e situação de rua, se inicia com o debate em torno de como o discurso de guerra às drogas, localizado em determinado contexto e tempo histórico, se baseia em vieses individualizantes e punitivistas, sobretudo, voltados às classes subalternas da sociedade. Assim, os processos de criminalização da pobreza e de não direito à cidade possuem como função o controle destas classes dos meios de produção e do trabalho desqualificado. São debatidos, ainda nesse capítulo, políticas públicas voltadas para o uso e abuso de substâncias e sobre como esse uso impacta no cotidiano da população em situação de rua e nas formas de conformações dos centros urbanos. Isso porque, embora reconheçamos que há uma relação econômica fetichista em torno da droga na rua, é inegável que esta é elemento importante na trajetória de vida de muitas destas pessoas. E por conta da representação social do usuário de drogas esse uso traz sofrimentos incalculáveis. Além disso, o uso de drogas assimila ao estigma de morador de rua ainda mais problemas, deixando claro que também as drogas estão associadas ao debate classista, visto que é importante se considerar quem usa, onde e quando se usa.

Sendo assim, baseado ainda na complexidade das questões colocadas no debate teórico, apresento o percurso metodológico, que se baseia em uma metodologia qualitativa que visa a apreensão da realidade social. São apresentados os objetivos, o campo e a realidade local e as etapas da pesquisa, que é constituída por observação participante e por entrevista. Aqui, exponho ainda relatos do diário de campo, cujo material é também afetivo, e, posteriormente apresento os informantes e o detalhamento da construção dos roteiros de entrevistas, baseados no método de história de vida, visto que há uma relação entre estas histórias, que são únicas, e conformação de uma identidade social sobre as pessoas em situação de rua.

Após a análise das entrevistas ficaram estabelecidas sete famílias de categorias com o total de trinta e seis categorias. Entretanto, a partir da ideia de um movimento constante entre individual e social, macro e microestrutura, que permeou todo o trabalho, tais categorias foram discutidas de forma contínua – sem divisão pelas famílias de categorias - na última parte da dissertação, destinada aos resultados e discussões. Estes foram divididos em dois grandes tópicos que versam sobre as determinadas temáticas: histórias de vida; família; religião; cotidiano na rua; estigma; uso de drogas; trabalho; reprodução de valores estigmatizantes e moralizantes; percepção sobre o momento político e econômico atual; e sonho/projetos de vida. Tais temáticas foram debatidas com o resgate de elementos da discussão teórica anteriormente realizada, além de novos debates conforme a realidade concreta demandou. Por último, as considerações finais, que sintetizam os resultados e discussões apresentadas, com apontamentos possíveis para a realidade que a mim se apresentou.

O trabalho se justifica, pois, dado o estado da arte da temática, os sujeitos em situação de rua vivenciam experiências de opressão e, portanto, encontram-se em condição desigual no tocante ao de vivenciar direitos humanos fundamentais. Além disso, o uso e abuso de drogas apresenta-se como elemento frequente e associado à situação de rua e contribui para aumentar o grau de vulnerabilidade e marginalização. Neste sentido, a partir de uma realidade conformada em meio à pobreza e sua gestão contemporânea via a adoção de políticas governamentais punitivas, se torna imperioso nos questionarmos em que medida os estigmas relacionados à pobreza e ao uso de drogas podem se articular e se conformarem como vetores que dificultam o processo de constituição de uma vida autônoma em sujeitos em situação de rua que são usuários de drogas. Por isso, a proposta de se compreender o processo de estigmatização em usuários de álcool e outras drogas em situação de rua visa também entender a relação

entre o uso de drogas e a condição de rua bem como os desafios específicos na prevenção e tratamento do uso nesse contexto.

Além disso, ao tratar de relações históricas e políticas, o trabalho se torna relevante ao abordar a população em situação de rua, questão social que não pode ser ignorada na sociedade contemporânea. Assim, visa desnaturalizar questões arraigadas e aprofundar o estudo na área, desconstruindo narrativas que permeiam o cotidiano das cidades, sobretudo por se tratar de um estudo baseado nas próprias falas das pessoas em situação de rua. Isso porque, a partir das perspectivas dos frequentadores da rua é possível compreender as ações governamentais, partindo do princípio de que as estas são vividas e simbolizadas pelas pessoas as quais se destinam. A partir da fala das pessoas aparecem não só aspectos estigmatizantes antes mencionados, mas também a diminuição do sujeito exclusivamente ao uso da droga. Assim, o objetivo do trabalho é também o de superar o lugar institucionalizado desses sujeitos. Além disso, pesquisas com perfil etnográfico nesses contextos marginais permitem uma etnografia da própria realidade macroestrutural, sendo essas margens necessárias, paradoxalmente, à manutenção do próprio Estado.

Capítulo 1 - Pobreza: entre teorias e realidades

Os estudos sobre pobreza adquiriram historicamente caráter múltiplo e contraditório. Fruto de uma desigualdade estrutural inerente ao capitalismo e produto de um determinado tempo histórico, a pobreza passa a ser expressão máxima da questão social. A fim de localizar tais debates, o presente capítulo é dividido em três tópicos: no primeiro, são realizados apontamentos teóricos sobre pobreza e questão social; no segundo, é contextualizada a realidade de pobreza latino americana e brasileira; e no terceiro, por sua vez, há uma localização crítica sobre a produção de estudos no campo da Psicologia acerca desta temática.

1.1. Pobreza e Questão Social: apontamentos teóricos

O conceito de pobreza, como antes advertido, possui diversas concepções não consensuais. O primeiro deles é o de pobreza relativa e absoluta: enquanto a última diz respeito ao mínimo vital para se viver, a primeira se refere às necessidades referentes ao contexto e parte do ponto de que o mínimo vital é tido por todos (Rocha, 2006), ou seja, considera a pobreza como fenômeno multidimensional e verifica, para além do mínimo para consumo privado, necessidades relacionadas ao acesso a serviços como transporte, educação, água e luz, entre outros. A concepção de pobreza absoluta sofre ataques por seu teor estritamente biológico e por não ser possível estabelecer o critério alimentar como absoluto, pois mesmo a quantidade mínima de nutrientes que uma pessoa necessita é dependente de fatores ambientais e sociais, como clima e trabalho. Além disso, dados meramente estatísticos tendem a tornar a população homogênea apagando suas diferenças locais e individuais (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012).

O conceito de pobreza relativa, por sua vez, evidencia a interdependência entre estruturas sociais e institucionais, bem como amplia a análise a fatores como contexto social e padrão de vida. Sendo assim, “ser pobre significa, portanto, não poder obter determinados produtos ou condições, e isto mantém o sujeito distante da possibilidade

de ocupar determinados papéis sociais esperados dele enquanto membro da sociedade” (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012, p.538). Entretanto, a definição puramente relativista e que exclui a renda como fator importante pode ser perigosa, se radicalizada, ao não conseguir mais definir a pobreza e esta deixa de existir enquanto importante ponto analítico.

Porém, fundamentalmente pelo fato de os estudos sobre pobreza surgirem dos países ricos, o critério de mínimo vital passou a ser substituído pelo de renda (sendo nítido o papel das trocas mercantis enquanto medida básica). Dessa forma, foi estabelecido um valor monetário médio para suprimento das necessidades. Se tratando das necessidades nutricionais, somente, estabeleceu-se a linha da indigência (ou pobreza extrema); e se tratando de necessidades mais amplas, como de habitação e vestuário, a linha de pobreza. Tal concepção também é problemática, tanto por questões relativistas (por não possibilitarem a comparação entre países com realidades diferentes), quanto por esbarrarem em uma discussão maior, que é a sobre a distribuição de renda (Rocha, 2006).

A partir da década de 1970, a concepção predominante foi a de necessidades básicas, abandonando o critério exclusivo de renda e considerando outras necessidades como educação, saneamento e habitação. Tal concepção é um marco, pois foi adotada por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) visando estabelecer resultados e objetivos em termos de qualidade de vida. Houve um esforço entre as décadas de 1970 e 1980 para a criação de um indicador social sintético que avaliasse tais objetivos, havendo consenso somente na década de 1990 como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baseado na aritmética de três aspectos: a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB per capita. Porém, o índice ainda é deficitário por não captar as nuances da desigualdade e nem considerar as diferenças socioeconômicas dos diferentes países (Rocha, 2006).

Há ainda que se questionar a forma como essas agências internacionais tratam da pobreza. Desde a década de 1980 o FMI pauta condições e ajustes a seus países “clientes”. Ou seja, para emprestar dinheiro, orienta como determinadas políticas devem ser estruturadas, e essa orientação segue padrões internacionais que nada consideram sobre as realidades locais. Assim, os Estados endividados passaram por reformas estimuladas por agências como o BM e o FMI e a se pautarem pela lógica do capital (e a do emprego), perdendo autonomia para gerenciar suas políticas. Além disso, o BM passou também a ditar reformas nas áreas de saúde e educação: além da ideia de Estado mínimo, o ideal de equidade passa a ser questionado. A ideia era que, se os serviços sociais de má qualidade não atendiam a quem mais precisava deles - os pobres-, logo esses serviços públicos deveriam ser destinados somente a essa população. A classe média, por sua vez, adere aos serviços privados e o sucateamento dos serviços públicos é visto como natural, bem como tais serviços tidos como um favor: “assim, o Estado neoliberal¹ constrói uma faceta assistencialista como contrapartida de um mercado livre, e o BM pode se vangloriar de suas políticas com face humana, que ensinam a lutar contra a pobreza” (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012, p.542).

Com o aumento da desigualdade e desmonte das políticas a partir de uma lógica de minimização do Estado e de reestruturação do capital, surge o Terceiro Setor, caracterizado, sobretudo pelas organizações não governamentais para ocupar o papel (até então do Estado) de provedor das políticas públicas. Embora esses financiamentos venham dos governos, de forma direta ou indireta (a partir de impostos de empresas privadas), a ideia de livre competição ocupou também espaço na “comercialização do sofrimento humano” (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012, p. 543). A pobreza passa a ser objeto de lucro e, logo, sua manutenção também. Além disso, passa a ser vista como

¹ Segundo Soares (2001), o Neoliberalismo se caracteriza pela desregulamentação dos mercados, pela abertura comercial e financeira, pela privatização do setor público e pela modificação do papel Estado. As reformas estruturais neoliberais foram ampliadas mundialmente a partir da década de 1980, forçadas, sobretudo, por órgãos de financiamento como o Banco Central e o FMI e trouxeram como custos sociais primordiais o agravamento das desigualdades e a exclusão com relação ao mercado de trabalho.

algo isolado, distante, não universal e constituinte (e necessária) à manutenção de uma suposta ordem social e a “docilizar” essa camada da população.

A renda e o consumo, graças à monetarização da economia, continuam sendo, assim, as formas primordiais de mensuração da pobreza e, inclusive, evidenciam os valores societários desse tempo histórico. Dessa forma, o trabalho com o conceito de pobreza, é normativo, pois implica em dizer sobre o que é aceito ou não em uma sociedade em determinado momento histórico: ou ainda, sobre o que seria uma “vida minimamente digna” (Comim, Porto Jr., Moura Jr. & Bagolin, 2016, p. 17). Assim, qual a diferença da pobreza da sociedade capitalista para as outras? Em uma sociedade de escassez, onde não há, de fato, bens para que todos supram suas necessidades, a acumulação de riqueza de alguns (vista pelos liberais como necessária para o desenvolvimento das forças produtivas) só é possível por meio da desigualdade “natural” de classes. Essa é a característica das sociedades pré-capitalistas. Porém, na sociedade capitalista a pobreza não se dá por conta da escassez: “quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital). Assim, não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos) que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa” (Montaño, 2012, p.279).

Fica evidente, assim, que as concepções hegemônicas sobre pobreza são orientadas por interesses do capital e por cada fase do capitalismo. Dessa forma, cria-se um cenário pessimista, onde qualquer forma de enfrentamento à pobreza baseada nos princípios do mercado (fornecimento de bens e serviços) é paliativa visto que não se trata de um problema de distribuição e sim do lugar que os sujeitos ocupam no processo de produção. As medidas de “combate à pobreza” no capitalismo (por meio, fundamentalmente, da inserção ao consumo), dessa forma, ampliam a própria pobreza

ao fortalecerem os processos de acumulação capitalista (Montaño, 2012), vislumbrando o consumo como única possibilidade de aceitação social:

Eles (os pobres) passam a perceber que as apropriações materiais ou simbólicas os levam a ‘fazer parte’ do todo, finalmente correspondendo adequadamente ao que a sociedade cria a cada instante. Esse sistema inclui para excluir, ou seja, para manter os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência, e são levados a nunca alcançarem a satisfação mercadológica, pois o mercado protela a noção de perfeição - amanhã sempre terá outro produto mais moderno sendo criado para ser consumido! (Bertini, 2014, p. 61).

A compreensão de pobreza enquanto intrínseca à desigualdade conduz ainda a conceitos complexos, como ao de exclusão e questão social. Montaño (2012) salienta ainda que pobreza e miséria passam a ser consideradas como expressões da questão social (Montaño, 2012). O termo “questão social” começa a ser usado a partir da separação positivista entre social e econômico, que naturaliza ambos, tornando-os a-históricos. Esse movimento de separação tem origem nas revoluções liberais de 1830-48 que evidenciaram a perda do caráter crítico revolucionário da burguesia, sobretudo, por ignorarem o papel da luta de classes para o estudo das relações sociais pela Economia. A Sociologia surge nesse contexto como ciência capaz de visar a questão social em separado da questão econômica. Dai, como consequência, a questão social passa a ser encarada “não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletivos setores por elas atingidos” (Montaño, 2012, p.272).

Assim, no pensamento burguês, a miséria estaria atribuída a três fatores (que não se diferem dos que atualmente ainda são associados) ligados a limites culturais, individuais e psicológicos: 1) déficit educativo; 2) problemas de planejamento orçamentário e familiar; 3) problemas de ordem moral e comportamental. O tratamento

para tais fatores, dessa forma, estaria associado à filantropia e à educação burguesa (na Inglaterra, a Lei dos Pobres, do século XVII, reforça tal concepção). Porém, o ideário liberal, pautado ainda na teoria populacional malthusiana, passa, ainda nesse período, a culpabilizar a filantropia como perpetuadora da pobreza sob o argumento de que o beneficiário se acomodaria em sua posição e, logo, não sairia desta dita condição. A pobreza passa a ser dividida entre pobres e trabalhadores (ou integrados e desintegrados), sendo aos primeiros destinada a criminalização e a identificação de marginal (Montaño, 2012).

A expansão capitalista, o modelo fordista e a ampliação das lutas trabalhistas, porém, fazem surgir novas formas de incorporação da classe trabalhadora, sendo o Estado um ator principal para institucionalização de conflitos. Trata-se do capitalismo monopolista do Estado de Bem-Estar Social. Assim, a questão social se transfere para a área política e passa a ser enfrentada de forma sistemática e segmentada (esta última característica, ainda como no liberalismo clássico) por políticas estatais a partir da compreensão de que a pobreza é consequência do subdesenvolvimento, ou seja, por um problema de distribuição:

...com o desenvolvimento das forças produtivas (ou, na interpretação keynesiana, em função do ainda insuficiente desenvolvimento), um contingente da população fica excluído do mercado de trabalho, e ao não poder vender sua força de trabalho, não tem fonte de renda que lhe permita adquirir no mercado bens e serviços. Para enfrentar esse hiato, segundo Keynes, o Estado deve passar a intervir em dois sentidos: (a) responder a algumas necessidades (carências)/demandas dessa população carente; (b) criar as condições para a produção e o consumo, incentivando a uma contenção do desemprego ou uma transferência de renda (seguridade social e políticas sociais). Promove-se o chamado “círculo virtuoso” fordista-keynesiano. (Montaño, 2012, p.275)

A pobreza no contexto neoliberal e atual crise do capital, porém, adquire (não tão) novas formas, oriundas das últimas duas apresentadas: a intervenção estatal é minimizada, focalizada, e financiada, basicamente, pela perda de direitos dos

trabalhadores, como por meio das (tão atuais) reformas previdenciárias e trabalhistas. Mais uma vez, a pobreza ganha enfoque individual e voltam à cena as figuras da filantropia, além do debate do terceiro setor, da filantropia empresarial e do voluntariado. Os serviços sociais passam a ser lucrativos. Embora o problema continue sendo visto como de distribuição, há uma diferença, pois, a pobreza passa a ser agora encarada como um problema de déficit de oferta de bens e serviços: “em lugar de estimular o consumo (com ações redistributivas), o Estado deve estimular o capital a investir, garantindo e preservando o lucro frente às flutuações do mercado, particularmente em contexto de crise” (Montaño, 2012, p.277).

É nesse contexto, pós anos 1990, com o ápice das grandes crises do século XX (crises do Estado providência, crise do trabalho e crise do sujeito), que a temática da exclusão, que passa a ser protagonista dos debates, sinalizando as novas restrições do mundo do trabalho e as transformações econômicas da época. Surge o conceito de nova pobreza, nos países desenvolvidos, para designar aqueles que, nesse período, são expulsos do mercado de trabalho e os jovens que não conseguem nele ingressar (Wanderley, 1999). Entretanto, Montaño (2012), ao caracterizar a pobreza como expressão da questão social cuja gênese está na relação de produção capitalista e na exploração do trabalho pelo capital, afirma que definições como a de nova pobreza servem para desvincular tal relação (que não tem nada de nova).

Sobre o trabalho, Marx (1983) já definia sua importância como condição de existência do homem, fundamentalmente por mediar sua relação com a natureza. No modo de produção capitalista, entretanto, o valor da mercadoria (matéria prima transformada pelo trabalho que é elo de relação no sistema capitalista) é dado exatamente pela força e tempo de trabalho nela despendido. A partir do momento em que todo trabalho pode ser decomposto em tempo, ele se torna mercadoria especial, pois

é a partir do maior ou menor investimento na força de trabalho que se obtém a mais valia.

O trabalho, dessa forma, aparece com um significado importante e que tem implicações diretas no campo subjetivo. Isso porque, as expectativas sociais de produção e consumo no contexto capitalista são fatores cruciais. E no contexto de pobreza os trabalhos precarizados aparecem como principais e “revelam lugares sociais difíceis de ocupar” (Accorsi & Scarparo, 2016, p.77), sobretudo por conta do preconceito, da estigmatização e de um sistema que define lugares sociais possíveis. O trabalho aparece ainda como lugar de socialização e também como possibilidade de superação da condição de pobreza. A condição de trabalhador honesto está ligada à conduta desejada, demonstrando o alinhamento entre expectativa social e projetos pessoais, que incluem, além do trabalho honesto, o comprometimento individual e a responsabilidade.

Porém, a ideia de inclusão difundida na sociedade capitalista se dá para além do mero trabalho, e sim pela capacidade de consumo: “o outro é cidadão produtivo, com poder de consumo, atento à aparência pessoal, capaz de comprar roupas, tratar da higiene pessoal e cuidar da saúde bucal” (Accorsi & Scarparo, 2016, p. 68). O conceito de fetiche da mercadoria (Marx, 1983) aparece para demonstrar a inversão ocorrida quando os produtos do trabalho são transformados em mercadoria, onde as relações sociais entre os homens assumem uma “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 1983, p. 71).

Assim, o discurso de igualdade jurídica se torna característica da sociedade capitalista (contratual) e permite a redução da força de trabalho em mercadoria, separada da pessoa do trabalhador. Entretanto, na ideia de contrato livre, não há proteção, sendo o mercado o controlador das vidas, sendo que sua capacidade de

reivindicação e poder político também são regulados pelo momento econômico local. Se pensarmos o momento político e econômico atual do país, vemos como os trabalhadores estão sujeitos a esse discurso: “sua situação piora, os fatores propriamente de classe de suas necessidades e reivindicações sociais são sobrepujados por urgências de sobrevivência, por necessidades imediatas, por angústias e aflições” (Martins, 2002, p. 28).

Entretanto, não só os períodos de crise evidenciam o conflito do trabalhador: o próprio desenvolvimento do capitalismo tende a, pela substituição do trabalho por recursos tecnológicos, excluir ciclicamente um grande contingente de trabalhadores, agravando problemas cujo custo social, por sua vez, passam a ser responsabilidade do indivíduo e/ou de sua família. A categoria de “excluído”, porém, não adquire sentido de classe social como outrora constituíram os operários, por exemplo. Trata-se de um discurso incorporado (momentaneamente) ao sistema para definir aqueles diferentes de si e “é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação” (Martins, 2002, p. 30). Isso porque, não parte da concepção de transformação social, e sim da de que os integrados na sociedade de consumo são o ideal a ser conquistado. Porém, as mudanças sociais que diluíram a identidade de trabalhador pela de excluído deve também ser pensada em razão de suas consequências, como a desmobilização de classe e extremo de coisificação de pessoa:

... eles são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo. Quando muito, são trabalhadores dos setores secundários e irrelevantes da produção. Por isso são excluídos. [...] excluídos das possibilidades de fazer História. Não podem fazer uma greve, isto é, não podem recusar o trabalho, pois ninguém quer o seu trabalho e quando o quer há muito mais gente querendo trabalhar do que gente querendo oferecer-lhes trabalho. [...] Diferente de quem trabalha e é vital para o processo de

reprodução ampliada do capital. São descartáveis. (Martins, 2012, p. 35)

Exclusão se torna, então, um conceito controverso e pouco preciso e, por isso, a preocupação em aprimorá-lo ou, se não for possível, não o utilizar. Isso porque, grande parte das análises trata exclusão como sinônimo de pobreza, não enfatizando a injustiça social e, além disso, segundo Netto (2011), pensar somente através dessas categorias, reduz a questão social do capitalismo à mera condição de acesso. A exclusão, então, só pode ser compreendida pela dialética exclusão/inclusão, que inverte a ideia de inclusão social enquanto adaptação e culpabilização do indivíduo (Sawaia, 1999a).

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica em um caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (Sawaia, 1999a, p.8).

Torna-se necessário, então, compreender o porquê do uso desse conceito (de excluído) e não mais do de pobre, trabalhador ou marginalizado, conceitos que historicamente explicaram a ordenação do capitalismo. Há na década de 1990 uma rotulação da exclusão como explicativa de todos os problemas da sociedade. As políticas de base neoliberais dessa época visavam adequação ao necessário para a reprodução capitalista. Assim, “a palavra exclusão não é nova. A sociedade capitalista nasce com excluídos; é sua máxima respeitar o mercado, desenraizando e brutalizando a todos - essa é sua regra estruturante - para depois incluir, segundo sua própria lógica (Véras, 1999, p. 40)”. As esferas do consumo, dessa forma, fazem o indivíduo se sentir incluído subjetivamente, mesmo que seja “excluído” em diversas outras categorias.

Assim, a conceituação de pobreza encontra-se em oposição dialética à riqueza, evidenciando os conflitos de classe. A perversidade do capitalismo é expressa exatamente no fato de que o aumento da riqueza é dependente justamente do aumento

também da pobreza, como nos mostra a realidade de desenvolvimento econômico dos países latino americanos (Guzzo, 2016). A pobreza surge, então, como “evidência concreta das desigualdades sociais” (Guzzo, 2016, p.149) e, por isso, deve ser entendida como produto de um determinado tempo histórico e de contingências políticas e econômicas. Exatamente por ser uma condição histórica, não se deve perder de vista seu enfrentamento estrutural, que pressupõe a socialização da riqueza produzida. Para além da necessária leitura que leve em consideração a crítica ao capitalismo, faz-se fundamental compreender ainda que este forja subjetividades e que a pobreza gera sofrimentos específicos em uma sociedade de consumo e de valorização da acumulação.

1.2. Contextualizando o cenário de pobreza na América Latina e no Brasil

Em relação ao contexto latino-americano um breve quadro ilustrativo se faz necessário. Em relatório, até então inédito, da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a realidade das cidades latino americanas, publicado em 2012 (ONU-HABITAT, 2012) é retratada a realidade de desigualdade associada à intensa urbanização da região. Além de verificar a realidade no interior de cada país, há também a comparação entre eles. Entre os inúmeros dados apresentados na pesquisa, vale ressaltar que a região é uma das mais urbanizadas do mundo, mas também uma das menos populosas em relação ao seu território.

O contexto sócio econômico aponta para a emergência de grandes potências econômicas regionais em consonância a discursos de enfrentamento à pobreza, bem como avanços significativos de governabilidade em áreas como, por exemplo, participação feminina, democratização e descentralização. Em contraponto, os desafios apontados pelo relatório indicam a persistência da desigualdade. As cidades latino americanas, assim, são classificadas como divididas e duais. Além disso, a expansão espacial das cidades se dá de forma maior do que o crescimento demográfico, o que

gera como consequências segregação social, baixa infraestrutura e acesso a serviços e degradação do meio ambiente. A região apresenta ainda altos índices de violência e insegurança, o que contribui para a baixa coesão social. O relatório aponta ainda problemas graves no que diz respeito à saneamento básico, mobilidade urbana, moradia, e gestão de riscos.

Além disso, embora a renda per capita tenha triplicado desde 1970, a pobreza em toda a América Latina atinge 180 milhões de habitantes da região (ou 33%). No Brasil, o percentual é de 22%. Porém, a desigualdade na distribuição aparece como dado mais agravante. Os 20% mais ricos têm uma média de renda per capita quase 20 vezes superior à renda dos 20% mais pobres, convertendo a região na mais desigual do mundo. No Caribe encontram-se os extremos, com a maior renda da região em um de seus arquipélagos, e a mais baixa no Haiti. Na América do Sul, a Argentina tem uma renda média per capita sete vezes mais alta que o Paraguai, enquanto a Venezuela quase quintuplica a renda por habitante em relação à Bolívia. Há ainda a centralização de produção de recursos, sendo que as 40 principais cidades na América Latina são responsáveis por gerar um PIB anual equivalente a um terço do total da região. Entre elas, apenas São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires e Rio de Janeiro, juntas, respondem por metade deste valor. No Brasil, a realidade não é diferente, já que São Paulo reúne 10% da população brasileira e produz 15% do PIB nacional. A repartição do PIB na região também é bastante desigual: 32% da geração de riqueza corresponde ao Brasil, 25% ao México, 21% aos países do Cone Sul, 16% aos do arco andino-equatorial, 5% à América Central e 1% ao Caribe 2012 (ONU-HABITAT, 2012).

Fica evidente, dessa forma, que a realidade da América Latina é ilustrativa da pobreza e da perpetuação da concentração de renda que merece ser contextualizada historicamente. A realidade de opressão e pobreza tem raízes na colonização, no regime

escravocrata e nos sistemas de monoculturas latifundiárias, com a construção de “modelos societários baseados na violência, na marginalização dos povos nativos, na restrição de movimentos populares e libertários” (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2016, p. 90), fato perpetuado por ainda mais tempo com os regimes militares do século XX.

Tomaremos como ponto histórico de referência para análise da pobreza no Brasil, porém, o século XX até os dias atuais. O processo de modernização acentuou a fragmentação social e desigualdades com o crescimento dos centros urbanos, sendo os pobres responsabilizados pelos problemas do país e a pobreza tida como fruto da mestiçagem, do clima tropical e da desorganização social (Moura, Ximenes & Sarriera, 2014). A urbanização no Brasil faz surgir o conceito de marginalidade social, entretanto, posteriormente, com a análise das contradições capitalistas, passa-se a ver esse contingente como engrenagem produtiva necessária ao sistema (Véras, 1999).

Na década de 1960, fundamentalmente pelo movimento da Teologia da Libertação da Igreja Católica nos contextos ditatoriais, os pobres passam a ser vistos como necessitados de intervenções e há o fortalecimento de movimentos sociais populares (Moura, Ximenes & Sarriera, 2014). Os anos 1970, porém, marcam, a partir da percepção de que o crescimento econômico não gerava melhora nos índices de desigualdade, uma preocupação com questões relacionadas à pobreza em nível internacional. Logo, havia um desencontro entre desenvolvimento econômico e social cuja solução de contenção de protestos perante essa realidade social, nos países pobres, seria possível somente a partir de sistemas políticos repressivos (Martins, 2012).

Será no contexto ditatorial que, no Brasil, as políticas de combate à pobreza e à fome encontram seu auge no desenvolvimento econômico da década de 1970, período em que houve o maior crescimento demográfico brasileiro e maior metropolização, havendo o início de uma clara distinção entre núcleo e periferia. Utilizando como padrão o critério de insuficiência de renda e as linhas de pobreza, observa-se, apesar das

limitações metodológicas, que no período de 1970 a 1980, no chamado milagre econômico, há uma queda do número de pobres (porém, com um aumento da concentração de renda), que oscila na década de 1980 (chegando a cerca de 30% da população no final dessa década) (Rocha, 2006).

É importante salientar, porém, como o dito milagre econômico propôs falsas soluções que visavam controlar a vida política dos trabalhadores, bem como retirar direitos por meio de arrocho salarial. Esse período foi acompanhado pela acumulação do capital, pela desvalorização do trabalho e pelo ajustamento do país ao liberalismo econômico e à economia globalizada (Martins, 2012). Já em 1980 (considerada a década perdida), o debate se dá para além da mera marginalização, com a influência da abertura democrática, das lutas sociais, com ênfase para as questões de segregação urbana e territórios (Véras, 1999).

É somente com o fim do regime militar, entretanto, que se discute a pobreza com enfoque estrutural e não mais caritativo. Com a Constituição de 1988, a pobreza passa a ser preocupação central para o Estado. Tal concepção tem influência das campanhas anteriores de combate à fome, como a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, de Herbert de Souza, o Betinho (Moura, Ximenes & Sarriera, 2014). Nos anos 1990, o debate sobre “exclusão” passa a ser multifacetado e a se afastar do critério exclusivamente de renda e trabalho, passando a pensar também sobre o desmonte do Estado de Bem-Estar Social (Véras, 1999). A década de 1990, em especial, merece ser vista de perto por conta de seu cenário de crise, inflação e estagnação econômica. A partir de 1996 até o fim da década não se observa redução da pobreza absoluta, por sua vez, vinculada a um discurso de crise, dessa vez cambial (Rocha, 2006). Notadamente, períodos de crise acarretam no crescimento da pobreza, o que nos leva a pensá-la enquanto “estrutural e intrínseca” (Montaño, 2012, p.281), necessária ao desenvolvimento do capitalismo e ao refinamento das formas de opressão e exploração.

Com o avanço de ideários neoliberais também nos anos 1990, a pobreza continua a ser encarada como natural à modernização, sem um debate estrutural, e deslocada para a esfera da filantropia, novamente. Tal realidade contribuiu ao aprofundamento da miséria, do desemprego e das relações precarizadas de trabalho (Moura, Ximenes & Sarriera, 2014). O pensamento neoliberal influencia também na formação do pensamento social. Muitos dos discursos, sejam do Estado ou não, que se dizem para redução da miséria, são pouco eficientes e contribuem para a naturalização da situação de pobreza (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012).

Segundo Moura, Ximenes e Sarriera (2014) as políticas voltadas à pobreza (bem como as representações sociais dos próprios governantes) continuam a partir de um foco que responsabiliza o indivíduo por sua condição e a ter como critério de análise e determinação somente o fator monetário e de transferência de renda mínima. Por isso, as políticas de Assistência Social na América Latina ainda são híbridas, no sentido de estarem entre perspectivas neoliberais e de Estado de Bem Estar Social.

A partir de 2003, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, a pobreza passa a ter maior foco: foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e políticas redistributivas, como o Bolsa Família (desdobramento da política de segurança alimentar Fome Zero) que, apesar de críticas pautadas em sua perda do papel redistributivo para uma função compensatória (Montaño 2012), contribuíram para diminuição do coronelismo e o conformismo. Outras políticas da mesma perspectiva também foram implementadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ainda a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005.

Em 2011, o Brasil sem Miséria surge com o foco em ações e políticas integradas visando à redução da fome e da pobreza extrema, tomando como mensuração o critério monetário que, por sua vez, possui caráter político administrativo (pois, mesmo com

definições empíricas sobre valores per capita mensais, as decisões finais sobre como obtê-la são políticas) que dizem fundamentalmente sobre um tipo de sociabilidade a ser construído. Esse valor, em 2014, foi atualizado para R\$77,00 per capita (embasado em metas internacionais) e deixa evidentes tensões como a eliminação da participação popular na definição desses critérios, a não contemplação de pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e, sobretudo, a não consideração de fatores outros, como as dimensões psicológicas (Comim, Porto Jr., Moura Jr. & Bagolin, 2016). Além disso, essas políticas mantêm intactas as estruturas de poder econômico, pois a luta contra a pobreza, de fato, seria também a luta “contra interesses de uma oligarquia industrial nacional e internacional, que desde os anos 1970 foram se alternando no poder” (Guzzo, 2016, p 152). No governo atual, advindo de um golpe de Estado em 2016, o observado é que, mais uma vez sob o discurso de crise e austeridade, há a desvalorização do salário mínimo, desmanche das leis trabalhistas e sistema previdenciário, bem como cortes nas políticas antes mencionadas e um contínuo aprofundamento da criminalização da pobreza. Evidencia-se que a pobreza é parte essencial de países colonizados e explorados, evidenciando ainda mais suas condições históricas.

1.3. Pobreza e Psicologia: uma abordagem psicossocial (o que a Psicologia tem com isso?)

A definição de pobreza – e de “ser pobre” - impacta sobre quem é definido enquanto tal, sendo essa categoria constituinte de sua identidade individual e social. Falar sobre ela é falar sobre o simbólico, mas, sobretudo, sobre a realidade concreta. E a concretude da miséria gera impactos identitários e subjetivos (Accorsi & Scarparo, 2016). Assim, “a configuração social traz repercussões na forma de constituição do psiquismo humano” (Moura, Ximenes & Sarriera, 2014, p. 89). Além disso, variáveis

como etnia e gênero, mesmo em meio a uma população com rendas semelhantes, impactam nas oportunidades futuras e geração de renda pessoal, contrariando o imaginário moral de que somente “desigualdades induzidas pela realização de características pelas quais os indivíduos são diretamente responsáveis, como a realização de esforço” (Comim, Porto Jr., Moura Jr. & Bagolin, 2016, p.27) devem ser aceitas.

Tais dimensões psicológicas podem ser elencadas como: sentimentos de vergonha, e humilhação, baixas expectativas em relação ao futuro e a própria estigmatização da pobreza que leva a processos discriminatórios. Nota-se ainda o afastamento das relações comunitárias e dos serviços públicos. Dessa forma, a redução da pobreza em um enfoque exclusivamente monetário indica a diminuição do indivíduo ao *status* de consumidor, finalidade última do capitalismo. Além disso, o fator econômico passa a ser peça chave nas relações, sendo a opressão modo operante do psiquismo humano, seja entre pobres e ricos ou entre os próprios oprimidos. Esse ajustamento à ideologia dominante é correspondente à Ideologia de Submissão e Resignação (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2016, apud Góis, 2008) que se estabelece por meio de uma cultura do silêncio (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2016, apud Freire, 1980), onde tal realidade é vista como a única possível. Por ser estrutural e de raízes históricas, a desigualdade passa a ser tida como natural, contribuindo para o fatalismo (Martin-Baró, 2017b) e naturalização da exploração. Essas características, porém, não são de origem individual, mas advém da não mudança estrutural societária (Guzzo & Lacerda Jr., 2007).

Os pobres estão, assim, imersos em uma lógica de auto culpabilização: “apesar de todas as injustiças seculares da sociedade brasileira, pessoas em condições de vulnerabilidade em muitas dimensões, acreditam mais na redistribuição baseada no

esforço pessoal e, portanto, no mérito, do que seria esperado para uma situação de apoio ao Estado de Bem-Estar social” (Comim, Porto Jr., Moura Jr. & Bagolin, 2016, p.24). Logo, a pobreza é reconhecida como problema individual cuja solução é o desejo pessoal de mudança. Há tanto a naturalização quanto a romantização do ser pobre. A legitimação dessa visão se dá pelas políticas públicas e também pela perspectiva religiosa: “valores, normas e tradições seguem compondo o quadro de referência do lugar social e simbólico que a figura do pobre ocupa em nossa realidade” (Accorsi & Scarparo, 2016, p.88).

Dessas pessoas, chamadas por muitos como ‘beneficiadas’, espera-se a aceitação incondicional de sua situação no mundo, da ajuda recebida e da bondade posta a seu benefício. Qualquer desvio é sinal de ingratidão e/ou motivo para a culpabilização daquela pessoa que não soube se preparar, que não soube se vender ao mercado de trabalho. O fantasma do inválido, do desprovido, do vagabundo, do preguiçoso segue entre nós e alimenta discursos disciplinadores e forças repressivas. (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012, p. 544).

O conceito de sofrimento ético político, para tal análise, surge como importante guia analítico e enfoque epistemológico e ontológico para compreensão psicossocial dos processos de “inclusão perversa” em contextos de desigualdade. O termo surge em 1999, com Sawaia (1999b), e busca uma forma de não cristalização de conceitos que impeçam de ver o ser humano e sua totalidade histórica. Dessa forma, entende a consciência como, além do racional, também emotiva, sendo o sentimento um elemento da consciência. O sofrimento ético político se dá na cisão entre pensar, agir e sentir e só é possível em uma sociedade em conflito oriundo da luta de classes. Logo, não tem base individual, mas determinado pela situação social e pela impossibilidade de superação frente à desigualdade (Bertini, 2014).

O sofrimento ético político deve ser compreendido, então, a partir da dialética exclusão/inclusão como forma de superação da concepção de neutralidade, da

legitimação da opressão e da culpabilização do indivíduo por sua situação social. A dialética exclusão/inclusão, partindo de uma referencial marxista que destaca o papel funcional da miséria no âmbito do capitalismo, coloca a exclusão enquanto estratégia para manutenção da ordem social, sem que o tema da desigualdade seja tratado. Essa forma de “inclusão perversa” é criada e alimentada pelos indivíduos e os afasta da possibilidade de coletividade (Sawaia, 1999b).

A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. (Sawaia, 1999b, p.99).

As formas de enfrentamento às implicações da pobreza também refletem tal perversidade e sofrimento. Entre elas a negação, no sentido de não se ver como podre ou apontar para pessoas em situações piores, é um modo específico. A negação das experiências de sofrimento geradas pela pobreza aparece como forma de suportá-las e faz parte de um conhecimento contextualizado que representa de determinada forma o cotidiano, além de criar estratégias de enfrentamento para este (Accorsi & Scarparo, 2016). Além disso, há uma associação entre qualidade de vida e posse que no capitalismo, onde nem todos são “beneficiados”, é alimentado pela ideologia de que para ser rico (e ter qualidade de vida) é preciso se esforçar muito. Assim, de forma paradoxal, as variáveis de vergonha e humilhação não indicam exatamente passividade individual: exatamente por acreditarem que são os únicos responsáveis pelas mudanças em suas vidas, as pessoas pobres, ao contrário do imaginário social, trabalham muito. O que não significa, porém, uma ascensão social por conta das próprias contradições intrínsecas ao capitalismo: “há pessoas que se esforçam, são exploradas no trabalho,

gastam todas as horas de sua vida ao trabalho e não enriquecem, adoecem. Isso porque, acumulação e distribuição de riqueza são impossíveis de serem resolvidas pelas contradições dentro desse sistema” (Guzzo, 2016, p.159).

Zaluar (2000), ao realizar uma leitura de como as teorias sociais tomaram a pobreza enquanto objeto de análise, conclui sobre os riscos de leituras pautadas em uma “cultura da pobreza”, classificada geralmente como desagregada e sem consciência de classe e, por isso, sujeita ao populismo e ao clientelismo. O perigo de uma passagem imediata das condições materiais para as culturais gerou, principalmente em relação à diferenciação com a classe trabalhadora organizada, definições generalistas como as de passividade, atraso, apatia política e imediatismo, o que aponta para uma tensão entre objetividade e subjetividade. Tais visões implicam que tal população não seria capaz de se organizar e pensar autonomamente. A pergunta que permanece, então, é: “como poderiam, de fato, pessoas expostas a tal tipo de discriminação e exploração permanecer completamente dóceis ao sistema que as exclui e explora?” (Zaluar, 2000, p. 44).

A defesa da autora é a de que os pobres não são “cegos diante da opacidade da estrutura” (Zaluar, 2000, p. 52). Há luta, reflexão e negociação e, por isso, a compreensão dos sistemas simbólicos também se faz importante para a percepção de que os pobres, “mesmo sem serem reconhecidos como intelectuais, pensam sobre o que lhes acontece e participam ativamente dos processos dos significados sociais. Se muitas vezes esse processo de pensamento permanece velado ou mesmo reprimido é porque não se ligaram os canais para ouvi-lo” (Zaluar, 2000, p.57).

Uma das formas dessas resistências à falta de um projeto alternativo de sociedade é identificada pela autora como a revolta, que conduz às formas violentas, à criminalidade. Nos contextos de pobreza, dessa forma, há também o afastamento de modelos rígidos de moralidade a partir do momento em que se identifica o bandido

como defensor do trabalhador em locais pouco olhados pelo Estado. Assim, a posição de bandido é relativizada, pois as condições de vida os aproximam do trabalhador, ao contrário da polícia, com quem não possuem tal identificação. Logo, há um conflito entre o orgulho de ser trabalhador e a consciência de sua exploração que, inclusive, justifica atitudes como o roubo.

Não se trata, por outro lado, de romantizar a posição de revolta, sobretudo no contexto de consumo capitalista. Isso porque, os bandidos “não são reformistas, nem revolucionários. Não lutam por relações mais justas entre ricos e pobres, fortes e fracos. Suas ações podem ser interpretadas como uma revolta individual contra as condições adversas sob a forma de recusa ao trabalho destinado à população pobre” (Zaluar, 2000, p. 166). O que há é uma identificação com o opressor que, por sua vez, não é exclusiva à classe pobre. Além disso, o discurso de revolta acaba por secularizar a visão sobre a pobreza, não havendo uma espera passiva por saídas divinas ou do Estado.

Assim, é importante deixar claro que não é o fatalismo atribuído aos pobres o responsável por sua posição social, sendo mais importante focalizar nas relações de poder que mantêm a desigualdade e as privações reais e que, por consequência, geram situações de fatalismo (Zaluar, 2000). Ou seja, é necessário ter cuidado quanto à noção de causalidade direta e unilateral atribuída entre capital econômico e cultural, sendo a essência do materialismo histórico-dialético exatamente a relação entre essas esferas. Assim, Lukács (2010), tendo como base os escritos estéticos de Marx e Engels, afirma que, embora o fator econômico assuma papel principal do desenvolvimento histórico, não é negado que há relativa autonomia nos campos da superestrutura (como os relativos à cultura) que, por sua vez, está baseada na divisão social do trabalho. Assim, com a exclusão de “paralelismos mecânicos” (Lukács, 2010, p. 17), não é possível negar a energia criadora e a atividade do sujeito, bem como a compreensão de que a

forma que ocorre o movimento dialético só pode ser compreendida a partir da análise concreta das situações. Entretanto, como já apontava Marx sobre a fetichização, assunto já anteriormente abordado, há uma inversão das categorias importantes ao ser humano, que passam a ser reificadas. Dessa forma, “torna-se necessário um peculiar trabalho mental para que o homem do capitalismo penetre nessa fetichização e descubra, por trás das categorias reificadas (mercadoria, dinheiro, preço, etc) que determinam a vida dos homens, a sua verdadeira essência, isto é, a de relações sociais entre os homens” (Lukács, 2010, p. 19).

Logo, “apesar da rede de significados culturais vinculados a uma Ideologia de Submissão e de Resignação, uma Cultura do Silêncio e uma Síndrome Fatalista, o ser humano tem a possibilidade de desenvolver seu psiquismo em bases mais abrangentes do que as práticas e crenças vigentes” (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2016, p.96). Assim, há duas estratégias de enfrentamento ao sofrimento ético político: de ordem material e objetiva, como as de oportunidade concreta a bens como à educação superior em programas de cotas e ProUni, e que tragam espaços de escolhas, como o Bolsa Família em alguns contextos específicos (Comim, Porto Jr., Moura Jr. & Bagolin, 2016), e outra afetiva e emocional. Como estratégias de intervenção em contextos de sofrimento ético político, as intervenções grupais e comunitárias aparecem como forma de vivência de afetos coletivos e, como consequência, capacidade de vislumbramento de potência de ação e transformação da realidade (Sawaia, 1999b). No âmbito da pesquisa, Sawaia (1999) aponta a importância em se fazer pesquisas com pessoas tidas como desqualificadas socialmente, justamente a partir da possibilidade de ouvir esses sofrimentos, cuja origem está no sentimento de inferioridade.

Aqui temos espaço para debater o papel da Psicologia que, historicamente, ocupou o local da neutralidade e objetividade e é convidada em meados dos anos 1960 a

pensar seu papel frente à realidade latino americana (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2016). Os profissionais que atuam em contextos de pobreza no capitalismo (e, sobretudo, com o advento neoliberal e globalizante) necessitam de uma nova consciência sobre humanidade, visto que tal sociedade está construída sobre princípios “não humanos” como o individualismo, a competitividade e a acumulação que, como consequência, gera crises sociais. Portanto, como já ressaltado anteriormente, “a crise capitalista não é temporária. É estrutural. Para que o capitalismo possa existir, a maioria precisa viver em condições desumanas” (Guzzo & Lacerda Jr., 2007, p.233). Tal fato consiste em um desafio para a Psicologia, contribuindo para que esta se individualize ou patologize os sujeitos, sendo a falta de uma leitura conjuntural o principal problema da atuação do psicólogo em contextos de pobreza. É necessário que seja parte da formação profissional a capacidade de análise histórica e de ações voltadas ao fortalecimento, organização e consciência.

É inquestionável, assim, a ideia de que há uma relação intrínseca entre subjetividade e desigualdade. Entretanto, embora o debate se dê em torno da razão dessa relação e sua direção causal, a subjetividade tende a ser vista como aquela que impossibilita a transformação, sendo assim patologizada e controlada. No campo da Psicologia, o medo de um reducionismo simplório ao indivíduo, sobretudo com o desenvolvimento da Psicologia Social, fez com que esses profissionais se voltassem unicamente aos determinantes sociais. Há, assim “uma cilada mortífera à sua práxis: se o sujeito é um objeto que não pode se defender das determinações sociais, não há lugar para a ideia de transformação da sociedade; ou, uma vez que a subjetividade é efeito mecânico da presença do capitalismo e a individuação é exclusivamente a subjetivação de processos sóciohistóricos de submissão, resta-nos apenas conhecer e criticar os mecanismos de adestramento” (Sawaia, 2009, p.365). A defesa da autora é a de que, ainda que com a realidade de sofrimento, medo e humilhação, há no ser humano a

capacidade de sonho e recomeço, mesmo “onde qualquer esperança parece morta” (Sawaia, 2009, p.365).

Assim, o estudo das emoções e da afetividade também se torna importante. Os afetos são “capazes de orientar a ação do homem no mundo, contendo em si a possibilidade da servidão ou da liberdade no processo complexo da vivência da desigualdade e da exclusão no sistema capitalista” (Bertini, 2014, p.62). Dessa forma, nos lembra Sawaia (2009), fatores outros da existência são fundamentais, como a liberdade², a criação e a felicidade; e que a transformação social não se dá apenas por mudanças de poder ou macroestruturais, mas também em ações que rompam com a servidão e com o sofrimento ético político. Tal concepção promove uma mudança ontológica e passa a conceber o sujeito como político, mas também sensível e que pode e deve se indignar, resistir e se comprometer socialmente (Sawaia, 2009).

As possibilidades de ruptura do fatalismo pressupõem mudanças pessoais e sociais, que estão ligadas dialeticamente, possíveis a partir de movimentos de conscientização que, por sua vez, só são possíveis a partir do conhecimento de suas origens e de sua história. Assim, a ruptura do fatalismo “requer uma mudança revolucionária, isto é, uma mudança nas estruturas políticas e econômicas e, também, psicossociais” (Martin-Baró, 2017b, p. 199). Logo, o horizonte ético da psicologia

²Tal categoria, dada a sua multiplicidade de significados, merece melhor conceituação. Constant (2015), em texto que data do início do século XIX, divide a liberdade em dois tipos: negativa e positiva. A primeira é a liberdade dos modernos, que esperam da relação com a política uma segurança dos seus bens privados. Já a liberdade positiva, dos antigos, diz de uma participação ativa no mundo público, que é difícil de ser obtida no mundo moderno pois, por características contextuais, as pessoas buscam outro tipo de liberdade, subjetiva, caracterizada por uma fuga das instituições. Assim, é inegável que as ideias liberais representaram grande contribuição para a democracia moderna, sobretudo pelas ideias de liberdades individuais preconizadas pelas revoluções burguesas dos séculos XVII e XIX. Entretanto, na contemporaneidade, é questionado se os valores liberais tradicionais não estão conduzindo os indivíduos para uma esfera privada e os afastando da vida política. Também Bobbio (1994) alerta para a alteração do conceito de liberdade com o passar do tempo. Se para os antigos a liberdade se baseava no direito de poder político para todos, na modernidade tal conceito se transforma na segurança individual e de direitos estabelecidos pelas instituições, o que transfigura a inserção do pensamento neoliberal nas representações sociais da população. Além disso, no contexto de redução do homem e suas relações aos determinantes econômicos, o discurso da liberdade aparece enquanto legitimador dessa reificação (Oliveira, 1998). Portanto, quando o conceito for mencionado no decorrer do texto, não deve ser confundida com o conceito liberal de liberdade. Parte-se do pressuposto de que o desvelamento das formas de opressão e a busca de uma práxis transformadora (Oliveira, 1998) nos aproxime de um conceito ideal liberdade.

latino americana deve ser a libertação de seus povos e o comprometimento com sua realidade. A reformulação do conceito de consciência, então, se faz fundamental para compreender a conscientização, horizonte do quefazer do psicólogo, que deve ser tida como o saber sobre si e sobre o mundo e partir de três pressupostos: a concepção dialética de que o ser humano se modifica ao transformar sua realidade; com a desnaturalização e decodificação do mundo há novas possibilidades de ação; e a nova concepção de mundo conduz a uma nova visão de si. Assim, o processo de conscientização é capaz de responder à injustiça social a partir de suas raízes (objetivas ou subjetivas), e visa ainda a recuperação de memória histórica e a supressão das categorias de opressores e oprimidos (Martin-Baró, 1996). Logo, não se trata de uma tomada de consciência individual, mas sim coletiva que vise primeiramente as condições objetivas comunitárias (Oliveira & Guzzo, 2014). Dessa forma, as novas inserções dos profissionais da Psicologia exigem novos pressupostos e paradigmas, sobretudo no trabalho com a pobreza:

As perguntas críticas que os psicólogos devem se formular a respeito do caráter de sua atividade e, portanto, a respeito do papel que está desempenhando na sociedade, não devem centrar-se tanto no onde, nas no *a partir de quem*; não tanto em como se está realizando algo, quanto em *benefício de quem*; e, assim, não tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são as *consequências históricas concretas* que essa atividade está produzindo. (Martin-Baró, 1996, p. 22)

Capítulo 2. População em situação de rua: os mais pobres entre os pobres

A preocupação em se estabelecer diretrizes próprias para a população em situação de rua no Brasil é relativamente recente, sendo do ano de 2009 o decreto que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009). É somente nesse período, sobretudo após o ano de 2005, que se percebe maior movimento para a discussão da temática em nível nacional, visando o acesso dessa população às políticas públicas e exigindo, assim, novas concepções profissionais e paradigmáticas dos diversos campos profissionais, inclusive da Psicologia. Falaremos destas políticas de forma pormenorizada adiante. Antes disso, se faz importante caracterizar a população em situação de rua, bem como a historicizar para, posteriormente, expor dados concretos e os empecilhos existentes em estabelecer políticas voltadas a ela. Por último, será debatida a questão do estigma vinculado a esse grupo.

2.1. Afinal, de quem estamos falando? – Gênese e características da PSR

Silva (2006), a partir dos dados de pesquisas municipais de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo (as cidades que, como veremos, ficaram fora da Pesquisa Nacional de 2009) estabelece uma caracterização elucidativa da população em situação de rua (PSR) de 1995 a 2005. As principais características apontadas pela autora são:

1. Há predominância do sexo masculino, vinculado ao fato de parcelas estruturais do desemprego estarem ligadas ao homem, além de fatores culturais e simbólicos que atribuem ao homem o papel de chefe de família (bem como o do auto sustento). Quanto à mulher, no espaço público da rua as relações desiguais no trabalho também se reproduzem.

2. Há elevação da faixa etária da PSR vinculada ao aumento da taxa de desemprego para os mais velhos. A PSR se encontra na faixa etária de 25 a 55 anos.

3. A PSR tem escolaridade básica e, no geral, sabe ler. A escolaridade tem ainda aumentado com os anos, o que também é concomitante com as taxas de desemprego, que cresceram no período analisado entre o segmento de pessoas com maior escolaridade.

4. É crescente que a origem seja das próprias capitais e não de migrações de outros estados ou zona rural.

5. O tempo de permanência na rua está aumentando.

6. A PSR não possui companhia de familiares, estando os vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

7. A maioria já trabalhou em situação anterior à rua, ainda que de forma precarizada. Entre as ocupações com maior concentração estão a construção civil, indústria, profissional liberal (doméstica, pedreiro e pintor, por exemplo) e serviços especializados (sapateiro, motorista, eletricista, entre outros).

8. Na rua, atividades precárias são garantia de sobrevivência.

9. O trabalho ocupa papel central para a PSR, tendo função material, psicológica e social, sendo associado ao ideário de sucesso, poder, consumo e felicidade.

10. O uso de álcool e outras drogas é frequente na população em situação de rua.

Silva (2006) define ainda seis aspectos para designar o fenômeno da PSR. Em primeiro, as múltiplas dimensões que levam uma pessoa à rua. Não há consensos sobre essa multiplicidade, deixando claro que não é possível se explicar por uma única determinação, aparecendo fatores estruturais, biográficos e naturais (como desastres ecológicos, por exemplo). O mais frequente na literatura, porém, são as explicações pautadas no rompimento de vínculos e na situação de pobreza enquanto ausência de

trabalho e renda. Segundo, a PSR é uma “expressão radical da questão social contemporânea” (Silva, 2006, p. 83), designação já discutida no capítulo anterior. O terceiro aspecto é o fato de ser um fenômeno urbano. Esse último se explica não só pela maior circulação do capital e possibilidade de geração de renda diversificada nas cidades (entre a PSR o mais comum é a coleta de material reciclado), mas também pela maior facilidade para necessidades básicas, seja via filantropia, políticas públicas ou possibilidades de abrigo.

A quarta característica é o preconceito e o estigma, a ser trabalhado em tópico posterior ainda neste capítulo, que delimitam valores morais e graus de dignidade à PSR. O que ocorre é a culpabilização do indivíduo por sua posição, tida muitas vezes como falha de caráter, e o seu tratamento como ameaças à sociedade. As ações higienistas e repressivas voltadas a essa população travestida de combate às drogas possuem caráter estigmatizante e serão tratadas no próximo capítulo. Esse tipo de preconceito não é diferente de outros lugares do mundo, mas adquire particularidades de acordo com o território, sendo esse o quinto aspecto. No Brasil, por exemplo, há diferenças socioeconômicas e geográficas que modificam os perfis da PSR em cada região. Nas regiões Sul e Sudeste, por conta do maior frio, há mais procura por albergues e também migração em determinados períodos do ano. Na região Nordeste, há uma população mais jovem nas ruas, por exemplo.

O sexto aspecto é a naturalização do fenômeno, que possui como principal consequência a falta de políticas públicas que sejam capazes, minimamente, de tocar em questões estruturantes, como a desigualdade e a pobreza, bem como os poucos dados e informações científicas sobre a PSR no país. Sendo assim, podemos definir como característica geral da PSR sua heterogeneidade, que, entretanto, não deixa de permitir a elucidação de condições que os une enquanto segmento populacional. Entre eles

podemos destacar a pobreza extrema, já antes definida, a fragilização de vínculos familiares, tida por Silva (2006) como mais uma das materializações de problemas econômicos e fatores ligados à história de vida, como desavenças, preconceitos e intolerância, e a não existência de moradia convencional, sendo a rua o local de moradia e sustento.

O sentido do uso do termo “população em situação de rua” e não de outros, como morador de rua ou população de rua, também é importante ser elucidado. Refere-se não só ao fato de se tratar de um período de passagem, mas também por ser característico da estrutura de base do capitalismo. Ou seja, “situação para a qual são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais” (Silva, 2006, p. 100). Termos como mendigos e pedintes, segundo Varanda e Adorno (2004), embora permeiem o imaginário social, não condizem com a realidade, visto que, desde os primeiros estudos sobre PSR no país, se verifica a situação de degradação geracional do trabalho como causa primordial de ida para as ruas e vivência nelas de forma socializada. A designação de “sofredor de rua”, reflexo da interferência filantrópica da igreja católica, também é utilizado entre as décadas de 1970 e 1980. Entretanto, sobretudo a partir de 1990, a ampliação da rede de assistência tende a romper com tais nomenclaturas, passando a ser adotados termos como “população de rua” e “população moradora de rua”.

Em razão dos dados anteriores podemos inferir três fatos: 1) o aumento expressivo da população em situação de rua na década de 1990, concomitante à elevação das taxas de desemprego; 2) a falta de políticas públicas que acompanhem tal aumento; e 3) a centralidade da categoria trabalho (Silva, 2006). Assim, embora pesquisas de cunho censitário e estatístico sejam importantes, é primordial caracterizar as dimensões e a historicidade do fenômeno da PSR no Brasil e no mundo, fundamentalmente por ser um

elemento complementar à compreensão da pobreza nas sociedades capitalistas. Entretanto, a existência de pessoas itinerantes data desde a Antiguidade, por conta do crescimento de cidades e de desapropriações de terras. Desde então, essa população é vista como contraventora e perturbadora da ordem social. Na Idade Média, as denominações de mendigos e vagabundos também descrevem tal população itinerante, cujas obras de caridade ligadas à Igreja Católica já atendiam.

É com o início da industrialização, porém, que o fenômeno vai se delinear melhor. Isso porque, o pressuposto do capitalismo, já verificado em meados do século XVI, é a separação entre trabalhador e meio de produção, sendo a força de trabalho a única mercadoria que os camponeses (agora assalariados) possuíam para vender. Esse fenômeno é também definido como expropriação (por conta do confisco de terras), ou acumulação primitiva. Esses ex-camponeses não foram absolvidos tão rapidamente pela ainda nascente indústria ou não se adaptavam a ela, dando início ao circunstancial processo de pauperismo que se generalizou na Europa pós feudal. Essas pessoas eram definidas como mendigos, ladrões e vagabundos, o que originou também rígidas leis disciplinares, as leis contra vadiagem, onde o Estado administrava as condições histórico estruturais geradas por ele mesmo, necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. Além disso, as leis antivadiagem tinham o intuito de restringir o direito à cidade e forçar que esse contingente aceitasse trabalhos sub-remunerados e não se deslocassem. Assim, privadas de condições de existência, essa parcela da população, que possuía somente sua força de trabalho para vender, ficou à mercê da caridade e caracterizou o início da pobreza absoluta. (Silva, 2006).

Com a independência e expansão do modo de vida capitalista, a dissociação entre trabalhadores e meio de produção não somente gera um grande exército de reserva, ou superpopulação relativa, apta para trabalhar, porém não absorvida pelo mercado

capitalista (ou lumpem-proleteriado), mas também naturaliza entre a população tal situação. A PSR se localiza nesse exército de reserva, mas precisamente em sua forma estagnada, que possui grandes jornadas de trabalho sem que, portanto, tenha proteção social ou algum tipo de seguridade. Na rua, isso é visível em serviços como engraxate, vigia e catador de material reciclável, por exemplo. Mas, mesmo antes da condição de rua, tal população já assumia os postos de trabalho precarizados (Silva, 2006). Assim, o chamado processo de vulnerabilização dessa população é anterior à ida para as ruas e, embora perpassada por diferenças, é importante demarcar que as trajetórias de pobreza que culminam na situação de rua não são processos exclusivamente subjetivos e individuais e estão ligados a processos conjunturais de aprofundamento das desigualdades sociais (Varanda & Adorno, 2004).

Pensando na história dos Estados Unidos, por exemplo, nota-se como o período da recessão de 1930 desencadeou o aumento de andarilhos. Com a segunda guerra mundial, muitos deles foram recrutados e, após o fim da guerra, o governo norte americano cria benefícios aos veteranos de guerras, o que diminui drasticamente o número de PSR no país. Na década de 1980, porém, nota-se um aumento súbito de tal população vinculada a uma mudança substancial também de suas características: se anteriormente eram majoritariamente homens com idade acima de 50 anos, agora era composta por pessoas de etnia e gênero diversos, além de jovens e/ou pessoas maduras, em média com 30 anos. Os fatores estruturais que geraram tal expansão foram o desemprego e problemas relacionados à habitação. Nota-se, assim, que os dois períodos de expansão da PSR nos Estados Unidos estão vinculados ao contexto de crise de superacumulação do capital, que possuem dimensão mundial, em 1930 e em meados de 1970 (Silva, 2006).

No Brasil, conforme Silva (2006), não há análises históricas precisas que possam designar a origem do fenômeno da PSR. Cerqueira (2011), porém, ao descrever o processo social da PSR no Brasil, nos remonta à escravidão, primeiro regime de trabalho no país, que já refletia uma questão social cujo ao Estado cabia manter - e não solucionar. O trabalho tinha uma concepção negativa que não se rompeu com a abolição da escravatura que, por sua vez, deixou à mercê um grande contingente de negros que não foram absorvidos pelo lento processo de industrialização brasileiro e permaneceram nos latifúndios rurais sob remuneração muito baixa, quando existente. A necessidade de moralização do trabalho como algo valorizado surge no período republicano e conta ainda com uma grande massa de migrantes da Europa e do Japão para fortalecimento da mão de obra na indústria. Desse modo, já no século XIX, a população brasileira, a despeito de uma pequena elite branca, era composta por uma maioria de excedentes da força de trabalho, caracterizada por pobres de diversas origens, além dos ex-escravos, que sobreviviam nas cidades por meio da mendicância, caridade, cometendo pequenos furtos e se submetendo a condições indignas de trabalho. Assim, uma gênese do fenômeno da PSR já pode ser encontrada no fim da escravatura e início da industrialização no Brasil.

Interligado ao processo de urbanização do país, o discurso médico-sanitarista surge, como antes já havia sido na Europa, como forma de higienização e limpeza dos centros urbanos. No Rio, no início do século XX, onde esse processo ficou conhecido, principalmente, por conta do episódio da Revolta da Vacina, houve um amplo movimento de demolição dos cortiços, reconstrução e ampliação de ruas dos centros da cidade e investimento em saneamento básico. Apesar de necessário, o investimento em saúde pública se deu de forma a expulsar o contingente pobre dos centros e transformá-los em símbolos das epidemias e maus costumes, além de as reformas serem feitas de forma autoritária e verticalizada. Data-se daqui o início das favelas no Rio, bem como a

construção de sua imagem negativa. Logo, o embelezamento da cidade tinha como pressuposto a inexistência da pobreza e valorização/especulação imobiliária dos centros da cidade (Cerqueira, 2011). A contemporaneidade dessas intervenções autoritárias é visível e será melhor explorada no capítulo 3.

A década de 1930 no Brasil é sinônima de urbanização e industrialização intensa, sobretudo com a interferência estatal. O campo da política formal passa a ser responsável pela solução de problemas sociais, enquanto organizações de trabalhadores eram reprimidas e vistas como perturbação da ordem. Desde então, há no país um descompasso entre desenvolvimento social, prosperidade econômica e fortalecimento estatal, pois “o problema da fome e da desnutrição, a falta de habitação digna e as precárias condições de saúde são produtos dos mesmos processos estruturais que criavam a ilusão de que a economia brasileira poderia ser vista como moderna” (Cerqueira, 2011, p.73). A expansão urbana e do capital, a migração para as cidades, bem como o processo, antes descrito, de desapropriação de grandes moradias populares, como os cortiços (que a abrigavam até quatro mil pessoas), levam à conclusão de que a falta de trabalho e habitação para todos conduziu a um aumento da PSR nesse período.

Os estudos sobre o tema crescem na década de 1990, bem como o interesse estatal na área, com iniciativas municipais de enfrentamento. Não por acaso, o período de 1990 no país possui semelhanças com as mudanças no capitalismo já ocorridas a nível mundial a partir da segunda metade de 1970 (Silva, 2006). E é em meados dos anos 1990 e, sobretudo, pós anos 2000, que surgem os primeiros esforços em quantificar e elaborar políticas destinadas a PSR no país, como veremos a seguir.

2.2. Dados censitários, políticas públicas e PSR: respostas do Estado às contradições e mazelas do capitalismo

Segundo relatório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), não há dados brasileiros oficiais sobre a PSR, o que dificulta a construção de políticas públicas voltadas para tal população. Isso se refere, principalmente, à territorialização precarizada da PSR em contraponto ao fato de que grande parte das pesquisas de perfil censitário são feitas em domicílio. Ações de caráter nacional se mostraram ausentes até o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, de 2005. Como resultado, entre 2007 e 2008 foi realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada com maiores de 18 anos em 23 capitais e 48 municípios com população acima de 300 mil habitantes (dos quais grandes municípios como São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre foram excluídos por conterem censos próprios). Anterior a ela, iniciativas de cunho municipal se mostraram importantes (Natalino, 2016).

Divulgado, porém, somente em 2012, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre População de Rua (Brasil, 2012) estimou 31.922 pessoas nessa situação. Alguns dados merecem ser ressaltados: destas, mais de trinta mil pessoas (69,5%) tinham idade entre 25 e 54 anos, sendo 82% homens. Quanto à distribuição por cor/raça, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é maior (67%) do que a proporção encontrada na população em geral (44,6%). Dentre os motivos que teriam levado os entrevistados a viver na rua, foram mencionados: drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Entre os entrevistados, 71,3% citaram, pelo menos, um dos três motivos, muitas vezes de forma correlacionada.

O nível de renda da maioria (52,6%) é entre R\$ 20 e 80 semanais e 74% sabe ler e escrever, embora os níveis de escolaridade sejam baixos. Além disso, parcela

considerável é originária do mesmo local em que se encontra ou de locais próximos, sendo que 72% vieram de áreas urbanas. Cerca de 60% já foi internado em, ao menos, uma instituição (como prisão, abrigo, hospital psiquiátrico, FEBEM ou comunidades terapêuticas). Os problemas de saúde mais relatados são: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão (4,6%). A maioria costuma dormir na rua (69,6%) e exerce alguma atividade remunerada (70,9%).

Quanto ao acesso à alimentação, serviços e direitos básicos de cidadania, 79,6% faz, ao menos, uma refeição ao dia (menos da metade com seu próprio dinheiro); os locais mais utilizados para tomar banho e fazer necessidades fisiológicas é a rua; 24,8% não possuem nenhum documento de identificação; 88,5% não recebe qualquer benefício governamental; 95,5% não participa de qualquer movimento social; e 61,6% não vota, visto a ausência do título de eleitor. Além disso, 54,5% relataram ter sofrido alguma forma de discriminação ou impedimento ao tentar entrar em estabelecimentos comerciais, veículos de transporte público, bancos, órgãos públicos ou tentar usufruir de serviços e realizar atividades como receber atendimento na rede de saúde pública e obter documentos pessoais.

Apesar das limitações metodológicas, esta foi a maior pesquisa desse perfil realizada no país. Porém, após mais de oito anos, importantes mudanças ocorreram no perfil da PSR. A fim de sanar tais dificuldades de mensuração, o MDS opta por compilar os dados municipais do Censo SUAS, o que, em 2015, constitui outro problema, pois grande parte das cidades não possuía dados sobre a PSR. Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, 63,2% possui estimativas sobre a PSR. Estes dados foram utilizados pelo IPEA (Natalino, 2016) para a construção de estimativas nacionais. Em perspectiva proporcional, estima-se, então, 101.854 em situação de rua no país. Pensando em regiões nacionais, 48,89% da PSR localiza-se na região sudeste, seguido por nordeste (22,45%), sul (15,73%), centro oeste (8,62%) e

norte (4,32%). Pensando em tamanho de municípios, cerca de 40% da PSR está em municípios com mais de 900 mil habitantes, enquanto 77% habitam cidades com mais de 100 mil habitantes, o que exige deles estudos que sejam capazes de delinear o perfil dessa população, incluí-la nas políticas de Assistência Social via Cadastro Único, bem como servir de base para estudo em parceria com as políticas de saúde e habitação.

Para além do avanço em dados estatísticos e de informação, é também no cenário pós anos 2000, em 2009, que é decretada a Política Nacional para a População em Situação de Rua (7.053/09). O decreto define enquanto população em situação de rua “o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Brasil, 2009). Fica evidente o papel central do SUAS, enquanto regulador dos serviços de acolhimento, e dos municípios, que são responsáveis pela estruturação dos serviços e dados censitários da PSR local. Como principais atribuições do decreto estão: a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, de promoção e fomento da rede de acolhimento, através de repasse de recursos aos estados e municípios; a instituição de comitês gestores intersetoriais nos entes que aderirem à política; os princípios da política nacional da PSR, embasados em diretrizes constitucionais de equidade, igualdade e respeito às diferenças.

Entre as diretrizes estão: promoção de direitos, responsabilidade do poder público na elaboração e financiamento, articulação de políticas públicas, participação da sociedade civil, incentivo à organização popular, respeito às singularidades do território, implementação de ações educativas e capacitação de servidores, democratização dos

espaços e serviços públicos. E os objetivos, além dos que se adequam às diretrizes antes expostas, são: assegurar o acesso aos serviços e às políticas públicas, instituir a contagem oficial da PSR, com produção de dados sobre a rede de assistência a essa população, incentivo à pesquisa sobre a PSR, implementação dos centros de defesa dos direitos humanos para a PSR e dos centros de referências especializados vinculados à proteção especial do SUAS, articular os SUS e o SUAS, criar padrões básicos de qualidade dos serviços, implementar ações de segurança alimentar e oferecer programas de qualificação profissional para a PSR. É instituído também o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua e Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua. Anterior ao decreto, em 2008, foi divulgado pelo governo federal documento que adiantava questões e, fundamentalmente, ampliava a rede de serviços à PSR dando ênfase às ações estratégicas de: direitos humanos, trabalho e emprego, habitação, assistência social, educação, segurança alimentar, saúde e cultura (Brasil, 2008), que são abarcadas no decreto do ano posterior.

Quanto à relação com as políticas sociais, o antagonismo dos interesses de classes, funcional ao sistema capitalista, nos leva a questionar o real papel dessas políticas na eliminação da pobreza e da desigualdade social. Se por um lado, as políticas do Estado Liberal são pautadas na igualdade de oportunidades, sendo seletivas e não universais, por outro, as políticas sociais teriam como função uma redistribuição da riqueza. Porém, a materialização dos direitos sociais não é capaz de eliminar a estrutura de classes, nem tampouco apresenta tal horizonte, pois de tal estrutura elas também surgem (Silva, 2006).

Um dos aspectos positivos das políticas públicas, se vistas dessa perspectiva, é a desmercadorização do sujeito, visto que tal serviço se torna um direito e o sujeito pode

se manter sem a dependência do mercado. Logo, seu horizonte deve ser o de igualdade de condições. Na realidade brasileira, ainda que com os avanços na Constituição de 1988, as políticas sociais possuem caráter liberal e, com o avanço do projeto neoliberal, sobretudo na década de 1990, ficaram ainda mais limitadas. Pensando na realidade e perfil da PSR, tais políticas são ainda mais controversas e seletivas, visto que exigências formais (como a de documentos e comprovação de endereço) e burocráticas, além dos estigmas de servidores e da população voltados à PSR, impossibilitam o acesso dessa população às políticas, não os reconhecendo como sujeito de direitos. Soma-se a esses problemas ainda outros estruturais, como a falta de articulação dos serviços em rede e a não capacidade de cobertura dos mesmos (Silva, 2006).

Em 2005 há uma responsabilização do Estado Brasileiro e passa a constar na Política Nacional de Assistência Social (Lei 11.258/05) a obrigatoriedade de as políticas de assistência criarem programas direcionados à PSR. A responsabilidade dessa área permanece no decreto de 2009. Ainda assim, pensando-se no histórico da assistência, vê-se sua estruturação a partir do critério de não aptidão para o trabalho. Aos aptos, cabe à assistência a incorporação ao mercado. A PSR está em uma encruzilhada, nesse sentido, pois, por não estar ingressa no trabalho formal, deixa de ter acesso a uma série de políticas de proteção social e, por outro, por serem, em sua maioria, aptas ao trabalho, não encontram espaço nas políticas de assistência social (Silva, 2006).

Assim, no âmbito das políticas públicas, a PSR foi assumida primeiramente como responsabilidade da assistência social a partir de um caráter assistencialista e, ao chegar à área saúde, o olhar adquire viés clínico, higienista e sanitarista, que tende a reduzir essa questão complexa a um enfoque individualista e patologizante, que se vale de características individuais, como o uso de drogas e os problemas psiquiátricos. O atendimento à PSR evidencia um desafio à Saúde Pública, sobretudo articulada aos

debates sobre as desigualdades de classe, gênero, raça e etnia (Varanda & Adorno, 2004).

Assim, a PSR, até meados de 2006, não possuía políticas que a alcançassem enquanto grupo populacional, havendo omissão estatal quanto à existência do fenômeno:

Na verdade, há uma conjugação de interesses refletidos na resistência à implementação de políticas sociais dirigidas aos pobres aptos para o trabalho, mas que não trabalham por limites do próprio sistema, para que os níveis de salários e acesso aos postos de trabalho e usufruto da riqueza produzida socialmente sejam mantidos dentro dos limites que interessam ao capital. (Silva, 2006, p. 144).

As primeiras iniciativas do governo federal voltadas à PSR datam de 2005, como o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, ainda em 2005 (Silva, 2006). A articulação desse contingente enquanto grupo social organizado e com possibilidade de visibilidade se dá também em 2005, com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (Cerqueira, 2011). Tratando-se de políticas públicas destinadas à PSR, porém, destacaremos três iniciativas: o consultório de/na rua, o CAPS AD e Centro Pop.

Os Consultórios de Rua surgem da experiência pioneira, idealizada pelo professor Antônio Nery Filho nos anos 1990, em Salvador, tendo em vistas, sobretudo, responder a problemática do uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. Tal problemática foi evidenciada após a restauração do centro histórico do Pelourinho e concomitante à chegada do crack nas grandes cidades, o que alertou para a emergência de uma aproximação específica a esta população. A partir de um projeto de extensão vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, o Consultório de Rua foi concretizado pela primeira vez em 1999 em parceria com a Prefeitura Municipal

de Salvador. Além de receber financiamento de órgãos nacionais, o Consultório de Rua de Salvador foi, até meados de 2006, avaliado para ser tido como modelo e referência para a expansão gradual do programa no Brasil (MDS, 2010).

A âmbito nacional, os Consultórios de Rua foram fortalecidos e expandidos como política pública de caráter nacional através do Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (PENAD), Portaria nº 1.190 do Ministério da Saúde, de 2009 (Brasil, 2009). Visa uma modalidade de atendimento que ofereça cuidados fora do contexto tradicional e busque a adaptação ao contexto de vida dos usuários. São dirigidos aos usuários de drogas e ligados aos departamentos de saúde mental, tornando acessíveis os serviços institucionalizados de assistência integral no espaço da rua tendo em vista ainda a constituição de laços sociais entre a equipe e o usuário. A estrutura de funcionamento dos Consultórios de Rua conta com uma equipe multidisciplinar com profissionais da saúde mental e atenção básica e ao menos um assistente social. O desenvolvimento das atividades se dá nas ruas e o deslocamento da equipe é realizado por uma van com identificação padronizada (MDS, 2010).

Por não oferecer uma metodologia rígida de intervenção, o que é característico também de outras políticas públicas, o trabalho nesse dispositivo gera insegurança aos profissionais. Entretanto, é a adoção dessa metodologia que permite a adaptação ao território e a possibilidade de um trabalho mais rico e inovador. Entre as potencialidades do serviço está também a de promover atividades conscientizadoras e informativas. Por isso, o contato com outros dispositivos dos territórios (como associação de bairro, escolas e igrejas) são fundamentais (CRP-MG, 2015). Os riscos são exatamente o seu oposto, como a automatização do trabalho e a adoção de uma lógica estritamente ambulatorial do serviço, reproduzindo as práticas tradicionais do campo da saúde.

A partir da Portaria 122, de 25 de janeiro de 2012, porém, surge uma nova modalidade de serviço: os Consultórios na Rua. Assim, as equipes voltadas para a PSR passam a serem vinculadas ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Além do nome, mudam também as ações, agora voltadas para o acesso à atenção primária à saúde e não somente com questões relacionadas à saúde mental e ao uso de drogas. O foco é ampliado, passando a incorporar outras temáticas, como a gestação, doenças pulmonares, hipertensão e diversas outras questões que hoje ficam a cargo da estratégia de saúde da família (Santana, 2014). A equipe do Consultório na Rua é composta pelos agentes sociais e/ou redutores de danos, que, segundo a portaria, podem ser profissionais das áreas de: enfermagem, psicologia, assistência social, terapia ocupacional, medicina e técnicos da área da saúde, além de profissionais de ensino médio e agentes de saúde (Brasil, 2012). Porém, para além das nomenclaturas, permanece o desafio de constituir um trabalho de fato comprometido e autocrítico (inclusive de sua composição e qualificação), que seja capaz de romper com modelos higienistas, curativistas e hospitalocêntrico, pois a principal dificuldade está na implementação da política, de fato inovadora, em um ambiente não favorável às articulações (Santana, 2014). Atualmente, são 129 equipes de Consultório na Rua no Brasil³.

Outro dispositivo da rede de saúde acessado pela PSR, embora não pensados exclusivamente para tal, são os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) que, regulamentados pela Portaria GM nº 336, em 19 de fevereiro de 2002, se diferem dos CAPS (voltados para a população com sofrimento mental e com base territorial) ao serem destinados à população em uso abusivo de álcool e outras drogas. Também ampliados a partir da PENAD (Brasil, 2009), prestam serviços na permanência dia, como atendimentos individuais, gerenciamento de casos com cuidado

³ Dados retirados do site: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/centro-pop.html>

personalizado, seguindo a lógica da redução de danos, oficinas terapêuticas e atividades comunitárias, além de almejar também a inserção comunitária. É oferecido ainda, àqueles que necessitam, a permanência noite, de caráter ambulatorial. O CAPS AD pode ser definido como um serviço de porta aberta, entretanto inúmeras dificuldades caracterizam o serviço, sendo usual a adoção de agendamentos prévios. Tal postura, dentre outras tantas nos vários serviços de saúde, demonstra uma incongruência do seu funcionamento com o modo de vida e as próprias condições materiais da PSR (CRP-MG, 2015). No Brasil, há 308 CAPS AD.

Já os Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centro POP) foram criados a partir da resolução nº 109, de 2009, no Conselho Nacional de Serviço Social e são atendidos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que os define enquanto proteção especial de média complexidade, por compreender que a PSR possui vínculos familiares e comunitários rompidos (Silva, 2012). Conforme o nome já indica, oferece serviço especializado para a PSR e se caracteriza por ser um serviço de porta aberta que realizam acompanhamentos sistemáticos por meio de equipe multidisciplinar e visam o encaminhamento para serviços de saúde, educação, defensoria pública, moradia, cultura, entre outros. Deve funcionar com atividades coletivas e individuais. Além disso, oferece refeições, guarda de pertences e espaço para higiene pessoal e lavagem de roupas. Segundo o observatório online “Crack, é possível vencer”, o Centro POP deve ainda estimular a mobilização e a participação social. Hoje, no Brasil, há 219 unidades. Segundo Silva (2012), as ações pontuais, como distribuição de roupas e alimentos, realizadas nesses serviços, remontam ao assistencialismo e promovem uma dependência social dos serviços sem que, de fato, possibilitem a construção de novos projetos de vida entre os seus usuários.

Em comum entre os serviços de saúde e outros que atendem a PSR, como os de abordagem e assistência social, está a busca pela promoção de autonomia através de um serviço não padronizado e articulado em rede com os outros dispositivos. As críticas, porém, também são pungentes, entre elas o desafio da articulação em rede na prática profissional. Além disso, os desafios próprios para o trabalho com a PSR podem ser discutidos a partir da novidade desses serviços e desafios constantes por uma prática criativa composta por profissionais mais críticos (CRP-MG, 2015), mas também, e, sobretudo, pela necessidade de reformulação de um sistema baseado em um modelo burguês de saúde, pautado por concepções moralizantes.

Entre outras conquistas recentes destacam-se: Portaria nº 940/2011, do Ministério da Saúde, que permite o acesso da PSR ao SUS sem necessidade de comprovante de residência; Portaria nº 595/2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida e estabelece critérios adicionais de vulnerabilidade social que priorizam a população em situação de rua; Edital nº 3/2013 do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata do fomento à economia solidária como estratégia de inclusão da população em situação de rua; e Portaria nº 693/2014, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que cria o Pronatec Pop Rua.

Embora importantes e com grande significado material e simbólico, os programas sociais voltados a PSR, além de dificuldades práticas e de execução, visam a retirada das ruas sem que se ofereça, porém, outras alternativas. As ações que possibilitariam tais alternativas, como os mencionados no parágrafo anterior, não se verificam na prática. Esse fato aponta para a necessidade de que políticas públicas reconheçam os problemas de acesso e as diferenças geográficas e territoriais garantindo à PSR uma política com contornos específicos “tendo em vista os princípios da universalização,

equidade e integralidade, preconizados pelo SUS” (Varanda & Adorno, 2004, p. 68). Além disso, oriundo de um forte processo de estigmatização, maus tratos e de dificuldade objetiva de acesso, a PSR pouco procura a rede de saúde, resultando na acumulação de doenças e na prática de dependência de encaminhamento pelas instituições de assistência.

2.3. Estigma relacionado à PSR

A PSR é um segmento da sociedade que expressa de maneira veemente a profunda desigualdade social existente em nosso país, sobretudo a partir das mudanças políticas, sociais e econômicas mundiais das últimas décadas. Apresenta-se como uma categoria social complexa, fundamentalmente por conta da necessidade de se considerar o processo de “vulnerabilização” como dinâmico e anterior à ida para as ruas. No caso da rua, as condições estruturais e as privações materiais evidentes são somadas a situações opressoras, que, entretanto, não são problematizadas, pois o fenômeno da rua é naturalizado, concebido como permanente e ahistórico, resultando na marginalização dos indivíduos que estão nessa situação (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2013). Dessa forma, em nosso contexto, essas pessoas são vistas como símbolos máximos da pobreza (Alcântara, Abreu & Farias, 2015) e ser pobre, por si só, converte-se em *status* social desvalorizado, estigmatizado e de isolamento (Paugam, 1999).

Em pesquisa realizada por Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), foi possível perceber que esses indivíduos foram identificados como portadores de duas identidades sociais alvos de estigmatizações: a identidade social de pobre e a identidade social de morador de rua. Além de serem culpabilizadas por sua situação, as pessoas em situação de rua são vistas em papéis sociais de criminoso, de violento, de sujo e de doente (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2013) e em representações sociais comuns às pessoas pobres, como as de malandragem e de vitimismo (Alcântara, Abreu & Farias, 2015). Destacam-se ainda as temáticas do trabalho e das drogas. A ruptura com o mundo do

trabalho formal fragiliza a identidade pessoal e coletiva, bem como os laços familiares, dado o significado social valorizado do trabalho.

O conceito de desqualificação social, de Paugam (1999), trata deste movimento de expulsão do mercado de trabalho e do caráter multidimensional da pobreza. A desqualificação social seria, então, um tipo de relação entre a população pobre, receptora de assistência governamental, e o restante da população, e tem como características: a estigmatização dos pobres, que atribui à pobreza um status desvalorizado; impedimento das relações de pertencimento de classe, visto que as pessoas buscam dissimular sua origem por conta da humilhação de a ela pertencer; a interdependência que a estrutura social tem da pobreza e dos ditos desqualificados; a existência de meios de resistência coletiva; não composição de um grupo heterogêneo, que se encontram em diferentes graus de relação de assistência; e, por último, vinculado à degradação do trabalho, está a fragilidade dos vínculos, sobretudo familiares.

Essa ruptura ou enfraquecimento dos vínculos são dimensão essencial da desqualificação. Para Paugam (1999), quanto mais precária a relação com o trabalho, sobretudo em homens na idade ativa, entre 35 e 50 anos, mais frágeis os vínculos familiares e sociais. Isso porque, indivíduos que não possuem emprego formal acreditam que seu “fracasso” é visível a todos e, por isso, a dissimulação de seu status e o recolhimento acontecem. Além disso, a procura por serviços de assistência é vista como humilhação. Sentimentos como o medo e a culpa levam a estados de resignação que afetam relações comunitárias e familiares. Esse estado de fragilidade conduz à dependência dos serviços. Seguinte a essa etapa, há a ruptura dos vínculos sociais, extremo da marginalidade, como a situação de rua. Há o sentimento de inutilidade e o álcool e outras drogas, muitas vezes, aparecem como compensadores. Além disso, quanto maior o tempo sem moradia, maior a ruptura com os vínculos sociais e a

sensação de desprezo e solidão. O rompimento surge como forma de evitação de conflitos familiares e da vergonha em assumir sua posição e pedir ajuda (Paugam, 1999).

Nesse contexto, a abordagem do estigma, que tem como marco teórico o estudo de Goffman (1988), traz contribuições importantes. O termo remonta à Grécia Antiga, às marcas feitas no corpo de marginalizados. Goffman (1988) define o indivíduo estigmatizado como aquele que não é habilitado para a aceitação social plena. Assim, o estigma é um sinal visível corporalmente (como as deficiências) ou não (como a homossexualidade), que indica sobre o status moral depreciado do indivíduo. Isso ocorre, pois, a sociedade estabelece categorias de atributos que são “naturais” aos indivíduos e cria expectativas normativas sobre o que o outro deveria ser. Tal processo diz de uma linguagem de relações tão banalizadas que só percebemos a existências de tais expectativas normativas ao depararmos com quem não as preenche. Assim, há um movimento de redução do indivíduo ao atributo que o torna diferente, o que impossibilita atenção para outras características. O estigma, portanto, provoca mal-estar na interação e pode gerar retraimento, agressividade e respostas desagradáveis, realizando mudanças na concepção do eu onde a carreira moral sofre ajustamentos pessoais (Goffman, 1988).

Moura Jr., Ximenes & Sarriera (2013) definem como práticas estigmatizantes também a vergonha e a humilhação, presentes em pessoas em situação de rua. Porém, essas práticas são de difícil acesso, pois além de serem dados subjetivos, o sujeito busca escondê-las. Como consequências desse processo estigmatizante, há o enfraquecimento do respeito que o sujeito poderia ter com outras pessoas, podendo ser desenvolvido um ciclo opressor de práticas de humilhação. Salientam, além disso, uma política silenciosa de exclusão de determinados locais tidos como públicos, como shoppings, livrarias,

serviços de saúde e transporte coletivo que, como todo espaço social, são permeados por posições assimétricas de poder (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2013).

A primeira análise sociológica que promove visibilidade ao termo, assim, é a de Goffman. Porém, as análises posteriores da obra de Goffman, segundo Parker e Aggleton (2001), concluem que este atribui ao estigma caráter estático e individualizado, ainda que o autor tenha partido de pressupostos interacionais e de construção cultural. Segundo os autores, há uma complexidade na análise do estigma e, por isso, é difícil encará-lo. Entretanto, acreditam que o estudo do estigma e da discriminação exige repensar estruturas naturalizadas, sobretudo por considerarem sua origem como social. Por isso, se faz importante a ênfase nas dimensões estruturais do estigma. Para além de uma concepção individualizada, o estigma se constitui como um elemento importante na equação das opressões e dominações e se origina de processos históricos e políticos de constituição de regimes políticos normativos. Logo, o estigma e a estigmatização não são atitudes isoladas, nem tampouco somente valores culturais, mas sim um ponto de interseção entre cultura, poder e diferença (Parker & Aggleton, 2001).

Foucault (1977) mostra as passagens históricas que transformaram os castigos corporais em estruturantes na constituição da subjetividade, até a utilização atual do medo e da prisão como mecanismos reguladores da insatisfação da sociedade produzindo outro tipo de individualidade pautado na vigilância e suspensão das liberdades preconizadas pelo liberalismo. E quem legitima tais discursos de vigilância é a elite intelectual, por meio de campos como a psiquiatria, psicologia, demografia e tantas outras, e também as formas populares de conhecimento, como o senso comum e as religiões (Parker & Aggleton, 2001).

Os conceitos de violência simbólica, de Bourdieu, e de hegemonia, de Gramsci, são importantes. O primeiro, por seu estudo entre cultura e poder que permite entender a dinâmica de busca por status e recursos culturais por diferentes grupos sociais. A violência simbólica, dessa forma, é a reprodução dos sistemas simbólicos de forma a preferenciar os interesses de grupos dominantes e a naturalização de hierarquias. Este conceito tem similaridades com o de hegemonia, que é a “interação complexa entre forças políticas, sociais e culturais que organizam significados e valores dominantes no campo social para legitimar as estruturas da desigualdade social, mesmo para os que são os objetos da dominação” (Parker & Aggleton, 2001, p. 16). Assim, mais do que produção social da diferença, como antes sugerido, o estigma opera também sob as desigualdades sociais e estruturais, ou ainda transformando as diferenças em desigualdades. Longe de ser abstrato, “o estigma é empregado por atores sociais reais e identificáveis que buscam legitimar o seu próprio status dominante dentro das estruturas de desigualdade social existentes” (Parker & Aggleton, 2001, p. 16).

Essa compreensão sobre o estigma estimula modelos para além do psicológico, enfatizando forças mais amplas. Novos esquemas conceituais pressupõem novas práticas. Novos tipos de estudos conceituais investigativos e voltados para as políticas e, no âmbito da intervenção, a complementação de ações inspiradas em modelos cognitivos e psicológicos, como os de indução de empatia, com “ações que têm como seu ponto de partida as causas sociais, políticas econômicas” (Parker & Aggleton, 2001, p. 37). Isto pressupõe modelos referenciados mais à mobilização, resistência e transformação social do que à mudança de comportamento.

Dessa forma, o estigma e/ou o processo de estigmatização comparece e se constitui como um elemento a ser considerado na equação de opressões, dominações e impossibilidades para que determinados sujeitos se potencializem, a partir de processos psicossociais de naturalização, normatizações, moralismos e atribuição de

características que são empregadas ideologicamente com a finalidade de manter estruturas intactas. O estigma na presente pesquisa pode ser caracterizado como um elemento que se constitui a partir de determinados contextos reais, imersos em processos sócio históricos atravessados pela constituição de regimes políticos normativos, os quais não são comprometidos com a livre constituição de sujeitos e em uma sociedade não pautada por um projeto ético e político emancipatório. Ou seja, é empregado de forma estratégica de modo a perpetuar a desigualdade social (Parker & Agleton, 2001). Logo, o processo de estigmatização pode ser entendido como prática de opressão e constituição de identidades e subjetividades (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2013).

Wacquant (2006), porém, salienta outro aspecto importante no estudo dos estigmas: a estigmatização do território. A partir da análise do gueto negro norte americano e do subúrbio operário francês, o autor debate o precariado nas sociedades pós-industriais, constatando que a marginalidade avançada se encontra em lugares urbanos precisos e delimitados. Quando esses territórios tomam alguma proporção ou ameaçam tornarem-se permanentes, discursos, tanto de senso comum, quanto políticos e científicos desqualificam e ampliam o estigma já associado à pobreza. Wacquant (2006) aponta que esses locais passam a ser sinônimos do perigo urbano. Assim, viver em um desses locais causa vergonha, culpa e leva ao falseamento da informação em busca de um distanciamento daquela realidade ou de difamação de outros na mesma situação, como também apontado por Paugan (1999). Logo, a estigmatização territorial age como forma de decomposição de classe, que é associada ainda à falta de uma linguagem comum que unifique trabalhadores precarizados e pobres de perfis muito diferentes. “Ao contrário do proletariado na visão marxiana da história, que é chamado a abolir-se a longo prazo, unificando-se e universalizando-se, o precariado só se pode construir para logo se desconstruir” (Wacquant, 2006, p. 36).

A estigmatização do território e a mudança nas relações com o território possuem ainda relação com a reconfiguração do capitalismo, visto que locais antes sinônimos de relações comunitárias passam, após os anos 1970, a serem espaços indiferentes e de relações violentas. Não se trata, porém, de romantizar o passado, mas de compreender que as relações individualizadas e privatizadas fomentaram também a desumanização de determinados espaços urbanos. Wacquant (2006) aponta ainda que, em períodos de crise passados “os trabalhadores temporariamente rejeitados pelo mercado de trabalho podiam refugiar-se na economia social da sua coletividade de origem” (Wacquant, 2006, p. 32). Agora, porém, sem o apoio coletivo, as estratégias passam a ser individuais e aprofundadoras da precariedade, onde atividades ilegais, como o tráfico, muitas vezes, passam a ser institucionalizadas. O impacto dessa estigmatização nas políticas públicas é visível:

A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de não-direito ou uma *cit  fora da lei* e fora da norma,   fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogat rias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objectivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorra -los de um espaço cobichado. (Wacquant, 2006, p. 30).

No caso da rua, a análise de estigmatiza o territorial   mais complexa, visto que uma das características da PSR   não possuir território fixo. Entretanto, tal análise pode ser útil ao pensar nos discursos e a oes que permeiam os territórios de aglomera o dessa popula o (sejam temporários ou duradouros) e de locais circundantes às institui oes que atendem a PSR. Quando o território passa a ser reconhecido pelo circuito de uso e tráfico de drogas, a exemplo da “cracol ncia”, em São Paulo, o problema   ainda mais agravante, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 3. Novas roupagens de um velho problema – Drogas, pobreza e situação de rua

O estudo sobre estigma nos indica que, ao dizer que um indivíduo não é aceito, dizemos também de todo um discurso discriminatório. E os discursos que permeiam os usuários de drogas em situação de rua, são, entre outros, o da criminalização, o da negação do direito à cidade e o do proibicionismo das drogas. O objetivo desse capítulo é, dessa forma, traçar uma contextualização da guerra contra as drogas e sua relação com a pobreza e o direito à cidade e, por fim, refletir em como tais discursos atravessam o uso e os usuários de drogas na rua.

3.1. Guerras às drogas, criminalização da pobreza e (não) direito à cidade

As drogas sempre fizeram parte da história da humanidade, sendo diferentes os sentidos atribuídos ao uso, bem como as reações perante a ele. A partir do século XX o consumo de drogas passa a ser regulamentado, fundamentalmente por associação de seu uso à violência e ao dano à saúde pública. É esse período de proibicionismo, em que paradoxalmente se estende o mercado das drogas, bem como a expansão capitalista, que nos interessa aqui (Raupp & Adorno, 2011). Pensando em um breve histórico recente sobre o consumo de drogas no mundo, vemos que, ainda na década de 1950, o uso e circulação não se caracterizavam enquanto problema, principalmente por ser associado somente a grupos marginais. A partir de 1960, com os movimentos de contracultura, sobretudo, há a popularização (e visibilidade) de drogas como a maconha e o LSD, sendo de 1961 a instituição do tratado internacional das Nações Unidas, a Convenção Única de Entorpecentes, para combate ao abuso de drogas. Esse sistema internacional de controle, porém, foi inserido progressivamente na América Latina como forma a culpabilizar os países produtores e impor critérios proibicionistas. Entretanto, a

classificação de produtores e consumidores é tida como fictícia por Teixeira (2012), visto que os Estados Unidos, por exemplo, são os maiores produtores de maconha do mundo. Vejamos uma explicação mais plausível para essa classificação.

Em 1971 o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declara Guerras às Drogas, consideradas inimigas número um do país, o que legitimou a intervenção diplomática, militar e econômica em países tidos como ameaças (mais uma vez, os “produtores”). Assim, com a droga tida como novo inimigo externo (ocupando o lugar do comunismo, o que contribuiu para, do ponto de vista ideológico, colocar-se fim à Guerra Fria), há nesse período a instituição de bases militares na América Latina e a clara distinção entre países inimigos e países vítimas do tráfico, bem como também o fortalecimento do discurso médico-jurídico, historicamente utilizado como estratégia de controle social (Batista, 2011; Foucault, 2014) onde o usuário passa a ser qualificado como doente e o traficante como delinquente (Pilati, 2011).

No Brasil, houve a incorporação desses modelos normativos e, sobretudo, a implementação de um modelo militarizado de segurança pública de combate às drogas (Teixeira, 2012). Após o golpe militar, em 1964, houve um deslocamento das políticas criminais para o modelo bélico e a repressão ao uso de drogas, legitimada pela medicina com a expansão dos modelos de internação. A partir dos anos 90, com o advento do neoliberalismo e suas consequências, como a precarização do mundo do trabalho e aumento das desigualdades, nota-se ainda o fortalecimento do crime organizado ilícito e de um mercado paralelo, altamente lucrativo (visto o papel funcional da corrupção no capitalismo) concomitante ao aumento do mercado consumidor de determinadas drogas, como a cocaína, estimulante e também funcional ao produtivismo capitalista (Teixeira, 2012). Pós anos 2000, percebe-se uma passagem importante das políticas públicas

nacionais voltadas aos usuários de drogas para o campo da saúde pública⁴ a partir da perspectiva da redução de danos⁵ (Passos & Souza, 2011).

Por outro lado, há o reforço da repressão nas políticas de segurança pública. A atual lei de drogas do país (Lei nº 11.343), de 2006, não incorporou grandes novidades, permanecendo o viés criminalizante e a imposição de medidas terapêuticas (Pilati, 2006). Segundo a legislação, a diferenciação entre usuário e traficante se dá a partir de critérios como quantidade apreendida e antecedentes criminais. Porém, não há definição prévia da quantidade que define um usuário ou um traficante, prevalecendo critérios subjetivos do policial que apreende ou do juiz. Além disso, há o aumento da pena mínima do tráfico de drogas, o que trouxe como consequência o crescimento nos níveis de encarceramento (Boiteux & Pádua, 2012). Dois perigos advindos da nova lei devem ser analisados: o primeiro é a seletividade de classe na aplicação da lei: aos pobres o discurso jurídico, aos usuários de classe média e alta o discurso médico. O segundo perigo está ligado justamente ao discurso médico e a possível passagem para um modelo sanitarista, que abre margem às internações compulsórias a partir do discurso da patologização, em contramão ao preconizado pela lei da reforma psiquiátrica (10.216/01) e pelos próprios princípios da redução de danos. Dessa forma, a política de

⁴ Em 2005 foi aprovada a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), cujo principal avanço é o reconhecimento das diferenças entre dependentes, usuários e traficantes, reorientando as formas de tratamento e as localizando na saúde pública, além de indicar programas de governo e estabelecer responsabilidades compartilhadas. Os Centros de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) passam a ser o ponto central da rede de atenção. Em 2006, foram normatizadas tais mudanças a partir da Lei 11.343 que, entre outras competências, implementou o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas (SISNAD) (Mota & Ronzani, 2014).

⁵ A redução de danos (RD) surge como resposta às políticas de Guerras às Drogas, rompendo com o paradigma da abstinência e conduzindo o debate para o campo da saúde pública a partir da compreensão de que nem todos podem ou querem parar com o uso e buscando formas menos nocivas. No Brasil, as primeiras ações de RD são de 1989, em Santos/SP, conhecida como “capital da AIDS”, devido à alta transmissão de HIV entre usuários de drogas injetáveis. Impedidos de fornecer seringas para usuários de drogas injetáveis, por conta de discursos moralizantes, os profissionais estimulavam o uso de hipoclorito de sódio para a desinfecção de agulhas e seringas reutilizadas. Em 1995, em Salvador, surge o embrião do projeto Consultório de Rua, sendo o primeiro do Brasil a realizar distribuição de seringas. Em 2004, a RD passa a ser diretriz e estratégia da Política Nacional sobre Drogas (PNAD). Ações conhecidas como a distribuição de preservativos e a Lei Seca são outros exemplos de redução de danos. (Passos & Souza, 2011). Em contextos de extrema vulnerabilidade, porém, fica nítido que um tipo básico de redução de danos é reduzir os impactos da pobreza.

drogas no Brasil se estrutura pela tríade: repressão, prevenção e tratamento (Teixeira, 2012).

O poder punitivo do Estado, entretanto, não atinge toda a sociedade. Se a globalização das políticas de tolerância zero transferiu o problema da criminalidade para o âmbito moral, retirando a responsabilidade das desigualdades geradas pelo capitalismo, tal estratégia possui caráter étnico classista. De acordo com Dornelles (2003), a partir de um discurso de promoção de bem-estar coletivo, tais políticas acabam por legitimar ações repressoras e de controle social do próprio Estado. Parte-se então para um modelo de “lei e ordem”, forte nos Estados Unidos, onde é criado um estereótipo de inimigo comum da sociedade, responsabilizado por todos os problemas estruturais da nação. Tal fato caracteriza ainda a tentativa do Estado de retirar sua responsabilidade pela re-produção de mazelas sociais, havendo uma transferência de responsabilidades do papel estatal para o âmbito privado.

Logo, as políticas de tolerância zero não correspondem a um aumento real da criminalidade, e sim a uma necessidade de controle das classes pobres (Wacquant, 2003). No neoliberalismo, como aponta Wacquant (2001), o Estado de providência se torna de penitência, voltado àqueles que não compõem formalmente a ordem econômica. Dessa forma, o discurso proibicionista carrega, em sua natureza, o conflito de classes, sendo o Estado o incorporador das pautas burguesas, reforçando a manutenção das estruturas tais quais elas são. Wacquant (2008), ao escrever sobre o estado penal norte americano, salienta o aumento de cinco vezes no potencial punitivo, comparando estatísticas de 1975 e 1999. Se retomarmos a história dos Estados Unidos, veremos que no século XIX, com a expansão do Novo Mundo, a população prisional era composta de imigrantes e pobres, o que não difere da função atual das penitenciárias

que, segundo Wacquant (2008), é a de administração e de regulação da pobreza, do gueto e do trabalho desqualificado.

O crescimento expressivo da população carcerária teve como consequência gastos maiores dos que os alocados para políticas sociais e, em 1998, as cadeias e as penitenciárias eram a terceira maior fonte de empregos nos Estados Unidos, sendo proporcional ao aumento das privatizações deste setor. Além disso, o cárcere em massa contribui para o crescimento da economia informal, favorecendo empregos temporários e abaixo da linha da pobreza, que são o motor do capitalismo exploratório. O país com maior população carcerária do mundo é os Estados Unidos (2,2 milhões), confirmando a tese de Wacquant, seguido por China (1,6 milhões), Rússia (700 mil) e Brasil (514.582 mil).

No Brasil, em um período de 20 anos, a população carcerária cresceu cerca de 350% (Direito Direito, 2012). Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias relativos ao ano de 2014, INFOPEN, os crimes de roubo e tráfico respondem por mais de 50% do encarceramento no país. Os crimes não violentos e o tráfico de drogas, segundo relatório, são ainda responsáveis pelo aumento exponencial do número de presos no período estudado (Infopen, 2015). Após a lei de drogas de 2006, entre os anos de 2007 e 2012, há um aumento de 320,31% de presos por tráfico de drogas (Boiteux & Pádua, 2012). Eis o crescimento do eficientismo penal (Dorneles, 2003), onde a política criminal é apresentada como única forma de estabelecer a ordem.

Na ausência da eficácia policial, são legitimadas e toleradas no cotidiano da população ações de tortura e de subordinação, que confirmam a mentalidade autoritária no interior das relações sociais. Segundo Sudbrack (2004), foram muitos os considerados inimigos da sociedade durante a história do Brasil: índios, escravos,

anarquistas, comunistas, negros e pobres. O fato é que, independente do contexto histórico, esses inimigos impostos, que são contra um suposto padrão de ordem, sempre foram alvo de perseguição, repressão e extermínio, seja por agentes do Estado, seja por membros da sociedade civil. Isso dá espaço a uma internalização e legitimação do extermínio que, mesmo com a redemocratização de 1985, não foi rompida. A sociedade brasileira é caracterizada pela concentração de renda, pela desigualdade social e pelo tratamento ilegal das classes subalternas/trabalhadora, principalmente na área criminal. A constituição de um Estado teoricamente de iguais perante a lei não foi capaz de modificar essas questões. Para além do poder estatal, são as pessoas em situação de rua e os pobres os principais acusados pelas mazelas sociais e, portanto, alvo do ódio pelos denominados justiceiros e da repressão estatal. Episódios nacionais fatídicos como a Chacina da Sé⁶, em São Paulo, 2004; Chacina da Candelária, Rio de Janeiro, 1993; e a morte de um índio, que dormia em um ponto de ônibus, queimado vivo em Brasília em 1997 ilustram os direcionamentos desse ódio⁷.

Termos como “guerras contra as drogas” e “epidemia do crack” são utilizados para justificar a violência estatal e gerar um pânico moral na sociedade. A partir da análise histórica social do Brasil, é possível observar a reprodução de um Estado punitivo que visa o encarceramento e o controle e extermínio das classes excluídas dos meios de produção, colaborando para a criação de um estereótipo de inimigo comum para a sociedade (que, de forma contraditória, é também a mais vitimada pela dita violência urbana): pobre, negro, jovem e do sexo masculino (Dornelles, 2003). A esse processo chamamos “criminalização da pobreza”. A população em situação de rua,

⁶ 19 de agosto, data que marca o início da chacina que matou 15 pessoas em situação de rua entre os dias 19 e 22 de agosto na Sé, em São Paulo, ficou marcado como o Dia de Luta da População em Situação de Rua.

⁷ Apesar das citadas, diversos são os episódios de práticas de extermínio no país que envolvem diretamente ou não personagens estatais. Exemplo recente foi o ocorrido entre os dias 27 e 29 de janeiro de 2018, no Ceará: duas chacinas, dentro e fora de presídios no estado, vitimaram 24 pessoas (o triplo da chacina da Candelária). Autoridades alegam conflito entre facções.

como já indicado no capítulo anterior, não por acaso, está em conformidade com essas características “criminalizantes”.

O medo, dessa forma, é utilizado como recurso estratégico, o que leva à criminalização também das relações sociais, em consonância com uma pauta econômica que favorece uma política genocida em diversas partes do mundo. Zaffaroni (2001) reforça a posição de que as políticas criminais e penais da América Latina são decisões políticas fortemente influenciadas por modelos europeus e norte americanos de crescimento da repressão pautadas no discurso de monopólios midiáticos que criam pânico social. Karam (1996) atenta que também o interesse da esquerda pela segurança pública se voltou para um pragmatismo político (e eleitoral) no sentido de ampliação de um discurso de repressão e punição. O clamor contra a impunidade e contra a corrupção acaba por legitimar ações cada vez mais reacionárias, rompendo tanto com conquistas da própria esquerda, como com princípios do Estado de Direito. Além disso, tal pedido é em vão, pois o verdadeiro papel da repressão não é o de justiça social, e sim a manutenção das estruturas de poder e a delimitação de um inimigo comum a ser combatido. Além disso, “solidifica a autoridade do sistema penal, ocultando as suas próprias contradições.” (Martini, 2007, p.1). Assim, desvios pessoais de certas categorias da sociedade são tidos como o problema, ocultando os “desvios sociais que o alimentam” (Karam, 1996, p.82).

Dessa forma, a esquerda latino-americana, acabou por reproduzir práticas comuns dos Estados Unidos, como as políticas criminais baseadas na existência da droga como inimigo por si só. A pena deve ser compreendida, então, como manifestação de poder de classe e, por isso, dirigida aos que não têm esse poder ou, seguindo uma tendência da criminologia crítica, podemos dizer que o crime não está na lei e nem no fenômeno real em si, está na relação social e na crença compartilhada sobre ele. Ou seja, as penas

destinadas a determinados crimes e a determinados indivíduos são exercícios de poder, pois são seletivas e fruto de decisões políticas (Karam, 1996).

Tomemos o crack, droga produzida a partir da pasta base da coca, que é hoje tida como sinônimo de degradação, como exemplo. Surgido no Brasil no final dos anos 1988 na periferia de São Paulo, dado baseado em dados policiais, passa a ser difundido nos anos 1990 na região da Luz, também em São Paulo, na região hoje conhecida como “cracolândia”. Sua expansão (que, vale ressaltar, também se deu nas classes dominantes) deve-se ao preço relativamente baixo e ao rápido e potente efeito e, também por isso, sua associação e popularização com a população em situação de rua, os expondo a um novo tipo de exploração comercial (Raupp & Adorno, 2011). Porém, o deslocamento paulatino do crack da periferia para o centro da cidade e sua territorialização nesse local tem consequências, entre elas a emergência de respostas do poder público, que se deu historicamente por meio da repressão (Rui, 2014). Operações realizadas no centro da cidade de São Paulo com foco nos usuários de crack e outros segmentos indesejáveis são datadas desde 1997, sendo denominadas de: Operação dignidade (1997), Limpa (2005) e Sufoco (2012)⁸. A sequência de nomes já indica a evolução da repressão. Ressalta-se também que o sucesso ou fracasso dessas ações depende da cobertura midiática. Esta também delimita papéis para os usuários de crack em situação de rua (Rui, 2013). Inclusive, o próprio nome pejorativo, estigmatizante e questionável atribuído àquele território (e reproduzido aqui entre aspas), “cracolândia”, faz parte de tal construção de papéis. O termo, surgido para designar o território de uso de São Paulo, passa, inclusive, a ser usado em diversos outros contextos no país onde haja usuários de crack para efeitos de diferenciação desses locais.

⁸ Ações atuais da prefeitura de São Paulo revivem e atualizam tal histórico repressivo, a exemplo da Redenção, operação de 2017.

É nos anos 2000, mais precisamente em maio de 2010, que é criado por decreto o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (Decreto nº 7.426/10), cujo objetivo, embora tenha trazido avanços na tentativa de articular as áreas de saúde, educação e assistência social, já é compreendido no verbo que consta em seu próprio título: isso porque não se enfrentam drogas, se enfrentam pessoas que usam drogas. Na campanha presidencial de 2014, contudo, é que o “combate ao crack” ganha destaque alinhado ao discurso de limpeza urbana “necessária” para os eventos internacionais ocorridos no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas do Rio em 2016. A “cracolândia”, então, passa a ser o “grande centro da questão social brasileira contemporânea” (Rui, 2013, p.288).

Entretanto, a degradação do espaço onde é feito o uso de drogas não é de responsabilidade dos usuários, mas, essencialmente, do processo de urbanização da cidade. Rui (2013), ao analisar os discursos que permeiam a construção da região central de São Paulo, verifica que o local tem histórico de abandono estatal desde a década de 1950. As tentativas de revitalização da região sempre passaram exclusivamente pela área urbanística, entre os quais se destaca o projeto “Nova Luz”, parceria público privada para restauração de grandes edifícios e valorização imobiliária, com o objetivo de transformar a área em pólo cultural. Entre as tentativas de articulação com saúde e assistência, o projeto Centro Legal, da prefeitura da cidade, de 2009, porém, também com foco majoritariamente repressivo. Embora a “cracolândia” seja composta de uma territorialidade itinerante e campo de relações mutáveis (Rui, 2014), as ações governamentais possuem um foco específico, que é a região da Luz.

Entre 2012 e 2013 operações estatais com foco na retomada do território via internações compulsórias ganham espaço na mídia nacional (Rui, 2014). Assim, nesses locais de uso, a compreensão do fenômeno passa para uma concepção moral, onde o

crack é o grande corruptor das pessoas, cabendo ao Estado agir compulsoriamente sobre elas e tirando a autonomia do sujeito. Assim, há uma relação econômica fetichista, onde o crack se torna o sujeito da ação e as pessoas que o consomem viram mercadorias, objetos (Adorno, 2015). “Afinal, do que estamos falando? Do uso de uma droga ou de pessoas que nas suas trajetórias de vida, no contexto de possibilidades sociais em que viveram passaram a se tornar visíveis ao tomar conta de um território urbano e ali testemunhar sua existência [...]” (Adorno, 2015, p.292).

Em 2014, o programa De Braços Abertos, da prefeitura de São Paulo, surge com a proposta de afastar a concepção meramente policial e abordar temáticas como trabalho e moradia. Além de não exigir abstinência do uso de drogas, fornecia serviços básicos, como chuveiro e colchões, além de hospedagem em quartos de hotel (em troca da demolição das barracas), trabalho diário e alimentação. Porém, algumas contradições foram notadas, entre elas, indicam Rui et al. (2014), a repressão mais dura aos não aderentes ao programa, identificados como traficantes, e o conflito de interesses entre governo estadual e municipal. Ou seja, o discurso de recuperação do usuário foi concomitante à repressão ao pequeno traficante. Tal distinção, segundo os autores, não se sustenta etnograficamente. Por outro lado, segundo relatório de avaliação elaborado por Rui, Fiore & Tófoli (2016), o programa, inovador perante a realidade histórica, teve resultados significativos quanto à redução do uso de crack, acesso a políticas públicas e reinserção social. Foi ainda bem avaliado pelos beneficiários, que desejavam continuidade do programa, por este ter gerado melhora nas condições objetivas e subjetivas de vida e por ser um contraponto à inconstância das políticas sociais voltados a eles. Porém, o programa foi extinto oficialmente em maio de 2017 pelo prefeito recém-empossado João Dória Jr. (PSDB) em prol de (não tão) novas medidas que visam o fim da “cracolândia” por via da repressão e do higienismo.

Esse caráter higienista histórico exacerba os estigmas e atribui o status de “viciado em crack” e “drogado” a todos os moradores de rua (Raupp & Adorno, 2011b). Além disso, esses territórios estigmatizados surgem como símbolos da patologia urbana, que alteram as formas de interação com a polícia e com instituições sociais (Wacquant, 2001b). Porém, é importante ressaltar que as cenas de uso, como a “cracolândia”, não são áreas isoladas, nem possuem fronteiras físicas e simbólicas claras. Elas fazem parte do fluxo da cidade (Rui, 2014). Rui et al. (2014) indicam que os usuários de crack que vão à região da “cracolândia” estão comumente fugindo de conflitos familiares e de problemas com tráfegos de drogas e policiais, ou estão ali por conta de somente naquele local terem algum acolhimento. Logo, não se trata de um problema local, mas de toda a metrópole. O centro, contraditoriamente, passa a ser a periferia da periferia e o destino final de muitos pobres.

Dessa forma, também a limpeza urbana, dada de forma essencialmente repressiva, aqui exemplificada pelo caso de São Paulo, constituem um aspecto da criminalização da pobreza e do (não) direito à cidade. Se vivemos em uma lógica (neo)liberal, como afirma Faulhaber (2012), as cidades acabam por serem reflexo deste sistema, se adaptando, assim como o Estado, à lógica das grandes corporações e do capital financeiro. Assim, a “diferenciação social e/ou geográfica tem motivações econômicas, políticas e culturais. Constituem espaços da reprodução precária da força de trabalho, portanto espaços das carências” e pode ser vista “como modelo de representação da hierarquia social vigente na sociedade brasileira.” (Faulhaber & Nacif, 2013, p. 3).

No caso de São Paulo, por exemplo, a ocupação dos prédios vazios e das ruas pouco frequentadas após o horário comercial, é fruto da desvalorização do centro e

deslocamento das elites para regiões periféricas. O fenômeno da gentrificação⁹, objeto nos estudos sobre urbanização, diz respeito a uma reversão dessa característica: se refere à criação de áreas residenciais nos centros urbanos voltados às classes médias e altas que, como consequência, gera a expulsão das camadas populares desses locais. Uma das manifestações da gentrificação nos centros urbanos é a “arquitetura anti mendigo” (Ferraz et al., 2016): mecanismos hostis que impedem a permanência de PSR (e, de certa forma, da população de forma geral) em locais públicos como calçadas, rampas, janelas e vãos a partir de nervuras, spikes, espetos, arames, bancos com divisórias e barras, por exemplo. O aumento de sistemas de segurança e de ações como os “choques de ordem” e outras de caráter repressivo também são ilustrativos. Esse tipo de arquitetura da violência tem o objetivo de apagamento, é pensado para subtração do direito à cidade e é legitimado pelo pânico social e sentimento de insegurança, que, na verdade, escondem a ânsia pelo gerenciamento e afastamento da miséria.

Na América Latina, estudos sobre gentrificação verificam que as intervenções estatais nos centros das grandes cidades são voltadas para consumo, lazer e turismo e não à moradia. É importante frisar, porém, que em São Paulo, não se trata de uma retomada desses espaços, visto que nunca pertenceram às classes dominantes. O Bairro da Luz, nosso exemplo aqui, é historicamente de uso popular. Logo, trata-se sim de uma elitização. As precariedades encontradas no local, porém, apontam para trajetórias de pobreza que não se modificam com a reurbanização (Frúgoli & Skair, 2009). Isso porque, historicamente há uma ligação entre urbanização e desenvolvimento do capitalismo, sendo a cidade o local de concentração do excedente de produção, absorvido pelo mercado imobiliário, que desapropria das massas o direito à cidade.

⁹Gentrificação é o processo de valorização de áreas centrais ou periféricas antes decadentes que gera, como consequência, a expulsão de antigos moradores devido a impossibilidade de se manterem no local. Ou seja, a diferenciação interna do espaço geográfico. Segundo Smith (2007), a gentrificação simboliza o desenvolvimento desigual do capitalismo que gera fronteiras políticas e econômicas e tem caráter classista e racista.

Assim, a qualidade de vida urbana torna-se uma mercadoria acessível a poucos, o que fica visível nas formas espaciais das cidades. “O modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso” (Harvey, 2014, p. 47).

Embora pertinente e atual, tal conclusão sobre a forma de composição das cidades não é diferente da de Engels, em 1845, início da industrialização urbana, ao descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, onde já identificava como eram reservados aos trabalhadores locais específicos na cidade, escondidos e miseráveis, bem como o crescimento da população que vivia nas ruas. Além disso, apontava para “a desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências (Engels, 2010, p. 68)”. As cidades são tidas para o autor como sinônimos de egoísmo, miséria e guerra, cujas armas são o capital e a propriedade.

Harvey (2014) aponta, contudo, para a mudança no conceito de classe trabalhadora enquanto classe operária clássica. A manutenção da vida urbana contemporânea passa a ser realizada por trabalhadores precários, desorganizados, produtos da fragmentação da vida urbana, que devem ser levados em conta ao se pensar em processos revolucionários. Os impactos psíquicos desse constante individualismo da ética neoliberal são evidentes: isolamento, ansiedade, neurose e (por que não?) um novo padrão de uso de drogas diverso daquele verificado em tradições passadas. Além disso, a lógica do consumo, do excesso e do individualismo imposta pelo modo de vida capitalista faz com que aqueles que não estão no fluxo formal da mercadoria se insiram no consumismo de outras formas, como a partir do uso de drogas: “o prazer na sociedade atual foi resumido a um mercado repleto de promessas de satisfação imediata

e fugaz meio do consumo de produtos” (Raupp & Adorno, 2011, p. 54). A droga é mais um desses produtos e seu consumo, ao se tornar ilegal, passa a ser regido pela lógica do mercado marginal (mas ainda mercado!) e não mais das tradições. Harvey (2014) aponta que a criação do novo está na possibilidade de ação coletiva. Assim, reivindicar o direito à cidade não é um objetivo por si só, sendo a luta anticapitalista urbana o caminho. Logo, o direito à cidade é mais do que direito ao acesso, e sim o direito de mudar e reinventar a cidade.

3.2. O uso de drogas na rua

Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre o uso do crack e outras drogas (Bastos & Bertoni, 2014), realizada em cenas abertas de consumo em todo o território nacional com cerca de 25.000 pessoas, o perfil dos usuários compreende, em sua maioria, jovens adultos, do sexo masculino, de cor não branca, com até o ensino fundamental completo e que viviam na rua, sobretudo se tratando das capitais. Tratam-se de poliusuários, ou seja, que usam mais de um tipo de droga, e que articulam o uso do crack ao de outras drogas lícitas, como o álcool e tabaco. O tempo médio de uso do crack é de 8 anos na capital e de 5 anos nas demais cidades, o que indica a interiorização da droga e também desmistifica a ideia de que o crack é uma droga de rápida letalidade. Mais de 50% faz uso em latas de alumínio, grave questão de saúde. O uso foi iniciado por curiosidade, conflitos familiares e pressão de amigos, prioritariamente. A prevalência de doenças como HIV, Hepatite C e Tuberculose é maior do que a da população geral e o acesso a serviços de saúde é baixo. 41% foi detido no período de um ano por motivos tais como: uso e posse de drogas, assalto, furto e tráfico. A maior macrorregião de uso no Brasil é o Nordeste e, embora variável por região, o crack não representa, nas capitais, a maioria das drogas ilícitas consumidas.

Ainda assim, na situação de rua, o uso de drogas, mais precisamente de crack, assimila ao estigma de morador de rua ainda mais problemas. O uso de drogas “apresenta-se como estigmas de culpabilidade e penalização de sua condição de rua, o que resulta na produção da identidade social do ‘encharcador’, ou seja, malandro, bêbado, que desqualifica essas pessoas e orienta a forma de tratá-las” (Alcântara, Abreu & Farias, 2015, p.5). Isso porque, há substâncias específicas de determinadas classes sociais (Mayora, 2016). Por isso, Rui (2006) tensiona que o uso de drogas só pode ser compreendido a partir da ressalva do marcador de classe. O uso de drogas atribui barreiras dentro da sociedade, havendo legitimações de quem pode e tem controle para fazer ou não o uso da droga. Assim, é fundamental saber quem consome, o local e a forma. Fica claro, dessa forma, que há a necessidade de ver o uso de drogas como fenômeno coletivo, e não individual (Alvarado, Guerra & Mejías, 2013).

O sentido dos usos, assim, é diferente para população em situação de rua, havendo a necessidade de a droga, por si própria, não ser o ponto principal de análise, pois ela é um desafio entre tantos outros encontrados na rua. Assim, em um contexto de extremo pauperismo, como na rua, a análise das implicações do uso de drogas parece mais complexo: “o que seria um consumo problemático ou não problemático na vida de quem não tem nada, de quem passa fome, frio e dorme no chão?” (Mayora, 2016, p. 159).

Primeiramente, é importante ressaltar que há diferenças quanto a esse uso. Raupp e Adorno (2011) identificam usuários de crack de três formas: dependentes; usuários de tipo *binge*, que fazem uso intenso durante horas ou dias, mas depois ficam dias sem usar; e usuários leves ou que usam somente como forma de socialização. Alvarado, Guerra e Mejías (2013), constatam que o uso de drogas aparece tanto como causa, como consequência das ruas. Na pesquisa em questão, feita com meninas em situação de rua,

estas atribuem o uso, essencialmente, a conflitos familiares, à falta de afeto e a maus tratos físicos. Na rua, porém, percebem ações de discriminações que são atribuídas principalmente ao uso de drogas. A droga, porém, aparece nas ruas como maior forma de interação social e forma de cumprir as exigências dos centros urbanos, cada vez menos compreensíveis. Segundo Raupp e Adorno (2011b), o uso do crack no contexto de rua é tido como perfeitamente ajustável ao estilo necessário para se viver nesse contexto. Isso porque as propriedades químicas do crack permitem viver o prazer do instante além de deixar mais esperto e com mais coragem para enfrentar situações complexas.

Assim, as drogas aparecem em discursos de “anestesiamento e prazer” (Raupp & Adorno, 2011, p. 57). Uma pesquisa sobre adolescentes nas ruas, na cidade de Medellín, Colômbia, afirma, a partir da fala dos pesquisados, que a droga é parte integrante da vida nas ruas, transportando-os para outros mundos e fazendo com que se sintam acompanhados. Entretanto, afirmam que o lado negativo dessa “viagem” é, além do difícil regresso, o impedimento da vivência do real. O uso das drogas, assim, tem uso prático, em relação com a estrutura objetiva, permitindo, por exemplo, dormir com mais tranquilidade. Além disso, assumem que o uso de drogas é tido como um ritual de passagem para quem chega à rua (Giraldo et al, 2008), sendo um fator identitário para quem nela vive (Raupp & Adorno, 2011).

Assim, se o uso de álcool e outras drogas no contexto das ruas é tido como única alternativa para suportar a total vulnerabilidade, possibilitando alívio ao sofrimento (Alcântara, Abreu e Farias, 2015), o uso de drogas também é apresentado como anterior à ida para as ruas e como causa para tal ao ter gerado grandes perdas materiais. Além disso, momentos de “recaídas” do uso estão associados à ida ou retorno para as ruas, mas, por outro, estão ligados também à falta de trabalho, a pertencimentos de classe,

gênero e raça, e à incapacidade de resolver problemas e acessar serviços públicos, como saúde e serviço social, com eficácia. O abuso de drogas, então, surge como artifício e resistência concreta para busca da superação de faltas, discriminações e lugares socialmente atribuídos aos pobres. Porém, tal forma de resistência, cujo crack tem papel central, tem como resultado a maior opressão desses grupos. A classe social, assim, é tão importante quanto os efeitos farmacológicos do crack, visto que o nível de acesso aos capitais econômico e cultural é decisivo para regulação e controle do uso. Logo, é perceptível que a ideia de certa estabilidade, seja econômica ou afetiva, liga-se à possibilidade de cessação do uso de drogas, o que aponta também para a importância de compreensão dos diferentes sentidos da droga em contextos de pobreza (Raupp & Adorno, 2011).

Não é possível, dessa forma, afirmar que, mesmo em não situação de rua, não havia vulnerabilidades outras, como a afetiva, a étnico racial, de gênero, de violências e de discriminação. Todas elas resultam em uma sociabilidade que oprime e se referem à gestão da pobreza na sociedade brasileira. Por isso, é necessário evitar o risco de se cair em uma situação de causa e consequência em relação ao uso de drogas e situação de rua, compreendendo que as pessoas em situação de rua são um grupo heterogêneo (Alvarado, Guerra & Mejías, 2013). Além disso, embora pesquisas indiquem o uso de drogas enquanto causa primordial de ida para as ruas, tal relação causal deve ser relativizada visto que a proporção de ricos e brancos usuários de drogas não vai morar nas ruas por essa razão, em sua grande maioria. Assim, os processos de marginalização são mais complexos do que a ausência de lar, e dizem respeito a trajetórias marcadas por opressões e que resultam em quadros de vulnerabilidade.

O uso e abuso de drogas apresenta-se como elemento frequente e associado à situação de rua, podendo contribuir para aumentar o grau de vulnerabilidade e

marginalização. Neste sentido, a partir de uma realidade conformada em meio à pobreza e sua gestão contemporânea via a adoção de políticas governamentais punitivas, lançamos a seguinte questão: em que medida os estigmas relacionados à pobreza e ao uso de drogas podem se articular e se conformarem como vetores que dificultam o processo de constituição de uma vida autônoma em sujeitos em situação de rua que são usuários de drogas?

Capítulo 4. Percurso metodológico

4.1. Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de estigmatização em usuários de álcool e outras drogas em situação de rua na cidade de Juiz de Fora (MG). Para tal, possui ainda como objetivos específicos: a) Identificar e compreender as experiências de estigmatização experienciadas pelos sujeitos e suas relações com quadros de trajetórias de vulnerabilidade; b) verificar as estratégias empregadas no enfrentamento dos estigmas vivenciados; c) compreender a relação entre o uso de drogas e a condição de rua.

4.2. O Campo

4.2.1. A realidade local

O município de Juiz de Fora está situado na Zona da Mata mineira e, segundo dados do IBGE (2016), possui uma população estimada de 559.636 habitantes. A cidade está ainda localizada no entroncamento da BR 040 e BR 267, entre três grandes centros urbanos nacionais (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo) (Souza, 2016). Dados de 2010 (IBGE, 2010) apontam que a cidade possui o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,778. O IDHM é calculado a partir de médias geométricas sobre longevidade, educação e renda e varia entre 0 e 1. Considerando as

faixas de desenvolvimento do IDHM, o índice de Juiz de Fora é considerado alto (0,700 a 0,799), dado importante, mesmo que consideremos as críticas realizadas a este tipo de contabilização da pobreza expostas no capítulo 1 desta dissertação.

O valor de rendimento mensal nas residências urbanas é de R\$3.212, enquanto o rendimento per capita é de R\$ 630 (IBGE, 2010). Segundo o mapa da pobreza (IBGE, 2003), a cidade possui 12,87% de sua população pobre, considerando a categoria pobreza a partir da capacidade de consumo – o que questionamos anteriormente, enquanto o índice de Gini¹⁰ da cidade é 0,56 (Atlas, 2010). Por outro lado, segundo os mesmos dados do IBGE (2010), Juiz de Fora possui a maior diferença de IDH entre negros e brancos do estado de Minas Gerais. Assim, conforme aponta Souza (2016), Juiz de Fora se configura como importante cidade de porte médio no cenário nacional e, por isso, não está distante das consequências do capital no meio urbano, sendo notório em seu histórico a produção desigual do espaço e uma separação socioespacial de classes. Nesse ponto, os dados sobre população em situação de rua da cidade se mostram importantes ao evidenciarem o extremo da expropriação urbana.

O diagnóstico da população em situação de rua da cidade de Juiz de Fora (Prefeitura de Juiz de Fora, 2016) foi lançado em 2016 partindo do princípio de que, para se estabelecer políticas públicas para essa população é preciso conhecê-la. O diagnóstico local contou, inicialmente, com etapas de pré campo e varredura, auxiliados por instituições e profissionais que trabalham com a PSR. Os resultados dessa varredura inicial, que utilizou a definição do decreto 7.053/09, encontrou 242 pessoas que dormem exclusivamente na rua. Desse total, e a partir da divisão em territórios socioassistenciais do município, a maior parte (67,3%) encontram-se na região central. As outras percentagens maiores estão em regiões próximas ao centro.

¹⁰ O índice de Gini é um instrumento usado para medir a concentração de renda, onde 0 representa igualdade total e 1 completa desigualdade.

Ainda na primeira etapa, foram resgatados dados institucionais de pessoas que pernoitam em instituições como albergue, casa de passagem, igrejas e hospitais, por exemplo, sendo contabilizadas 141 pessoas. Enquanto políticas públicas voltadas para esta população, Juiz de Fora conta com um núcleo do cidadão de rua (albergue), uma casa da cidadania¹¹, uma casa de passagem (albergue feminino), um Centro Pop, uma equipe de Consultório na Rua (equipe II¹²) e uma equipe de abordagem social. Com exceção do Consultório na Rua e da Casa de Passagem, que são administrados por uma organização de terceiro setor e uma fundação de caráter religioso, respectivamente, todas as outras políticas são geridas pela Associação Municipal de Apoio Comunitário¹³ (AMAC). Além disso, 496 pessoas sobrevivem na rua, porém retornam para casa em algum período. Dessa forma, foram contabilizadas 880 pessoas em situação de rua na cidade.

Na segunda etapa do diagnóstico, esses três perfis foram caracterizados a partir dos resultados de um questionário aplicado a 20% das pessoas de cada agrupamento. O grupo que dorme na rua é majoritariamente masculino (82%), com divisão equilibrada de idades a partir dos 26 anos, sendo que 70% das mulheres possuem mais de 34 anos, não branco (80%) e com baixo nível de escolaridade (68% não concluiu o ensino fundamental). Ademais, 36% não possui nenhum documento e 38% possui vínculo rompido com familiares. Os motivos alegados para ida às ruas não destoam da pesquisa

¹¹A casa da cidadania é um atendimento de Acolhimento Institucional voltado à PSR que visa prioritariamente os grupos de maior vulnerabilidade, como mulheres grávidas, idosos, pessoas com deficiência ou algum problema de saúde.

¹²As equipes II do CnaR são compostas de 6 profissionais entre psicólogo, assistente social, enfermeiro, terapeuta organizacional, dentista, agente social, educador físico, profissional de artes, técnico de enfermagem e técnico de saúde bucal. Ao menos 3 profissionais devem estar entre os 4 primeiros listados (Brasil, 2014).

¹³ A AMAC é uma associação sem fins lucrativos criada em 1985 que executa projetos na área de Assistência Social na cidade. Possui convênios com a Prefeitura de Juiz de Fora, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria de Educação e desenvolve serviços em parceria com a iniciativa privada (dados retirados do site da associação). Atualmente, encontra-se em indefinição jurídica.

nacional, sendo o alcoolismo e uso de outras drogas (38%) e os conflitos familiares (28%) os motivos mais citados. Das doenças adquiridas após ida para rua, destacam-se as doenças respiratórias (62%) e a dependência (16%). O tempo de rua excede, em maioria, 5 anos (46%) e os motivos de não aderência ao acolhimento são diversos, tais como desconforto e falta de liberdade. As drogas mais usadas são o tabaco (89%) e o álcool (80%). 70% declaram terem sofrido algum tipo de violência moral e o mesmo percentual declarou ter trabalhado no último ano, com ou sem carteira assinada. 8% participa ou participou de algum movimento social.

Entre os acolhidos por alguma instituição, as diferenças mais significativas com o grupo anterior, estão o fato de somente 4% não possuírem documentos e o tempo em situação de rua ser mais distribuído, embora os que estão há mais de 5 anos prevaleçam (37%). Um número menor (30%) alegou ter sofrido violência moral. Quanto ao trabalho, 81% dos acolhidos por instituições alegou não ter trabalhado nos últimos 12 meses. Um número significativamente maior recebe benefícios sociais, se comparados ao não assistidos. No terceiro agrupamento, entre os que retornam para casa, o número de mulheres é um pouco maior (22%), bem como a divisão por idades é mais equilibrada. Apenas 3% não possuem documentos e a escolaridade é mais heterogênea, embora a prevalência de ensino fundamental incompleto ainda seja significativa (40%). O motivo para estar em situação de rua também muda, sendo o desemprego e a insuficiência de renda os principais (53% juntos). Os problemas de saúde são outros, sendo os problemas motores os mais citados (20%). 44% relatou ter sofrido violência moral e 86% trabalhou nos últimos 12 meses.

Dessa forma, o diagnóstico separa, de acordo com os três grupos antes citados, aqueles que se encontram em maior vulnerabilidade social - o primeiro -, vulnerabilidade intermediária - os acolhidos -, e o com menor vulnerabilidade - o que retorna para casa. Além disso, o documento aponta diretrizes para a problemática, tais

como a reforma urbana, a democratização dos espaços públicos, a necessidade de aumento de abrangência de instituições a caráter de urgência (não definitivo) e do trabalho articulado entre os serviços, bem como a reformulação daqueles que possuem baixa aderência, como o albergue.

Na área do desenvolvimento social, sugere políticas específicas destinadas à população em situação de rua, voltadas para transferência de renda, moradia, capacitação, participação em movimentos sociais, qualificação dos serviços socioassistenciais para a reestruturação de vínculos e garantia de direitos básicos. Na área da saúde, estão o acesso amplo e simplificado às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a ampliação das equipes de Consultório na Rua. Aos usuários de drogas, se propõe o cumprimento da política nacional de saúde, seguindo os pressupostos da redução de danos e da territorialização, aumento do número de CAPS AD na cidade e a garantia de que a PSR seja atendida no Serviço de Urgência Psiquiátrico (SUP) em casos de necessidades específicas.

4.2.2. Primeiros informantes e território

Considerando a divisão populacional realizada pelo diagnóstico municipal, podemos constatar que nossa pesquisa foi realizada com o segundo grupo, com o perfil de acolhidos/institucionalizados. Isso se deve, fundamentalmente, ao fato de que, a fim de facilitar o acesso a um público que, a primeira vista, pode ser de difícil contato – tais questões serão melhor debatidas adiante-, foram procurados dois serviços como primeiros informantes da pesquisa para a realização do conhecimento da população em situação de rua de Juiz de Fora. São eles o Consultório de Rua e o Centro Pop. Para ambos, se fez necessário um contato inicial para explicitação dos objetivos da pesquisa. Enquanto com o primeiro o contato se deu com a coordenadora do projeto, o segundo, mais burocrático, se deu a partir da AMAC e da Secretaria de Desenvolvimento Social do município, sendo ainda necessária a entrega de uma cópia do projeto de pesquisa

utilizam para necessidades básicas, sendo a rua o local primordial de estadia e vivência cotidiana.

O limite da utilização de uma amostra desse grupo – de acolhidos/institucionalizados, que frequenta as instituições, mesmo que não regularmente, é a reprodução do discurso institucional naturalizante da situação de rua e a valorização de certas categorias, como o trabalho e a abstinência do uso de drogas. Por outro lado, devem-se considerar, primeiramente, as instituições enquanto parte importante da estrutura social e que, por isso, os discursos que as perpassam são também macrossociais. Por isso, compreendê-los a partir da fala das pessoas em situação de rua participantes da pesquisa é também uma forma de analisar as próprias instituições, embora esse não seja o objetivo primordial da pesquisa.

Algumas particularidades do território em questão, portanto, merecem ser destacadas. Trata-se de um local de concentração de dispositivos (três instituições) voltados para a população em situação de rua. Este fato não só faz com que o território tenha uma maior concentração desta população, obviamente, mas o faz conhecido e estigmatizado na cidade. Além disso, é caracterizado como ponto de uso de drogas e pequeno tráfico. No território é evidente a implementação do capital globalizado: a localização é central, porém mais desvalorizado, tanto por suas características específicas (a presença da população em situação de rua é uma delas), quanto por estar na “parte baixa” da cidade. O local possui um movimento de grande fluxo, fundamentalmente em horários de pico. Possui ainda como característica o grande número de oficinas, comércio de autopeças e lojas de material de construção, não sendo prioritariamente residencial. Entretanto, apesar de estigmatizada, a presença da população em situação de rua e o uso de drogas são naturalizados por ali. Quando essa presença excede e “invade” outros locais – sobretudo os centrais, mesmo que próximos, para a ser incômoda e vira pautas dos jornais locais.

Outra característica importante do território é sua localização entre a linha férrea (faixa cinza do mapa paralela à Avenida Francisco Bernardino) e o rio Paraibuna. A cidade de Juiz de Fora é atravessada, literal e simbolicamente, por uma linha férrea permeada de polêmicas, hoje gerida por uma companhia privada, e sem utilização desta para transporte de passageiros. Porém, a história do município tem como marca a origem de sua ocupação às margens do rio Paraibuna e nas proximidades dos meios de transportes, como as linhas férreas que a ligavam à cidade a Petrópolis - Estrada de Ferro Dom Pedro II (1875) - e a cidades vizinhas. Assim, a cidade cresceu a partir destas duas margens, a do rio e a da ferrovia (Brasil & Filho, 2012). No período de 1951 a 1996, a cidade contava ainda com o trem de transporte – o Xangai, que ligava Juiz de Fora a Matias Barbosa, cidade vizinha, passando por bairros da Zona Norte e ligando-os ao centro da cidade (Souza, 2017). Hoje, a linha férrea, além de ditar rotinas, delimita simbolicamente e economicamente locais mais ou menos valorizados nas diferentes regiões da cidade. Tal contextualização é importante não só pelos serviços destinados à população em situação de rua se localizarem à margem da linha férrea, mas por esta ser um local de uso constante de drogas e também de graves acidentes, muitas vezes relacionados de forma causal - e erroneamente - a esse uso. A ocupação das margens das linhas férreas também exemplifica a precarização de moradia na cidade.

4.3. As etapas da pesquisa

A pesquisa foi consolidada a partir de duas técnicas de construção dos dados: a observação participante (Haguette, 2013; Jaccoud & Mayer, 2008) e a realização de entrevistas em profundidade (Silva, 2005), ambas compreendidas enquanto formas de apreender os conteúdos significativos construídos pelos participantes.

4.3.1. A observação participante

A observação participante é “parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa” (Minayo, 1993, p. 70) e é o momento onde o pesquisador se coloca na posição de observação com finalidade científica. Para tal, o observador “fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa” (Minayo, 1993, p. 70). O principal instrumento da observação participante é o diário de campo. Além disso, parte do pressuposto de que o espaço da pesquisa deve ser relativizado no sentido de ser visto a partir dos olhos dos participantes (Minayo, 1993). Porém, a ideia de apreensão do “ponto de vista do nativo” deve ser melhor explicada. Segundo Goldman, a observação participante é “muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo” (Goldman, 2003, p.458). Assim,

...emprega os elementos muito concretos coletados no trabalho de campo e por outros meios a fim de articulá-los em proposições um pouco mais abstratas, capazes de conferir inteligibilidade aos acontecimentos e ao mundo. Trata-se, sim, de uma tentativa de elaboração de uma grade de inteligibilidade que permita uma melhor compreensão de nosso próprio sistema político (Goldman, 2003, p.466).

Entretanto, esta concepção é carregada de contradições históricas. O texto clássico que inaugura a tradição do trabalho de campo nas ciências sociais, mais propriamente na Antropologia, é de Malinowski – *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, de 1922, onde o autor pontua as bases para a inserção no campo, a qual ressalta a importância da observação participante, além de criticar as pesquisas quantitativas baseadas em surveys, que se comprometem, a partir deles, a apreenderem a realidade social. Para ele, a possibilidade desta compreensão estrutural estava na própria compreensão do ser humano (Minayo, 1993).

Na evolução dos estudos qualitativos, um dos marcos, segundo Chizzotti (2003), é exatamente a consolidação da Antropologia enquanto estudo de “como vivem grupos humanos, partilhando de suas vidas, no local onde vivem e como dão sentido às suas práticas e coesão ao seu grupo” (Chizzotti, 2003, p. 225), sendo a etnografia, “inaugurada” por Malinowski, a forma de descrever os povos, inicialmente os primitivos, e criar modelos para suas visões de mundo. Mesmo tendo Malinowski como referência, a etnografia pode ter sua origem remontada ainda aos relatórios coloniais que descreviam os povos conquistados.

A etnografia, em sua origem, busca então enquadrar as observações sobre o outro em critérios de validade, confiabilidade e objetividade, buscando interpretações generalizantes. Entretanto, novas concepções sobre a pesquisa etnográfica surgiram com a Escola de Chicago, nos estudos sobre microgrupos urbanos e com o “método interpretativo realista a partir das narrativas orais de história de vida cotidiana de pessoas comuns” (Chizzotti, 2003, p. 226). Nesse período, porém, a ideia de etnografia ainda estava ligada a uma apreensão do outro e sua cultura enquanto objeto exótico a ser interpretado pelo pesquisador solitário que, posteriormente, o apresenta ao público leigo. Outros marcos da pesquisa qualitativa no pós anos 1970 modificam significativamente tal concepção: passe-se a acreditar que somente parte da realidade pode ser descrita, provisoriamente, pela ciência. Novos problemas de estudo surgem, bem como novos aportes teóricos e novos significados sobre a interação do pesquisador com o meio. Modelos únicos de pesquisa e a hegemonia dos métodos experimentais são questionados, bem como a neutralidade científica positivista (Chizzotti, 2003).

Dessa forma, na busca por uma sistematização, Valladares (2007), a partir da leitura do clássico¹⁴ de Whyte de 1993, traça os dez mandamentos da observação participante: 1) exige tempos longos de pesquisa; 2) não é possível saber de antemão o que se vai encontrar; 3) é necessária a interação entre pesquisador e pesquisado, sendo que depende do comportamento do pesquisador nessa interação o teor e a qualidade das informações obtidas. Porém, mesmo entrosado ao campo, o pesquisador nunca será um nativo, visto que sobre ele sempre haverá curiosidade e/ou desconfiança; 4) por tal razão, sua afirmação enquanto pesquisador é fundamental; 5) a presença de um intermediário que vincula o pesquisador ao campo que, posteriormente, pode se tornar um informante chave, também é importante; 6) o pesquisador não ocupa unicamente o local de observador, ele também é observado; 7) a observação participante exige o aguçamento de todos os sentidos – saber ouvir, falar, ver, quando perguntar, quando se calar. Essa sensibilidade impede movimentos desnecessários e mostra que, respeitando-se o tempo do grupo, os dados vêm; 8) o pesquisador deve possuir uma rotina de trabalho para que o grupo, inclusive, se acostume com sua presença; 9) o pesquisador deve aprender com as recusas, os silêncios e com os seus próprios erros em um processo de constante autoanálise; 10) é papel do pesquisador apresentar uma devolutiva com os dados da pesquisa. Porém, as relações e laços de amizade construídos são os fatores mais importantes do processo.

Dessa forma, a análise do presente trabalho se repousa em uma observação participante de inspiração etnográfica realizada no período de 5 de setembro de 2016 a meados de março de 2017 e que será descrita a seguir a partir, fundamentalmente, dos dados do diário de campo. A observação desses cenários possibilitou aos pesquisadores apreenderem o universo do grupo estudado, favorecendo ainda a identificação dos

¹⁴WHYTE, W. (2005). *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

posteriores entrevistados na investigação. Embora estes dados estejam descritos a seguir, ainda na parte destinada ao método, cabe ressaltar que a observação desses cenários possibilitou aos pesquisadores apreenderem o universo do grupo estudado, favorecendo ainda a identificação dos posteriores entrevistados na investigação. Logo, compõe parte significativa também dos resultados da pesquisa.

4.3.1.1. De onde vim e como cheguei até aqui – dados do diário de campo

Esta, talvez, seja uma das mais significativas partes dessa pesquisa, onde tentarei colocar em palavras as experiências vivenciadas no período de observação participante, na busca por uma “introdução metodológica e afetiva”, utilizando os termos de Zaluar (2000, p. 9). Isso porque, ainda que os “sinais de miséria social e moral” fossem evidentes pela própria escolha da temática da pesquisa, a possibilidade de construção de um produto baseado no respeito mútuo se tornou meu principal aliado nesse processo e foi o maior aprendizado para minha trajetória pessoal e profissional. Todas as falas apresentadas entre aspas nesta seção são reproduções do diário de campo de diferentes datas.

Meu primeiro contato com o campo, vendo-o enquanto tal, foi de uma maneira não formal. Eu já sabia que ali seria meu local de observação nos próximos meses, mas ainda não havia começado. Era um sábado de agosto e eu passava pelo território a caminho de um compromisso particular na companhia de amigos. A cidade estava no clima da final dos jogos olímpicos do Rio 2016 e de início de campanha eleitoral municipal. “Não me deixa para trás sozinha aqui”, alertava uma amiga, que me atentou que o local carregava em si algo de assustador. Porém, à volta, nada se apresentava como potencialmente perigoso, ainda que na porta do albergue, como de costume, estivessem alguns usuários de crack. Foi na travessia da linha do trem, porém, que o cheiro forte em contraste com o sol quente anunciava uma presença nada ilustre. Uma

ratazana morta, posicionada à altura da visão em uma das pilastras das grades de passagem de pedestres na linha férrea dava boas vindas ao território. Não considerei um mau presságio.

Ainda nesse preâmbulo, vale lembrar como soou estranha, principalmente a familiares, a ideia de se pesquisar aqueles a quem nenhum interesse é destinado. Avisos de cautela e cuidado me circundavam, fundamentalmente por ser mulher, e colocavam desde o início em xeque a minha pretenciosa ideia de uma desconstrução do estigma vinculado à população em situação rua. Todas as recomendações feitas a mim antes e durante a inserção no campo somente reforçavam esse estigma, mesmo na academia, onde supostamente se sabem as razões históricas e os propósitos da estigmatização contra os pobres. Estar no meio do dissenso urbano, ainda que este em Juiz de Fora ainda seja velado, se mostrava cada vez menos aceitável.

Pois bem. Minha rotina de observação era a seguinte: eu acompanhava a equipe do Consultório na Rua às segundas feiras de 18 às 20 horas, aproximadamente. Nesse dia e horário, a equipe estacionava a van na frente do albergue que, neste horário, já tinha fila (pois abre às 19 horas) e atendia a demandas espontâneas. Meu primeiro dia de observação neste local foi em 5/9/2016. Eu, comumente, chegava mais cedo e sentava em algum meio fio para observar. No início, ficava sozinha e relativamente distante como, de fato, observadora. Respondia a demandas pontuais ou puxava algum assunto rotineiro. Em pouco tempo, porém, já conhecendo algumas figuras, me aproximava delas para conhecer os demais. Achava logo um espaço no assunto para me incluir. Essa inserção não foi difícil e, no máximo possível, bastante espontânea.

Lembro-me da minha preocupação no primeiro dia, em casa, na forma de me apresentar, o que incluía, principalmente, o vestuário. Pensando em evitar constrangimento às mulheres em situação de rua e, principalmente – hoje sei –, passar

despercebida, a roupa escolhida foi toda preta e os cabelos, recém pintados com mechas loiras, bem presos. Pensava na estética como uma forma de diferenciação social que eu queria afastar ao máximo. Outra tentativa de não aparentar soberba ou exaltar nossas diferenças de classe era, quando eu ia ao local de carro particular, estacioná-lo em algum lugar em que as pessoas não me vissem. Tentava ainda não parecer estar diante de algo exótico ou estar com medo, o que, de fato, não sentia. Tal reação - de medo e de exotividade -, porém, não é difícil de ser encontrada, e a reparei em estagiários durante visita acompanhados pelo CnaR. Minha aparente falta de medo causava estranhamento. “Você não tem medo?” “Não”, respondo. Desconfiado, meu interlocutor me dá motivos para que eu sinta medo, como brigas nos dias anteriores. “Viver na rua é um ringue”, afirma e, por isso, diz que atitude repressiva da PM é correta, evidenciando sua naturalização. Não me faz ter medo, mas passo a compreender o seu.

Todos esses “truques” convenceram a mim mesma em um primeiro momento. Ainda em meu primeiro dia, enquanto estava sentada sozinha no meio fio, um homem questionou se eu estava esperando o horário de entrada na casa de passagem. Chegar tão perto a ponto de me confundirem com essas pessoas que a ordem social, com sucesso, mantém distantes, me deixou feliz por um momento. Porém, foi no olhar do outro que primeiro percebi o quanto éramos diferentes. Explico-me. O fluxo de pedestres na região nesse horário é grande e estes passam, em sua grande maioria, no meio do asfalto, pois a calçada está parcialmente “ocupada” pelos moradores de rua que aguardam a abertura do albergue. Minha presença, que não parecia incomodar àquela população, por outro lado perturbava estes pedestres, de quem virei alvo da curiosidade. Ali, como Zaluar (2000) também sentira na década de 1990, constatei que não éramos iguais:

Nada ordena claramente, na nossa sociedade, o contato entre os pobres e os ricos. Ao contrário, somos instalados a conviver

alegremente nos estádios de futebol, nos desfiles de escola de samba e na nossa cozinha. Mas vivemos em mundos separados, cada vez mais longe um do outro. Comecei a me dar conta, por esta forma violenta, da invisível e poderosa hierarquia (ou separação de classes) da nossa sociedade. Que não somos iguais nem perante a lei, nem perante a riqueza produzida já sabemos há muito tempo. O que eu não sabia era que havia tantos obstáculos microscópicos a entravar o contato mais íntimo entre nós. (Zaluar, 2000, p. 11).

Além disso, ainda que os manuais metodológicos digam que o pesquisador deve se apresentar enquanto tal - e eu o fiz -, tratava de diminuir o meu papel e não sabia bem o que responder quando perguntavam sobre minha pesquisa. Talvez eu ainda não soubesse bem. “Sou estudante de psicologia e estou só conhecendo um pouquinho de vocês” – eu tratava de dizer. Entretanto, ao contrário de todas as evidências iniciais, os meus primeiros contatos com o campo foram bastante harmoniosos. Minha presença, às vezes estranha, era sempre questionada de forma educada: “está esperando alguém?”. Além disso, me apresentar como psicóloga mudavam as posturas, inclusive freando possíveis “cantadas” dos homens. O papel da psicologia, porém, ainda é, no senso comum, o de escuta individualizada. Não negava quando havia tal demanda. Embora os limites entre público e privado sejam muito diferentes na rua, o desabafo perante a figura do psicólogo era habitual.

A maioria dos presentes eram homens, porém a presença feminina era mais marcante, pois falavam alto e estavam comumente ligadas às brigas no local. O período de observação, porém, me alertou para a quebra de estereótipos voltados à população de rua: grande parte dos que ali esperavam para receber estadia e alimentação eram homens de meia idade, trabalhadores vindos do dia de serviço, com seus pertences na mochila e relativamente limpos e bem vestidos. A grande maioria é, inquestionavelmente, composta por maioria negra e parda (não brancos).

Dessa forma, logo ficou evidente a exaltação do trabalho enquanto valor central e a crença nele como possibilidade de mudança. Algumas passagens sobre o assunto me

marcaram. Uma delas, a de um trabalhador da construção civil que se esforçava para, de onde estávamos, me mostrar as obras das quais fez parte, muitas delas da prefeitura municipal. Essa passagem me remeteu imediatamente à canção Cidadão, de Lúcio Barbosa (1978), que, em seus versos, diz:

Tá vendo aquele edifício, moço?
 Ajudei a levantar
 Foi um tempo de aflição
 Eram quatro condução
 Duas pra ir, duas pra voltar
 Hoje depois dele pronto
 Olho pra cima e fico tonto
 Mas me vem um cidadão
 E me diz desconfiado
 ‘Tu tá aí admirado?
 Ou tá querendo roubar?’
 Meu domingo tá perdido
 Vou pra casa entristecido
 Dá vontade de beber
 E pra aumentar meu tédio
 Eu nem posso olhar pro prédio
 Que eu ajudei a fazer

Embora na fala do meu interlocutor houvesse o orgulho em me mostrar seus feitos enquanto “trabalhador de bem”, a denúncia da desigualdade estava implícita se considerando o local de onde ele falava. Outra história marcante é a de J. que, à época, estava acerca de uma semana na rua, após ter saído do Hospital Pronto Socorro por tentativa de suicídio por conta de conflitos familiares (a esposa havia o traído). Era depressivo, dizia. Tinha também diagnóstico de transtorno mental, mas não tomava sua medicação desde meados de 2013. Ouvia vozes, segundo ele. Para mostrar sua distinção em relação à PSR me mostrava suas mãos feridas, fruto de anos trabalhando como empilhador – “sou trabalhador”. Insistia ainda, com sinais de desespero, em me mostrar todos os seus documentos, incluindo cartão de plano de saúde e identidade, que portava sua foto jovem, ainda em preto em branco. Fora as marcas evidentes do tempo, não havia mudado muito. Nesse momento, me emocionei, mas busquei disfarçar.

Com a equipe do CnaR descobri ainda o alto índice de demanda por documentos. A questão dos documentos é um grande problema. Muitos aguardam por longos períodos para obter documentos primordiais, como certidão de nascimento e identidade, o que os impedem de acessar direitos básicos, como serviços de saúde, bem como conseguirem emprego. Entre as mulheres, percebo ainda o grande número de pedidos de exames de gravidez, às vezes desejada como forma de criação de vínculo com o parceiro. Algumas, mesmo não grávidas, tinham todos os sintomas, inclusive a barriga saliente. Profissionais do CnaR justificam esses sintomas pelo desejo delas de ficarem grávidas.

Embora seja um local de intensa vida social, não demorei a perceber que era também rodeado por tensões. Grandes amizades, brigas inusitadas na fila do albergue, passagens constantes de viaturas policiais. Tudo parecia repentino. Percebi logo também que a droga era, de fato, interlocutora das relações sociais, constituindo-se como sistema social de organização, sendo mais visíveis o cigarro e o álcool – a cachaça. A droga permeia ainda as histórias pessoais, familiares e afetivas antes da ida para as ruas, e alguns deixam claros os destinos possíveis à PSR usuária de drogas “ou se trata, ou é rio Paraibuna ou cemitério”. Percebo ainda que o uso de drogas é naturalizado naquele local. Não chocava mais a quem passava pela rua. O sentimento de espanto ocorria somente quando alguém não esperado estava ali, como alguém mais bem vestido ou com aparência de outra classe social - como eu -, como eventualmente ocorria.

O local de uso de droga mais intenso, fundamentalmente o crack, é a calçada da frente do albergue. Por isso, grande parte das pessoas ficava em outros locais da calçada, como forma de distinção social e pela concepção de que o “meio é um grande influenciador do uso. Entretanto, ressaltam que não há grandes problemas no uso

abertamente, inclusive em frente às câmeras do Olho Vivo¹⁵: “se vocês querem se matar, podem se matar”, seria a fala da polícia para eles. É ainda constante o movimento de trocas de objetos de valor entre pessoas que não estão em situação de rua e a PSR. Um dos meus informantes, por exemplo, “fumou” seu cachorro (expressão que quer dizer que vendeu o cachorro para ter dinheiro para consumir drogas).

Tive contato também com andarilhos, que se referem a si mesmo como trecheiros (ou migrantes). Um deles me conta de diversas experiências em cidades brasileiras e sobre sua percepção de que as cidades não querem a PSR e criam diversos mecanismos para as mandarem embora, principalmente as menores e consideradas “ricas”. Entretanto, conta como o Rio de Janeiro teve uma política de limpeza do centro da cidade e extermínio da PSR durante copa do mundo. Por isso, dizia ter medo de quando alguém lhe dava algo – “As pessoas me veem chegando e vão para casa, as crianças têm medo. Me sinto mal, é muito ruim. As pessoas dão mais valor a um saco de lixo”. Esses momentos de histórias quase sempre se convertiam em conversas coletivas onde outros também contavam suas experiências. Os migrantes sofrem ainda discriminação da PSR local, que os acusam de serem sujos e trazerem “pragas”.

Um dos fatos que logo me chamou atenção foi a relação da PSR com o comércio da região. Já havia reparado que alguns comerciantes utilizavam de pequenos serviços, como ajuda para repor estoque, ou fechar a loja, ou ainda pediam para que tomassem conta dos carros. É ainda evidente como um hipermercado localizado do outro lado da linha férrea utiliza a força de trabalho da PSR, principalmente para descarga de caminhões.

¹⁵ O programa “Olho Vivo” é composto por um sistema de vídeo monitoramento e, em Juiz de Fora, há câmeras de segurança em locais de maior fluxo, principalmente comercial. É administrado em parceria do poder público municipal e Polícia Militar de Minas Gerais.

Então, pensei em me aproximar de um dos comerciantes da região. De início, comprei uma água e puxei assunto como quem não possui grande interesse. Embora simpático, ele, já um senhor de idade, se mostrou desconfiado. Então, me apresentei como pesquisadora, o que, de fato, nos aproximou – ele, inclusive, escreveu meu nome em um caderno para não se esquecer, pois o achou difícil. Questionado, disse que tem o trailer há 19 anos, tempo maior do que a presença do albergue ali, e que já teve problemas. Conta que o segredo para se dar bem com “essa gente” é a firmeza. Além disso, não vende cigarro ou álcool. Diz, porém, que seu pequeno comércio tem pouca relação com aqueles moradores o que, entretanto, é facilmente refutado com minhas observações. Ele, a todo tempo, vende balas e doces, empresta dinheiro em pequenas quantias e também cobra para que a PSR carregue bateria do celular. Assim, mais um estereótipo, o de que a PSR não participa do consumo, ainda que pequeno, caiu por terra.

Aos poucos, passo a ser conhecida e, de forma geral, as pessoas estavam sempre muito dispostas a falarem sobre suas histórias. Estas, sempre permeadas por vulnerabilidades de todas as formas. Com o tempo, embora sempre houvesse gente nova, os frequentadores mais assíduos já me conheciam e meu temor – e também timidez - em não ser bem recebida passou de forma natural. Em algumas situações, o costume com minha presença era manifesto na espera de algumas pessoas em locais em que eu comumente estava. P., por algumas semanas, me esperava sentado no meio fio em que costumávamos conversar nas segundas. Passo a ser conhecida, de início, associada ao CnaR. “Sabia que a bonita estava com vocês”, afirma uma mulher após me encarar de forma agressiva durante minha observação anterior à chegada do CnaR. Depois disso, sempre foi agradável comigo. O serviço, muitas vezes, age como mediador de conflitos.

Com a equipe do CnaR, ainda nas segundas, ia depois para a frente do Centro Pop (que fecha às 18 horas) e Casa de Passagem (que abre às 19 horas para as mulheres), onde há uma concentração de pessoas que pernoita na rua. Na rua Professor Osvaldo Veloso, dessa forma, há um grande número de barracas (que eles chamam de comarcas, em referência a gíria utilizada nas cadeias) e colchões. Foram com essas pessoas, que tomam esse local como testemunho de sua existência, que mantive os maiores contatos e, ao passar a frequentar sozinha o Centro Pop, minha imagem se separou do CnaR.

Logo adquiri confiança para andar sozinha e me movia entre as ruas, me apoiando nas pessoas que já conhecia. O movimento foi natural e não sei dizer em que momento houve essa passagem de estranhamento a costume. Quando alguém desconhecido questionava sobre minha presença, eu era apresentada como a “psicóloga legal”. Essa nova visão sobre mim – e, finalmente, a minha aceitação-, até então uma estranha no território, tenha se modificado talvez pelo fato de ser vista como “humilde” ou “gente boa”.

A posição em relação a mim enquanto pesquisadora e psicóloga era contraditória: ao mesmo tempo em demonstravam respeito a quem tinha, teoricamente, mais conhecimento formal, ressaltavam que “só quem vive sabe”, deixando claro que nenhuma dissertação de mestrado seria capaz de apreender aquela realidade e, mais ainda, de transformá-la. Eu tentava ainda não impor meus padrões morais e estéticos, ainda que, provavelmente, tenha o feito diversas vezes sem perceber. Em muitos momentos, minha presença era motivo de evitação de uma briga ou de uso de alguma droga – “não te bato porque a psicóloga tá aqui” ou “maconha pode fumar perto de você, né?”. Mesmo não vendo muita razão no que eu fazia, se colocavam à disposição para me “ajudar com a pesquisa”, com alguma desconfiança quanto à utilidade dela. E,

confesso, conforme também afirma Zaluar (2000, p. 20), “eu preferia ser amada a ser respeitada”.

Assim, nossa relação caminhava, ora com distinções claras de posições, ora aparentando uma suposta igualdade. Em uma situação de batida policial na porta do albergue, enquanto eu conversava com outra pessoa, um homem passou e jogou um cachimbo perto de nós. Não percebi. Meu informante, porém, se levanta, irritado, e chuta o objeto para baixo de um carro. Pergunto se ele acha que, caso a polícia visse, o tratamento dado a mim e a ele seria o mesmo. Ele responde que sim, pois já “viu muita menina bonita, de olho verde, se perder no crack”. Eu continuo achando que não. Os históricos de interferências policiais violentas me fizeram refletir como seria chegar em minha casa, após um dia de trabalho, e ser revistada pela polícia todos os dias. De alguma forma, era o que acontecia com aquelas pessoas. Em meados de fevereiro de 2017, as passagens policiais na frente do albergue se intensificam.

Porém, mesmo que em meio a naturalizações, em outras situações, esboçavam consciência sobre o estigma a que estão expostos. Muitos fazem questões de afirmar que não pedem esmola e têm vergonha de aceitar comida e ajuda de estranhos. Em outro episódio, vejo que uma jovem que já esteve em situação de rua, vai ao local para que vejam seu filho, ainda de colo: “fico com medo de me verem com mendigos e tirarem meu filho de mim, mas não posso dar as costas para eles”. Dessa forma, algumas pequenas atitudes minhas pareciam significar muito, como eu me sentar no chão ou em seus colchões – “senta aqui no meu colchão, se não tiver vergonha”.

Outra questão importante de se ressaltar sobre o período de observação é que se tratou de período de campanha e eleições municipais e essa pauta também permeava as conversas e a vida cotidiana da PSR, mais uma vez relativizando o conceito de “exclusão”. Isso porque, além de alguns candidatos irem às instituições no território

para campanha, havia nas proximidades o comitê de uma candidata, o que fez que o local ficasse movimentado em horários não convencionais. A PSR, além de se aproveitar do movimento para tomar conta de carros, eventualmente comparecia aos eventos realizados no local, muito mais de forma “infiltrada” (embora fossem eventos abertos), pegando alimentos que sobravam, do que com o intuito de participar dos debates. Entretanto, não se mostram alheios à situação política local e nacional. O discurso de “crise” também permeava as falas. Outro momento político importante na cidade foram as manifestações contra o governo golpista de Michel Temer que, algumas vezes, mudavam a rotina da PSR.

Nesse período de imersão eu ainda pude perceber suas representações sobre a pobreza, os preconceitos raciais, o machismo, as relações amorosas, de afeto e de poder e as formas de diferenciação no território. Aprendi ainda que a fotografia era um problema para a maioria, embora eu nunca tenha tentado tirar uma. Em uma cena em que duas mulheres suspeitavam que outro colega estava tirando fotos delas, presenciei uma fala de jocosidade perante sua própria situação: “você não está tirando foto minha, né?”, disse uma das mulheres. A outra, sem pensar, responde: “e para que tirariam foto sua? Só se for pro cartaz da cracolândia”. Ambas riram. Em outras situações parecidas, apelidavam seus benefícios sociais de “bolsa crack” e a situação de terem que carregar suas malas de uma instituição para outra de “minha casa, minha vida”.

Confundia-me também o linguajar cheio de gírias que eu não conhecia e que vivia perguntando o significado. Sempre me respondiam sem nenhum problema. O mais engraçado foi quando me vi incomodada em me enquadrar em uma das definições dada a mulheres em situação de rua: boneca ou maloqueira – “se não é maloqueira é boneca, ora”. O incômodo, porém, se deve menos ao título e mais à diferenciação explícita nesse rótulo, dado a mim por uma mulher, mais nova do que eu, porém marcada, fisicamente,

pelas circunstâncias da vida: “olha sua pele lisa, seu cabelo. É boneca sim”, disse de forma afetuosa.

É importante ainda ressaltar como as diferenças climáticas influenciam no movimento da região. Nos dias de verão, há menos gente, porém, maior agitação. Isso porque, segundo informantes, o albergue, nos dias quentes, “parece uma caverna”. Por isso, preferem dormir na rua. Foi em torno das condições físicas do albergue que presenciei um único momento de organização da população, que se deu em torno da denúncia da questão das muquiranas¹⁶. Após constantes reclamações e abaixo assinado organizado pela população, com o intermédio do Centro de Referência dos Direitos Humanos da cidade, foi realizada no dia 6 de março de 2017 uma reunião no albergue com membros da prefeitura e do ministério público. Alguns representantes da PSR também participaram.

Nesse dia, o local estava movimentado e várias pessoas estavam na frente do albergue aguardando notícias e eu estava no meio. Algumas queriam ainda ver o prefeito, mas este não compareceu. Nesse dia, devido à agitação, fico no “território proibido” que é a calçada do albergue, onde ficam os usuários de crack tidos como “os outros” e consigo me aproximar sem receios. Nesse período, o carro da polícia passa três vezes no local. Após a reunião, me dizem que pouco foi resolvido e a decisão final ficará a cargo da prefeitura e do Ministério Público. Foi interessante neste dia ver o *status*, ainda que passageiro, assumido por aqueles que participaram da reunião. Um a um, desciam a escada do albergue como celebridades e eram assediados pelos que aguardavam notícias – inclusive eu. Após alguns dias, há troca de colchões do albergue e a promessa de novas camas.

¹⁶ Nome regional dado à espécie de inseto *pediculus humanus*, também conhecido como “piolho de corpo”. É um inseto de caráter parasita, que se manifesta rapidamente e se alimenta de sangue humano.

Na cidade, não há mobilização do Movimento Nacional da População de rua, por exemplo, o que reforça uma dificuldade da mobilização de classes nesse segmento populacional (como em tantos outros). Nesse sentido, a religião parece apresentar soluções individuais - e também a culpabilização do sujeito. Porém, não se trata de meramente julgar o papel dessas religiões (prioritariamente evangélica e católica), mas sim compreender a razão desses serem os principais trabalhos de base que chegam, de fato, a essa população. O discurso religioso aparecia ainda enquanto salvação para sua situação. Às vezes, de forma poética perante a concretude da vida. Certo dia, na admiração de um céu bonito com a mistura do pôr do sol com a chegada da chuva, alguém disse: “isso é a mão de Deus”. Outros, porém, debocharam. É difícil acreditar em Deus quando se vê e se vive certas coisas.

Nos momentos em que lá estive, nunca eu optava pela neutralidade. Em questões de injustiça, em que as instituições teimavam em se calar, eu apoiava seus sentimentos de revolta e, quase sempre em vão, tentava buscar junto a eles alguma alternativa. Em vão porque para quase tudo não há alternativa imediata. Descobri, assim, que essas pessoas “pensam a respeito de suas condições de vida e dos inúmeros valores” (Zaluar, 2000, p. 28) a que estão submetidas e que não podem ser vistas como unicamente controladas por ideologias. Além disso, nos momentos de conversas informais e também nas entrevistas foi permitido um momento de liberação e também reflexão sobre essas condições, em momentos de uma “consciência dolorosa que tinham de sua condição de explorados, oprimidos e esquecidos” (Zaluar, 2000, p. 30). Por outro lado, muitas vezes pareciam desacreditados de qualquer possibilidade de mudanças. Um exemplo foi meu grande incômodo com um programa de TV local, ao pior estilo sensacionalista, que faz música e debocha de “cracudos”, associando-os ao aumento dos índices de roubo. Enquanto alguns riam, outros pareciam não se afetarem. Aliás, pareciam nem estarem ali. Aquela violência simbólica simplesmente os atravessava.

Ainda no dia da reunião sobre as muquiranas no albergue, em confusão entre mulheres enquanto íamos para frente do albergue, levo resquícios de uma “marmitada” destinada à mulher que estava do meu lado. A discussão foi cessada, pois, a mulher que atirou na marmitta na outra, ficou com muita vergonha de ter me atingido. Rimos disso depois. Os conflitos, muito repentinos, eram comuns na rua. Envolvimento com criminalidade e passagens pela polícia ou encarceramento também não são raras. Embora haja a construção de muitos laços afetuosos, e de maneira muito rápida, um certo mito de solidariedade que ronda a pobreza é quebrada facilmente pela lógica de acumulação presente na rua. “Aqui ninguém dá nada para ninguém”, ouvi. Assim, pensei até que ponto essa população subverte a lógica do capitalismo, como às vezes é propagado.

Por outro lado, casos isolados mostraram que a permanência na rua não é somente questão de acesso material. Havia casos de pessoas e casais que, mesmo tendo casa, prefeririam permanecer a maior parte da semana na rua. Muitas vezes, os profissionais se esforçavam no convencimento para que voltassem para casa e um carro da prefeitura os levava. Quase sempre em vão. Tal fato me fez pensar na hipótese se há uma solidariedade e uma sociabilidade diferente na rua. Não sei ao certo a resposta.

O segundo momento de observação, iniciado em 8 de dezembro de 2016, se deu no Centro Pop, que eu frequentava às quintas feiras no período da manhã, normalmente de 9 às 12 horas. Nas últimas semanas de observação, ainda, fui também às terças feiras de manhã. Desde o início, ao chegar, ia até as salas da coordenação e dos profissionais, que se localiza no andar superior da instituição. Era uma forma de avisar que estava ali. Também guardava minha bolsa no armário dos profissionais. Era possível perceber um temor velado sobre o risco de roubo. Uma profissional, na época recente na instituição, já havia tido seu celular roubado ali. O breve histórico de chegada dessa profissional,

aliás, merece ser contado: sua recenticidade no Centro Pop se devia a uma transferência de outra instituição, de saúde mental, como forma de “castigo” por sua campanha política durante as eleições municipais. Tal impressão me foi confirmada posteriormente por outro funcionário da recepção que também recebeu o mesmo “castigo”.

Após guardar meus pertences, circulava pela instituição, que não é grande, e ficava algum tempo no espaço de refeitório, já que no horário de minha chegada ainda estava sendo servido o café da manhã. O espaço é composto por uma sala de TV (com cadeiras escolares), uma pequena biblioteca onde são realizadas oficinas, uma sala que, eventualmente, uma das assistentes sociais faz atendimentos, recepção e dois banheiros, que quase sempre exalavam um forte odor de urina. Há ainda um espaço pouco utilizado destinado a descanso e uma pequena área externa. Todas as divisórias (exceto as do banheiro) internas são de PVC (material plástico utilizado em escritório). O acesso à instituição era restrito a população cadastrada e esta deveria, ao entrar, deixar seus pertences no porta volumes da portaria. Esses pertences deveriam ser retirados no fim do dia. Em certo período da minha observação, essa regra foi modificada e as pessoas tinham ainda que retirar seus pertences na hora do almoço, o que gerou grande revolta. Nesse período, foi comum o discurso por “direitos”. Há outras regras no local, como não entrar sem camisa, ou não lavar roupa na pia, sendo esta a mais desrespeitada (com alguma razão). “Eles não sabem seguir regras”, eu ouvia constantemente. Eu buscava perceber o movimento e permanecia em diferentes locais, muitas vezes me sentindo deslocada no espaço.

Foi na rua – mais do que dentro da instituição -, dessa forma, o local onde tive maior contato e também maior liberdade de ação. Entre conversas informais, conseguia informações e informantes privilegiados e também era eventualmente questionada. Foi

ali que testemunhei momentos de descontração, tensão e a multiplicidade de sentimentos que permeiam o estar na rua, aos quais destaco a revolta, a resignação e a resistência.

Um caso que, desde o início de minha observação no Centro Pop, me chamou a atenção, foi o de dois irmãos que pareciam dominar o território por conta do envolvimento com o pequeno tráfico. A relação com os outros oscilava entre a autoridade e a igualdade. O mais novo, principalmente, se apresentava desconfiado com minha presença e se impunha aos outros a partir do medo. O outro, mais velho, trazia sempre um sorriso no rosto e era visto geralmente brincando de “lutinha” ou futebol na rua com os demais – “na rua, há esses pequenos momentos de alegria. Mas são momentos”. Deste mais velho me aproximei fácil, pois ele carregava um filhote de cachorro no colo por onde ia, o que logo me chamou atenção. Chego a ele através de minhas brincadeiras com o filhote.

Perversos, advertia uma profissional sobre os irmãos. Não foi difícil, ao contarem sua história, achar a perversidade, mas não neles, e sim em suas trajetórias, permeadas por violências, abandono e exploração. Foi o mais novo, mesmo com toda sua desconfiança, o meu primeiro grande informante no local. Além de contar sua história, relatou casos de racismo e violência policial e como tudo isso o fez frio perante aos sentimentos – “tenho três mulheres, mas só amo meu irmão”. Sua denúncia feroz afirma que a polícia e pessoas de poder aquisitivo financiam tráfico e roubos na porta do albergue. Apresenta ainda discurso de revolta à desigualdade. Interrompe a conversa, porém, para rir de desenho animado. Depois disso, me leva para fora do Centro Pop e, em sua barraca, me mostra cassetete e parte de uniforme policial para me provar sua denúncia de que instituição militar incentivava a violência da região. São notórios em

seu discurso os elementos de relações de poder da rua e a denúncia de uma retroalimentação da miséria.

Este meu primeiro informante foi preso – por roubo - pouco tempo depois. Até o fim da pesquisa não havia sido solto. Seu irmão continuava detendo certo domínio do território e entre suas demonstrações de “poder” estava a levar, eventualmente, alguns amigos da rua para comer rodízio de pizza no shopping próximo ao local ou ter um tênis novo. Gostava de me mostrar vídeos em seu celular (um elemento de distinção social), sejam das muquiranas no colchão do albergue, que dizia que enviaria para imprensa local, ou de brigas que se envolviam em uma praça próxima. As vítimas do grupo tinham sempre justificativa para tal: quase sempre estavam devendo dinheiro a eles, mas também justificavam as agressões ao fato de as pessoas “serem ruins” ou “baterem em mulher”, por exemplo. Evidenciavam, assim, como a justiça na rua era outra.

Dessa forma, concluo que a territorialidade ali é bem definida. A rua tem dono, embora a temporalidade pareça ser diferente e os laços de amizade se constituam – e também se rompam – muito rápido. Há, assim, uma falsa sensação de liberdade, visto que, para um mínimo de convivência e garantia de necessidades básicas, é preciso se ajustar aos horários institucionais e às regras do território. Almoçavam todos juntos e contavam de episódios de preconceito no restaurante popular, pois, por terem ticket, não ficam na fila. São chamados de vagabundos e sujos. Por outro lado, me contavam também dos furtos constantes que alguns realizavam nos “coroas” das filas e na venda dos tickets para obtenção de dinheiro.

Os horários em que as instituições oferecem alimentação parecem ainda guiarem a rotina dessa parcela da PSR: de manhã, tomam café no Pequeninos (instituição filantrópica católica) e depois no Centro Pop. Ali, pegam ticket para almoço no Popular. Antes de irem para lá, passam na Sopa dos Pobres (Sociedade Beneficente desde 1910).

Na sopa eram distribuídos também doces que sobravam de uma famosa doceria da cidade, que era compartilhado por alguns mais tarde no Centro Pop. À tarde, retornam para o Centro Pop onde recebem lanche da tarde. O jantar é oferecido no albergue e na Casa de Passagem – “abstinência dá fome”. Não era incomum também chegarem com alimentos em grandes quantidades nas sacolas de mercados, principalmente pães e bolos. Contaram-me, então, que esses eram alimentos vencidos descartados pelos supermercados. Porém, essas empresas não podiam dar diretamente os alimentos, então eles tinham que os pegarem do lixo. Não pareciam achar ruim e diziam que os locais deixavam em posições fáceis de pegar, sem ser contaminados por outros elementos do lixo.

As instituições ainda possuem caráter disciplinar, sendo comuns casos de suspensão das atividades por conta de algum “ato infracional”, como o desrespeito a algum funcionário. Também presenciei o caminhão da “ação”, como chamam, pegar os pertences das pessoas na rua. Na maioria das vezes, as pessoas sabiam antecipadamente da ação e deixavam suas coisas organizadas e barracas desmontadas, bem como ficavam próximas, pois assim ainda se conseguia conversar e evitar o “despejo”.

No mais, em nossas conversas na rua, apareciam temáticas como as drogas, doenças, gravidez, entre as mulheres, religião, família e trabalho. Conflitos familiares, uso de drogas e problemas com o tráfico aparecem como maiores razões para ida para a rua. Entretanto, entre as mulheres, alguma discrepância nesses motivos era encontrada. A história que mais me recordo é a de J., jovem de 26 anos. Vinda de uma cidade pequena, chamava atenção por “não parecer de rua” e, a partir dela, penso na dificuldade de uma não estereotipação dessa população. Em pouco tempo, J. estava próxima de todos da região, quase sempre emprestando pertences.

A única implicância com J. era da parte dos homens, que diziam que ela andava igual um menino. Ela não parecia se importar. Não foi difícil descobrir sua história, pois gostava de conversar. Disse que o que a levou a sair de casa foi o padrasto, que dizia “gostar dela”. Contou situação para mãe, que não acreditou. Resolveu sair de casa, tinha um bom emprego e se relacionou com mulher mais velha, agora em outra cidade, também próxima de Juiz de Fora. Embora diga que sexualidade não foi motivo para saída casa, diz que mãe “a mataria” se soubesse. Após separação desta mulher, passa por algumas cidades, por conta de promessas de emprego, e chega a Juiz de Fora, onde faz diversos “bicos”. Próximo ao final do período de observação, encontro J., que estava trabalhando no período noturno em uma empresa alimentícia. Em determinado dia, retornando para o Centro Pop na parte da manhã, foi assaltada e agredida fisicamente. Mostra-me as marcas – “é muita injustiça”, diz ela. Concordo.

Também vivenciei períodos de festividades, como o natal e o carnaval. As instituições públicas e filantrópicas organizavam festas para essas ocasiões. Enquanto o natal era perpassado por uma melancolia explicável – “nunca ganhei presente de natal, deve ser bom. Já imagino o quanto de droga vou usar”, o carnaval era diferente. A ideia – ainda que falseada – de igualdade parece predominar. Além disso, os ritmos musicais predominantes parecem agradar. Não raro encontrei com conhecidos nos blocos da cidade. Sem constrangimentos – somente o meu, por eu estar consumindo bebida alcoólica - nos cumprimentávamos. A volta ao campo após o fim de ano me fez questionar sobre possibilidade de alguns terem retornado para casa. Hipótese não se confirmou, porém. Pouco mudou. No início de 2017, a pauta no mês de janeiro era a crise do sistema carcerário escancarada pelos conflitos de facções – com ênfase ao Primeiro Comando da Capital, o PCC - em diversos estados. Nessa situação, a violência era exaltada como expressão do poder, fundamentalmente pelos homens.

Já no período final de observação, passei pelo único episódio de desconfiança maior quanto à minha presença e, talvez por já haver um grau de intimidade, se converteu em uma situação divertida. Em um dia à noite, um rapaz já conhecido me indagou se eu era da polícia, fazendo com que outros também dissessem já terem desconfiado. Ora, alguém que chega simpático, interessado por suas histórias e cheio de perguntas só pode ser da polícia. Eu tinha, porém, “defensores” no território que logo trataram de desfazer o mal-entendido.

Um único questionamento à pesquisa, porém, me fez (e ainda faz) repensá-la a partir de critérios éticos e políticos. Já no período de entrevista – que começou em 15 de março de 2017 e se estendeu por cerca de duas semanas –, uma travesti, que até então eu não havia conhecido, me pergunta sobre a pesquisa: “essa pesquisa vai mudar em que nossa vida? Você vai mandar isso pra ONU? Alguém vai na sua casa te entrevistar?”. Relembrei os debates antropológicos sobre os “nativos exóticos”, algo que sempre tentei evitar, e também sobre o real papel da pesquisa. “Você tem razão”, foi só o que consegui responder.

Após a realização da última entrevista, me despedi informalmente do Centro Pop e avisei àqueles com quem mantinha maior contato sobre meu afastamento. Ainda fui algumas vezes, esporadicamente ao local, e sempre fui bem recebida. Diziam que eu estava sumida e que estavam com saudades. Prometi um retorno com os resultados da pesquisa, embora isso não parecesse o mais importante para eles. Minha última visita ao campo, combinada com a equipe no CnaR para despedida foi em 19 de junho de 2017.

4.3.2. As entrevistas (a linguagem como instrumento)

4.3.2.1. Como foram elaboradas e por quê?

O roteiro de entrevista semiestruturada (Anexo A) foi elaborado por mim e pelos professores orientadores baseado na literatura e, sobretudo, nos dados coletados no

período de observação participante, enfatizando categorias pertinentes à pesquisa e ao cotidiano dos participantes. Foi realizado inicialmente um piloto para se determinar a versão final do roteiro. Este, entretanto, foi considerado na análise devido à importância e consistência dos dados.

A construção do roteiro de entrevistas foi baseada na história de vida, que é um método amplamente empregado nas ciências humanas e sociais que visa compreender as histórias de vida de sujeitos que representam diferentes grupos sociais, bem como os processos, as relações sociais e os códigos simbólicos e de valores construídos por e entre sujeitos a partir de sua inserção na realidade sócio cultural (Chizzotti, 2013; Houle, 2008). Esta estratégia utilizada na pesquisa qualitativa, designada ainda como método ou abordagem biográfica, possibilita a compreensão do contexto vivido para além das informações unidirecionais e dominantes, valendo-se dos relatos dos participantes da pesquisa, conforme acrescenta Pollack (1992). Além disso, a história de vida é “ferramenta de historicidade e ressignificações” (Nogueira et al, 2017, p. 468).

No caso em questão, o objetivo será compreender a partir das histórias da vida das pessoas em situação de rua os aspectos relacionados às experiências vivenciadas com relação ao estigma relacionado ao uso de drogas, considerando a estrutura de vulnerabilidade que expressa os processos de opressão determinados pela condição de pobreza e os contextos de violência aos quais estão submetidas. Isso porque, há em evidência uma conflitante relação entre as histórias de vida, que são únicas, obviamente, e a identidade social sobre as pessoas em situação de rua.

Neste sentido, a partir do método da história de vida, acredita-se que seja possível compreender melhor a estreita relação entre a identidade pessoal e as identidades sociais dos participantes pesquisados. Dessa forma, é possível conhecer, a partir da história dos participantes, questões sociais mais amplas e os processos de opressão (Alcântara, Abreu & Farias, 2015). Além disso, esperamos ter acesso aos relatos e experiências dos

participantes com respeito às consequências do processo de estigmatização e às estratégias de enfrentamento do estigma empregadas e de autocuidado em relação ao consumo de drogas.

Entretanto, de alguma forma, a necessidade de homogeneização “científica” entra em conflito com a particularidade das histórias de vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa, retomando o problema de cientificidade/generalização da própria pesquisa qualitativa. Zaluar (2009) aponta para a necessidade de um constante movimento de “agregar e desagregar”, onde haja uma visão do todo e também das diferenças e particularidades existentes.

Assim, o que se faz fundamental é a reflexão sobre o papel do sujeito na pesquisa. Matias (2013), que faz um estudo de narrativas coletadas em etnografia com adolescentes em situação de rua, ressalta a importância da fala dos sujeitos pesquisados serem valorizadas nas pesquisas. Isso porque, além de ganhos metodológicos, é permitido um encontro entre experiências pessoais e o seu tratamento no espaço público, possibilitando até mesmo uma reflexão do sujeito quanto à sua posição e o meio em que está inserido. Além disso, é possível, a partir das análises de narrativas, construir tipologias de narrativas. Adorno et al. (2013) também aponta para a necessidade de mudanças teóricas e metodológicas no estudo de populações em situação de rua e indica a etnografia como perspectiva metodológica capaz de articular questões macroestruturais e temáticas urbanas. As metodologias mais participativas, segundo os autores, têm maior capacidade de ampliação do debate, bem como de desconstrução do pensamento, visto que articula dinâmicas sociais e aspectos das trajetórias de vida. Esta foi a tentativa nesta pesquisa.

4.3.2.2. Participantes das entrevistas

Os participantes das entrevistas foram exclusivamente homens em situação de rua e usuários de substâncias localizados nos contextos antes explicitados. Estes foram abordados de maneira progressiva, dado o caráter etnográfico da pesquisa, de forma verbal, e convidados a participarem das entrevistas. Todos já haviam tido contato comigo durante o período de observação participante e se mostraram solícitos ao convite. Houve, porém, resistências de alguns que, sabendo que eu estaria ali, a partir daquele momento, para realizar entrevistas, buscavam, pelos mais diversos motivos, não estarem mais no local. Alguns diziam ainda terem vergonha ou não saberem o que falar. Tais opções foram respeitadas sem conflitos. As entrevistas, a fim de melhor armazenamento dos dados, foram gravadas em equipamento celular e, posteriormente, transcritas integralmente. As autorizações dos participantes (termo de consentimento livre e esclarecido) foram fornecidas via áudio, considerando a possibilidade de haver entrevistados analfabetos e, assim, evitar possíveis constrangimentos. Foi realizada uma entrevista com cada participante, cujo tempo de duração variou de vinte minutos a uma hora. Todas as entrevistas foram realizadas no Centro Pop.

A definição do número de participantes foi feita pelo critério de exaustão/saturação dos dados construídos durante o processo de observação participante. Esse tipo de fechamento amostral, conforme indica Fontanella, Ricas & Turato (2008), é realizado pelo pesquisador quando é percebida a repetição de conteúdo nos dados, já sendo possível analisá-los sem grandes perdas de material, sobretudo devido ao fato de não haver preocupação com a generalização. Por isso, a escolha de interrupção da coleta foi realizada a partir de análises paralelas dos materiais a partir dos objetivos delimitados pela pesquisa. Assim, dada a densidade de informações que o instrumento ofereceu, foram totalizadas seis entrevistas.

4.3.2.2.1. Quem são os meus seis informantes?¹⁷

Conheci Marcos, cerca de 35 anos de idade, em meados de dezembro de 2016, no Centro Pop, quando ele estava há 4 semanas em situação de rua. À época, se apresentou já contando sua história: o uso de crack acabara com o seu casamento, pois havia vendido todos os itens de sua casa. O uso de maconha, primeira droga ilícita a que teve acesso, começou após desilusão amorosa aos 19 anos. No ano seguinte iniciou uso de crack. Trabalhava como representante comercial e conseguiu afastamento. Quando recebe, porém, faz uso descontrolado. Por isso, pretendia entregar cartão de banco para a esposa, pois achava que assim não usaria drogas. Já foi internado cinco vezes e acha que uso de drogas é conflito espiritual. Tem irmão também em situação de rua. Depois de nosso primeiro contato, no encontramos outras vezes. Ele se aproximava e falava brevemente sobre como estava. Demonstrou ansiedade quando convidado para participar de entrevista e pergunta se iria demorar muito, dizendo estar sonolento.

Tomé, também na faixa dos 30 anos, conheço na porta do Albergue em dezembro de 2016. Estava com a equipe do CnaR e ele se aproxima já se desculpando por estar com “cheiro de cachaça”, alegando que não acha educado falar com os outros dessa forma. Apresenta-se para mim, dizendo já ter me visto “no meio da rapaziada” e ter achado legal, mas não tinha se aproximado por conta de problemas de relacionamento com alguns homens. Desde então, sempre nos encontramos, mais vezes no Centro Pop. Descubro depois que Tomé é uma figura importante no pequeno tráfico. Eventualmente, ficava com humor deprimido por conta de brigas com as namoradas ou com amigos. Com o tempo, aprendi a identificar esses momentos. É ele que me explica sobre as “comarcas” e os conflitos pelo território. Figura ainda um drama comum à PSR: a burocracia para conseguir documentação, que o impede, entre outras coisas, de o seguro referente ao atropelamento e ônibus que sofreu há seis meses. Fazia questão de mostrar

¹⁷ Todos os nomes são fictícios.

as marcas desse acidente. É de Volta Redonda e veio para Juiz de Fora fugindo de tráfico, o qual fazia parte, após atirar em homem que estuprou sua irmã. Ficou na casa de uma tia, porém, foi para a rua há cerca de um ano após conflitos familiares, onde familiares desconfiaram que ele estava roubando por conta de seu uso de drogas. Gosta de ressaltar os cursos profissionais que possui. Ao final da minha observação, fazia planos para o dinheiro do seguro – ainda sem previsão para sair-, sendo o principal deles comprar uma barraquinha para fazer sanduíches. Não teve nenhum problema em aceitar participar da pesquisa.

Tiago conheci no início de janeiro de 2017, no Centro Pop. Já o conhecia de vista, porém ele se aproxima de mim na hora do café e pergunta sobre o que estou fazendo ali. Ao me apresentar como psicóloga, aparenta ter curiosidade pela área e questiona se não acho que psicologia, psiquiatria e teologia andam juntos. Posteriormente me ficou claro como categorias espiritualistas estão presentes em seu discurso. Inclusive, atribui suas questões de saúde mental a espíritos. Apresenta sintomas psicóticos como “ouvir vozes” e “ver vultos”. É o único que, eventualmente, frequenta o CAPS AD, porém monta sua própria rotina medicamentosa. Diz que já foi “mau”, preso duas vezes, e hoje tenta alertar a PSR sobre perigos. De fato, passo a observar Tiago como ator importante naquele contexto, ora como chefe, ora como conselheiro. É interessante pensar sobre o papel que um “doente mental” foi capaz de ocupar na situação de rua: andava ainda sempre acompanhado por mais pessoas e possui um papel no tráfico da região. Porém, seu respeito se deve também à idade (45 anos). Depois de nosso primeiro contato, nos falamos em todos os dias em que nos vimos e Tiago se tornou meu principal informante, visto que conhecia praticamente todas as pessoas dali e pelo fato de estar na rua há cerca de 10 anos. Gostava também de me contar sobre seus dias. O vejo também envolvido nos poucos momentos de mobilização e reivindicação da PSR. Sobre a participação formal na pesquisa, comento anteriormente sobre as entrevistas, porém

somente após três semanas consigo encontrá-lo novamente, pois sempre que eu chegava ele precisava sair. Parecia se esquivar da entrevista, em um primeiro momento.

Mateus conheço na porta do albergue. Ele se aproxima e pergunta, desconfiado, sobre mim. Falo brevemente sobre a pesquisa e ele quer saber sobre as conclusões. É difícil fugir de suas questões, e ele compartilha a ideia de que psicólogos leem mentes. Percebe minhas tentativas de desviar de suas perguntas e parece me analisar. Com ele, sinto o incômodo de mudar de posição e ser quem responde. Porém, ele diz gostar do assunto. Estava na ocasião – meados de fevereiro de 2017 – há um mês na rua, mas não pela primeira vez, por conta de conflitos familiares com irmãos. Com forte discurso religioso, tem 48 anos e parece querer aparentar serenidade. Porém, interpreto um forte teor de fatalismo travestido de discurso religioso, sobretudo ao naturalizar desigualdade dizendo que algumas pessoas não estão preparadas para receber “bens”. Conversamos, desde então, sempre que nos vimos. É relutante ao ser convidado para participar de entrevista, mas após observação da reação de outros entrevistados, pede para participar.

Conheço Pedro, 36 anos, também no início das observações no Centro Pop. De fala fácil, gosta de conversar e contar sobre seu histórico. À época, ficava no Centro Pop até o horário de buscar seu carrinho de picolé e, com ele, circulava pela cidade durante todo o dia. Também conversamos durante todo o processo de observação. Em março de 2017 estava com apostila dizendo estudar para o ENEM, pois queria “mudar de vida”. Porém, em meu último dia de observação, em junho de 2017, o encontrei e, sob efeito de álcool, ele disse ter desistido dessa ideia e que pretendia ir para Rio, pois acreditava que lá teria mais oportunidade de empregos. Falava também com admiração sobre armas e facções. Diz gostar de nossos momentos e, por querer me ajudar, aceita participar da entrevista sem ressalvas. João, 33 anos, foi o único que conheci somente durante o período de entrevistas. Sempre o via andando em grupo. Conversamos informalmente e, percebendo sua disposição para contar sua história, o convido para

participar. Ele aceita na hora. Foi a entrevista mais longa e difícil de ser finalizada. Mas eu não tinha pressa.

4.3.2.3. Análise dos dados transcritos

Para análise dos dados qualitativos das entrevistas realizadas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática (Gomes, 2008). As categorias analíticas foram determinadas *a priori* e *a posteriori* da realização da pesquisa de campo. Ao final, ficaram estabelecidas sete famílias de categorias com o total de trinta e seis categorias (Anexo B). Foram realizadas uma pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, constituindo o processo de análise do material construído na pesquisa. Todo o material foi organizado e analisado a partir do *Software Atlas.ti*. Foram definidos três pesquisadores que compuseram o grupo de análise para a discussão e definição de categorias e subcategorias de análise, dentro de cada temática. A definição final desses dados foi feita através do consenso entre os pesquisadores que fizeram parte do grupo de análise. Por fim, os dados encontrados foram analisados a partir da literatura na área.

4.4. Formalização no Comitê de Ética

Houve a submissão do protocolo de pesquisa aos órgãos competentes do país (Anexo C), bem como ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana/UFJF, localizado na Pró Reitoria de Pesquisa da UFJF, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Martelos, Juiz de Fora, com o número de telefone (32) 2102-3788 e email: cep.propesq@ufjf.edu.br. Os procedimentos previstos obedeceram aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

4.5. Riscos

O risco da pesquisa, dada a condição de extrema vulnerabilidade do público alvo, foi o de gerar expectativas de cuidados e serviços futuros. Visto que a pesquisa não tem tal objetivo, mas estava comprometida em acolher os indivíduos em questão, quando foi solicitada ou percebida qualquer situação que demandasse serviços (como de saúde e assistência social, por exemplo), o participante foi encaminhado e acompanhado aos locais que prestem tais atendimentos, sendo este, inclusive, um benefício da pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa realizada próxima a instituições prestadoras desses serviços, não houve uma grande demanda, sendo esta mais de ordem afetiva do que material.

Capítulo 5 – Resultados e discussões: uma tentativa de compreensão

Nessa seção, debato as categorias que, a fim de uma discussão mais fluída, não serão apresentadas na ordem da tabela em anexo, e sim em dois grandes eixos: no primeiro, são debatidas questões referentes às histórias de vida, ao cotidiano na rua, ao estigma e ao uso de drogas; no segundo, por sua vez, surge a categoria trabalho, a noção de reprodução de valores estigmatizantes e moralizantes, a percepção sobre o momento político e econômico atual e o sonho.

5.1. A rua como testemunha da existência: cotidiano de pobreza, drogas e o processo de estigmatização como mediação

As histórias de vida, embora diversas, desembocam em um caminho praticamente único, que é o uso de drogas, sendo este um elemento fundamental nas histórias. Dessa forma, a fala mais comum ao serem questionados sobre o porquê da ida para as ruas é “*tudo por causa do crack*”, seja pelo próprio uso, seja por dívidas ou conflitos oriundos desse uso. Quando perguntados sobre suas trajetórias - pergunta ampla, iniciavam falando do envolvimento com as drogas. Essa colocação inicial resulta em um apagamento do passado e na emergência de questões imediatistas (Morales, 2012). Todos eles, sem exceção, afirmam diversas vezes que o motivo de todos os seus problemas é a droga, mesmo estando ela alinhada a um longo histórico familiar e às trajetórias de vida. Assim, não podemos negar a importância da compreensão dos sentidos da droga e de seu uso nesses contextos (Raupp & Adorno, 2011), mesmo compreendendo que tais substâncias não devem constituir o ponto principal de análise ao tratarmos sobre PSR (Mayora, 2016). Isso porque, é possível vislumbrar nas falas dos entrevistados os efeitos ideológicos do discurso dominante, que identifica a droga como “o problema”, escamoteando a discussão das relações estruturais de dominação e invisibilizando suas próprias trajetórias de vulnerabilidades. Tal fato nos remonta

também às relações fetichizadas, onde o crack se torna sujeito de ação e os usuários os objetos (Adorno, 2015). É importante também, ao analisar o papel das drogas ilícitas no contexto da rua, compreender como os processos de estigmatização dos usuários, que homogeneizam, conferem apenas um significado ao uso, e imputam à categoria única de “dependente químico”, dando à droga sentido fantasmagórico que retira a humanidade de quem a consome (Raupp & Adorno, 2011). Assim, a supremacia da droga nos discursos aparece de forma totalizante e acrítica e corrobora com o senso comum e com o que se produz no âmbito social.

“Desde lá eu já me envolvia com drogas, mas não esse tipo de drogas que tô usando hoje.” (Tomé)

“O crack, tudo por causa do crack.” (Marcos)

“Eu cheguei na situação de rua por causa de drogas, entendeu. O que causou tudo isso foi as droga.” (Pedro)

“Ai, como vou te explicar. Eu fui conhecer as drogas. Eu cheguei nesse momento por causa das drogas, né.” (Mateus)

“Pô, minha historia de vida assim, acho que comecei assim já em casa vendo meus tios assim fumarem maconha. Entendeu? Meus tios bebendo, fumava.” (Tiago)

O início do uso, de forma geral, se deu antes da ida para as ruas, ainda na juventude, com o uso de drogas mais “leves”, como o álcool e a maconha. Em algum momento, perderam o controle desse uso:

“Fumava um todo dia quando chegava da casa da minha namorada. Depois não tava aguentando mais nem esperar a noite. Deixava minha namorada em casa, já brigava com ela no meio da noite pra ter que ir embora mais cedo pra começar a fumar. Então ai eu já fui perdendo tudo, fui perdendo o controle, ai eu já tava fumando até de dia” (Marcos).

Os participantes da pesquisa acreditam ainda que o uso das consideradas mais

leves influi no abuso futuro. Essa percepção confirma as falas de senso comum de que “uma droga puxa outra” e, de alguma forma, interfere na defesa de abstinência levantada por eles: *“ah, foi quando comecei a beber, época de baile, né. Primeiro cigarrinho que você fuma, essas coisas todas. Fumei o primeiro cigarrinho, depois cheirei aquilo, loló, ai começou, né. Ai cheirei loló não dava mais onde, ai pulei pra maconha, ai pra cola de sapateiro, entendeu. Essas coisas tudo ai. Ai foi pra cocaína, pra cachaça. Ai fui pra essa merda ai, não saio dessa merda, o crack e cachaça. E um puxa o outro.”* (Mateus) ou em *“Maconha pra mim é porta para outras drogas. Acho mesmo que é o cigarro. Cigarro também é droga, então começa pelo cigarro”* (Tiago). Aqui, novamente, é possível visualizar como as trajetórias são vistas de maneira linear e sem mediações. A compreensão sobre a “evolução do uso” nos remete ao conceito de carreira moral, definido por Goffman (1996) como os processos de mudanças que geram efeitos nas concepções que sujeitos têm de si e dos outros.

Os tipos de drogas usadas são variados, girando basicamente em torno do álcool, tabaco, maconha, cocaína e crack. Condizente ao discurso hegemônico e midiático e a um histórico de políticas públicas que assim prefere analisar a realidade – tomando a droga como objeto única de ação - algumas substâncias têm efeitos minimizados e o crack é tomado como grande vilão: *“o crack que abala a vida do ser humano”* (Marcos) ou em *“o crack você compra ansiedade e depressão. Ainda mais depois que acaba. Quando tem você compra aquela onda, cada uma fica de um jeito. Agora quando não tem mais droga só vai te faltar depressão e ansiedade”* (Tiago). Todo o discurso que permeia o crack – e é reproduzido pela PSR – contribui à constatação de que a atitude social perante uma droga influi diretamente no consumidor desta (Mayora, 2016).

As razões para o início desse uso são variadas, embora consigamos relacioná-las. O divertimento, a necessidade de entrosamento em grupos e a fuga de conflitos afetivos e familiares são os principais. Logo, a droga surge em um momento inicial enquanto

socializadora:

“No começo foi divertimento, coisa de adolescente. Meu amigo faz, eu também vou fazer. Foi assim que comecei. Ai começa com divertimento, depois acaba com sofrimento.” (Mateus)

“Era subterfúgio. Assim, a pessoa te magoou você, já é um motivo, um dia que você vai receber e você não recebe e a pessoas quer brigar com você, às vezes já te magoou você, [já te chateia]. Acho que os aborrecimentos que levaram às drogas e, assim, à rua.” (Tiago)

As consequências desse uso, porém, parecem ser unânimes nas trajetórias de vida, provocando afastamento dos vínculos e a ida para as ruas. Tomé, porém, ressalta: *“Essas duas casas que eu tenho lá foi construída com dinheiro de droga. Pelo menos uma coisa boa. E o aluguel vai pra minha filha, dessas duas casas. E minha irmã também tá lá, tem duas casas”* (Tomé). Tal fala sinaliza as contradições em torno das drogas na vida desses sujeitos e da própria organização social. Ou seja, a mesma droga que pretensamente “destrói” -inclusive no ponto de vista dos entrevistados -, é a mesma que, frente as mazelas da pobreza no capital, podem possibilitar arranjos de vida mais dignos do ponto de vista econômico.

Os relacionamentos familiares e amorosos, dessa forma, surgem com diferentes significados, sendo os conflitos apontados como razão para ida às ruas e início do uso de drogas. Por outro lado, a família aparece como fortalecedora e suporte fundamental. Os filhos e esposas/namoradas são elementos que, vinculados a um ideal de masculinidade, impõe necessidades de mudança e “responsabilidade” a todos. Por outro lado, aumentam a culpa individual pela condição de rua. O fato de “ter família” também surge como negação de um processo de abandono e símbolo de diferenciação com outras pessoas em situação de rua. Dessa forma, observamos que os valores sociais compartilhados na rua não são muito diferentes do geral da população e, ainda que com

os diferentes redimensionamentos da vida social, a instituição família continua com forte função. Assim, os informantes reproduzem lógicas dominantes, mesmo estando em posições ditais “não normais” na sociedade. Este fato influencia na impossibilidade de construírem alternativas para si próprios, estando também vinculados a um ideal de vida, uma ética liberal e burguesa que os nega, mas ainda é a única que lhes é apresentada como possível.

“Ter família” aponta ainda para uma quebra de expectativas, visto que é compartilhada a ideia de que as pessoas em situação de rua não possuem nenhum vínculo, o que não corresponde exatamente com a realidade. Porém, o que faz com que saiam de casa perante conflitos familiares? Estes também ocorrem em outras classes e não faz com que as pessoas passem a romper os vínculos tão drasticamente e viver nas ruas. Tal reflexão nos conduz, novamente, a pensar sobre os sentidos das trajetórias de vulnerabilidades que conduzem a diferentes formas de sociabilidades. Tal constatação, porém, de forma alguma, deve nos levar a uma compreensão da pobreza enquanto subcultura ancorada em raízes psíquicas, e sim que certas atitudes são reforçadas “pelo funcionamento opressivo de estruturas macrossociais” (Martin-Baró, 2017b, p. 188).

Tiago, por exemplo, afirma que foi para as ruas por conta de “*aborrecimento conjugal*”, enquanto Tomé afirma que o uso do crack iniciou por conta de envolvimento com usuária – “*se você fumar eu fico com você*”.

Sobre as relações familiares, afirmam:

“*Tem hora que eu fico na situação de rua e tem vez que vou lá pra cima pra casa dos meus parentes ficar uma semana lá, porque lá tem assistência também.*” (Pedro)

“*Ai perdi pai, perdi mãe, ai começou aquele problema de família. Tenho irmãos, mas para mim irmãos não é família.*” (Mateus)

“*Até a família sofre com a gente, mas não ajuda também. Mas acho que não ajuda porque não tem estrutura. Às vezes não tem estrutura financeira, às vezes não*

tem estrutura, como eu te falei, psicológica.” (Tiago)

A droga, mais uma vez, surge como razão dos conflitos: *“Aí conversava com ela, chorava, entendeu, brigava, falava que ia brigar, que ia bater, que ia matar, mas eu nunca encostei a mão nela entendeu. Aí por exemplo, aí que que acontece, aí pegou e me largou.” (João).*

A retomada do convívio familiar, então, surge como desejo e possibilidade de mudança de vida: *“Aí eu queria mesmo pé estar com os meus filhos, estar com meus filhos.” (João)*

As razões atuais para o uso, dessa maneira, não se encontram na busca de prazer pela droga, e sim pelos sintomas de abstinência e pelo vício ou, novamente, para se esquecerem dos conflitos e revoltas gerados, segundo eles, pelo próprio uso da droga, como em um ciclo vicioso: *“Esquecer ex mulher, esquecer tudo que eu perdi, esquecer da vida.” (Marcos)*

Aqui também aparecem justificativas de cunho culpabilizantes, pautadas em características individuais:

“Fraqueza. O cara é fraco, assim, de repente, um pedacinho de pedra, ‘toma aqui, Tiago, um pedacinho de pedra’. É só colocar aquela porcaria na minha boa. Ai os meus pensamentos são outros, meu batimento cardíaco é outro, minha ansiedade é mais, minha revolta é mais com as coisas. De não aceitar a situação que tá, já começo a ficar mais revoltado, né.” (Tiago)

O discurso religioso/espiritualista, nesse sentido, aparece como central na constituição da história de vida seja para justificar uma postura resignada perante a situação de vulnerabilidades, ou para encontrar possibilidades de saída dela. Logo, buscam no divino a mudança concreta. As religiões neopentecostais e a católica são preponderantes nos discursos, bem como a ida a Comunidades Terapêuticas de

designação religiosa¹⁸. A associação entre fatalismo e religião é bem demonstrada por Martín-Baró (2017b). Entretanto, discursos de intolerância religiosa são raros, até mesmo pelo fato de receberem auxílio de diferentes religiões.

A síndrome fatalista é definida por Martín-Baró (2017b) enquanto destino fatal que marginaliza os povos latino americanos de suas próprias histórias. O autor contextualiza os cenários de ditaduras e guerras civis como absurdos históricos determinados por grupo externo e que não trazem mudança para o povo. Os poucos processos revolucionários e de rebelião são vistos por ele como momentos de semiconsciência. Diante dessa realidade, não lhes restaria perspectiva, a não ser a de aceitar sua condição. O fatalismo, assim, pode ser classificado como “comportamentos de conformismo e resignação diante de qualquer circunstância” (Martín-Baró, 2017b, p. 175) e é definido por três ideias: a de que toda a vida está destinada desde o nascimento, sem que as individualidades pesem no processo; a de que a vida é definida por forças alheias; e tem a religião como marco de referência. Essas ideias reverberam nos sentimentos de resignação, aceitação do destino e de sofrimento enquanto afetos dignos e nos comportamentos de conformismo, submissão, passividade e presentismo.

Entretanto, Martín-Baró (2017b) alerta que essa caracterização de fatalismo abre margem a um estereótipo do latino americano que não necessariamente é real. Poucos são os estudos, teóricos ou empíricos, que tratam a temática. A maior parte assume o fatalismo como pressuposto. Os estudos que trabalham com autoimagem são os mais próximos de avaliarem a situação e demonstram que a forma como se enxerga está associada às condições socioeconômicas locais. Ainda assim, a análise bibliográfica

¹⁸ Faz-se necessário um maior debate sobre as Comunidades Terapêuticas (CT's): preconizadas pelo Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack de 2010 enquanto estratégias de cuidado para usuários de álcool e outras drogas, as CT's são alvos de pertinentes críticas, sobretudo por suas vinculações religiosas e não conformação aos modelos preconizados pelas atuais políticas de saúde. Fossi & Guareschi (2015) afirmam que a lógica de internamento nas CT's seguem concepções moralizantes e reproduzem práticas de segregação e “purificação”.

feita pelo autor permite concluir que há traços de uma síndrome fatalista latino americana e que esta é observada principalmente nos setores econômicos pobres.

A partir destas constatações, surge a pergunta do porquê as pessoas assumirem tal posição diante da vida, e essa questão é cara à Psicologia, o que pode se tornar perigoso visto que as explicações oriundas dessa área enfatizam os fatores individuais, em categorias como caráter e personalidade. Há também estudos relacionados à “cultura da pobreza”, que explicam o fatalismo como forma adaptativa à condição de pobreza que tem raízes psíquicas e que, portanto, são mais difíceis de serem modificadas. Assim, “o psíquico seria o fundamento da estruturação social e não o inverso. A incorporação ou não das pessoas ao sistema dependeria, portanto, de seus traços de caráter, não da natureza do sistema pessoal” (Martin-Baró, 2017b, p. 184).

Compreendido dessa forma, porém, o fatalismo tem a funcionalidade política de impossibilitar a mudança social e de interiorizar a dominação social. Isso porque os pobres aspiram, sim, por melhores condições de vida. Porém, os regimes sociais tratam de definir atitudes e comportamentos compatíveis ou não e eles. Ou seja, “mesmo sendo uma síndrome pessoal, representa um correlato psíquico de estruturas sociais determinadas” (Martin-Baró, 2017b, p. 191). Assim, o fatalismo adquire status de força natural e ahistórica e se converte em ideologia no sentido em que sua aceitação pelas classes oprimidas conduz à manutenção da ordem social opressiva. A associação com a religião em um Deus fora da história contribui ainda mais para tal manutenção. Associadas ao desmantelamento das políticas sociais e de saúde, o fatalismo contribui ao fortalecimento de medidas assistencialista, caritativas e, até mesmo, coercitivas, como o verificado (e denunciado pelos próprios entrevistados) nas Comunidades Terapêuticas, sobretudo de cunho religioso. Podemos perceber essa influência da religião em diversos momentos das entrevistas, como em:

“Porque às vezes as pessoas vão colocando a culpa em cima da família, entendeu, mas não entende de Deus, tem que crescer espiritualmente.” (Tiago)

“Parece até que o diabo atenta pra você fazer merda, mas peço a Deus, peço mais forte.” (Pedro)

“Já chorei muito em frente a igreja, assim, pedindo a Deus: deixa eu sair, sair dessa vida, me dá uma casa, um emprego, queria arrumar um emprego, uma casa.” (João)

“Deus faz bem, né. Deus ajuda bastante você sair fora dessas coisas.” (Pedro)

Todos os entrevistados já passaram por internações em Comunidades Terapêuticas, grande parte de cunho religioso, e são oscilantes quanto a resultados. Entretanto, traçam críticas pertinentes, como à privação de contato e de bens – como uma simples passagem de ônibus –, o uso excessivo de medicação, que também definem como droga, e o trabalho exaustivo gratuito. Porém, também aqui, se culpabilizam pelo não sucesso do tratamento, mesmo que conscientes das razões pela escolha do tratamento: *“A primeira foi internação certa, eu decidi mesmo. O resto foi tudo pra ganhar um tempo, pra ganhar um corpo.”* (Marcos)

Assim, as possibilidades de conter o uso no contexto da rua são limitadas pela falta de acesso e adequabilidade aos serviços e também pelo discurso de vontade individual. Entre os fatores que cessaram o uso em outras situações – visto que a abstinência é a meta primordial seguida por eles – estão, fundamentalmente, a depreciação física e as responsabilidades familiares: *“Voltei pra ela, acabei engravidando ela e tive que ter mais responsabilidade, fiquei quatro anos sem usar”* (Marcos).

No contexto da rua, há ainda diferentes sentidos e administrações do uso de drogas. O uso exposto, por exemplo, aumenta o estigma. Por isso, todos usam crack escondidos. Tal fato remete à necessidade de compreensão do uso de drogas como

fenômeno coletivo (Alvarado, Guerra & Mejías, 2013), onde as questões “quem?” e “onde?” são cruciais ao entendimento do tratamento destinado a este uso. Quanto ao controle do uso, há diferenças nos discursos, havendo quem diga conseguir controlá-lo, os que assumem que isso não é possível e os que oscilam. Nesse ponto, é importante refletir sobre como o estigma, compreendido enquanto centro das relações de poder dos sistemas sociais (Aggleton, 2001), estabelece relações de poder/dominação. O “controle” do uso por eles contado pode expressar uma estratégia de fugir destas opressões. Cabe-nos também refletir se o que está em jogo é realmente um uso mais consciente da droga ou uma impossibilidade financeira de não se usar mais. Usar o crack escondido, ainda, como será exposto posteriormente, tem um efeito de segurança, tendo em vista a ilegalidade e truculência policial, mas ao mesmo tempo pode estar relacionado ao sentimento de vergonha e humilhação pública aos quais estão expostos.

“Quando tinha usado e depois não tinha mais, não tinha nada, não tinha mais dinheiro, entendeu. E eu não tinha nada e queria usar mais. Ai é uma vontade de morrer danada.” (Tiago)

“Acaba o dinheiro aí não, agora chega. Agora é caçar um prato de comida, um biscoito, uma vitamina, um lugar pra mim poder repousar.” (João)

“Eu consigo controlar, o máximo que eu fumo é quatro pedrinha de cinco ai. Só fumo isso. Meu limite é isso ai, quatro pedrinha de cinco e uma garrafinha de 500 ml de cachaça. E cigarro pra caramba, né. O controle é isso ai.” (Pedro)

É ainda evidente, sobretudo nas observações em campo, o intenso movimento de tráfico que envolve a região, seja entre os próprios moradores de rua, com um pequeno tráfico, seja com o tráfico externo, visível, sobretudo, nas “rondas” de motos frequentes nas ruas do território. Logicamente, essas duas modalidades não estão separadas. Assim, a percepção de que há um tráfico que se beneficia desse circuito compulsivo de uso contribui para a confirmação da hipótese de que a PSR não está “excluída” da sociedade

(Martins, 2002), sendo mais aceitável a hipótese de uma inclusão perversa (Sawaia, 1999b). Há também recorrência nos históricos de vida de envolvimento com o tráfico anterior à ida para as ruas, o aponta para a precarização das relações trabalho, seja o formal (o que cria a necessidade de formas alternativas de renda), seja em postos inferiores no próprio tráfico. A violência associada a esse tráfico que, inclusive, impede de irem a alguns locais da cidade – notadamente bairros com domínio do tráfico – também é reconhecida. Nas entrevistas, essa relação é pouco evidenciada, porém possível de ser vista em:

“Uso pouco na rua. Porque na rua tem muita violência por causa de droga. Uso mais afastado.” (Tiago)

“Eu moro na rua, ai não posso ficar entrando nessas aradas não. Você sabe que é uma situação difícil, vocês tão praticamente me obrigando e não sou obrigado a falar nada. Então as coisas não é assim. Porque eu moro na rua, ai e de repente eles acha que rolou lá, que eu falei alguma coisa. Depois me pega ai, me dá um tiro na cara na rua.” (Pedro, sobre episódio de depoimento policial)

“Tráfico eu fiquei vendendo. Eu comprava uma parte, usava a minha, eu vendia um pouco com meu amigo que morava, assim. E ai o crack me colocou pra rua, entendeu.” (Tiago)

“E achei muito fácil e o dinheiro que eu ganhava no mês, entendeu, vendendo droga eu fazia num dia. Então eu trabalhava de 7h até as 3h (15h) e de 3 (15h) até às 10h (22h) eu, eu, entrava no tráfico, entendeu. Então de 3h, de 3 horas da tarde até as 10h eu conseguia um salário, um salário que eu tinha que demorar um mês capinando.” (João)

A relação com o dinheiro na rua, por sua vez, se mostra complicada, novamente, por conta do uso de drogas, evidenciando uma forma especial de compulsividade do consumo nas ruas (Raupp & Adorno, 2011), local de suposto “não consumo”. Morales

(2012) indica que os valores como o individualismo, a competitividade e o imediatismo do consumo de bens e serviços contribuem ao empobrecimento da vida coletiva e são fundamentais para uma análise atual sobre o uso compulsivo de drogas. Assim, no contexto da rua, a droga surge como principal mercadoria, o que “inclui” essa população na esfera do consumo, ao contrário do que eles mesmos acreditam:

“Você põe um dinheiro no bolso, de vez em quando também, te dá uma abstinência brava que já era.” (Pedro)

“E aí o que guardei pra comer eu gastei com droga, fica com fome, com frio.”
(Tiago)

“É um dinheiro que você ganha hoje e amanhã você gasta o dobro. É uma vida de ilusão. Droga pra mim é ilusão.” (Mateus)

É na categoria “cotidiano e a temporalidade na rua”, entretanto, que vemos como esse cotidiano é pensado a partir da rotina de uso de drogas, do trabalho, da alimentação e dos serviços institucionais, colocando em xeque ainda a noção de liberdade comumente associada a essa população. Esse cotidiano, porém, é concretamente marcado por diversos tipos de violências, como a policial, sendo comum ainda a confusão temporal, expresso na dificuldade em dizer há quanto tempo estão na rua, por exemplo. Sobre o cotidiano, afirmam:

“Almoço, tomo um banho, ponho uma roupinha mais ou menos, penteio o cabelo e vou roubar. É o que eu tô fazendo, tô sendo sincero com você.” (Marcos)

“De manhã eu vou no Pequeninos, tomo café, depois vou no Centro Pop, tomo café também. Isso quando eu acordo. Aí depois eu fico vendo televisão no Centro Pop, pego ticket, a gente vai dar o rolê do almoço, depois toma café no Centro Pop e depois à noite, sete, oito horas, tem o Albergue, a gente toma banho, janta, e se quiser dormir, entendeu, você pode dormir.” (Tomé)

“Eu não lembro muito bem não, mas, pela idade do meu filho, tem uns 10 anos.”

(Tiago, sobre há quanto tempo está na rua)

“Você não pode ser muito bobo também, porque senão. E tem que saber onde você vai também, porque senão só pessoas que usam drogas demais, lugares onde rola muita cachaça e droga você tem que sair de perto.” (Tiago)

“Levanto mais cedo, levanto mais cedo, agradeço a Deus, ‘muito obrigado’, a gradeço a Deus por mais um dia, aí acordo, venho pra cá pro pop, deixo a mochila, vou pra lá pro pequeninos, chego lá e tomo banho, mudo de roupa, faço a minha barba, não todo dia, toda quarta que é dia de banho, tomo meu café, venho pra cá, tomo outro café e pego ticket. E todo dia eu espero dar 11:30 pra dá o Alterosa em Alerta, eu gosto de ver o Alterosa em alerta, as notícias entendeu. Quando dá meio dia, eles falam ‘meio dia’ e fecha e bota todo mundo pra fora, eu pego e vou almoçar, bem devagarzinho até dar duas horas, a gente só pode entrar de novo duas horas, bem devagarzinho, na hora de voltar também vou voltando bem devagarzinho. Chego aqui, vejo ali o vídeo show, acabou o vídeo show, que que eu faço, deito ali fora e vou dormir, au deu quatro horas e entro e vou tomar café. Quatro horas eu não durmo mais, vejo o finalzinho da novela, depois a reportagem do rapaz, é, é, que fala corta pra mim na Record, Marcelo Rezende. Aí eu vejo aquilo ali todo dia, aí seis horas tira nós daqui, bota todo mundo pra fora, aí que que eu faço, fico andando pra lá e pra cá até dar sete horas, deu sete horas eu entro pro albergue. Quando eu não entro pro albergue eu fico com a rapaziada aqui até dar uma dez horas, deu dez horas vai todo mundo dormir, tendeu, aí que que acontece, minha rotina é essa todo dia.” (João)

A apropriação do espaço da rua, entretanto, é objetiva e simbólica. Nesse sentido, adentramos a categoria estigma, onde os entrevistados relatam uma série de diferentes situações de discriminação, preconceito, humilhação e violência. A maioria dos episódios tidos por eles como estigmatizantes são relacionados à negação de pedidos como água e comida, algo corriqueiro no cotidiano da rua. É interessante também

ressaltar como o momento da entrevista faz com que os participantes reflitam sobre tais situações que, muitas vezes, eram normatizadas por eles, sendo reafirmada a importância do uso do método da história de vida, pois, a partir do vínculo de confiança estabelecido entre participante e pesquisador, torna-se possível àquele reviver, se apropriar e ressignificar sua própria história (Pollack, 1992). Exemplo é a fala a seguir, de Pedro, que inicia dizendo nunca ter sofrido discriminações. No decorrer da entrevista, porém, é o que mais relata casos.

“Não, eu já ouvi falar. Não, já passei por isso também, por discriminação. Para você ver, uma vez eu tava dormindo na rua na praça dos namorados ali mesmo. Ali não dava água pros outros, não dá água pra ninguém mais. Tem um prédio, um prédio de rico lá, sabe, você vai pedir uma água eles jogam água em você.” (Pedro)

Contam ainda as situações:

“Eu lembro o dia que um cara, pedi um rango na casa de uma pessoa ali, ele falou ‘não, não tem comida pra você aqui não, tem comida pra morador de rua não’, tava eu e meus colegas, entendeu. Ai, o que acontece, não deu comida não. Mandou nós trabalhar e fez isso. Ai, a gente tá pedindo, a gente não tá roubando.” (Pedro)

“Várias pessoas quando te veem elas atravessam a rua, ou fingem que não estão te vendo. Isso com certeza é uma discriminação.” (Pedro)

“Tem umas que dão, mas outras viram as costas, se puderem até te pisam.”
(Mateus)

“É, igual já vi pessoas passando perto de mim assim e desviar o caminho, entendeu. Como fala ‘não passa perto desses moradores de rua que isso não vale nada não’, eles falaram assim. Eu escutei de longe.” (Pedro)

“Porque acham que todo morador de rua é assaltante, é isso, é aquilo.” (Tomé)

“Igual assim, eu tava passando uma vez, o cara gordinho, e como a mulher dele era mais nova, eu peguei e fui andando atrás dele e pedi dinheiro. Ai ele me deu um

soco no olho. Nem perguntou, nem falou nada.” (Tomé)

“Vou te falar que começa pelo endereço. Você já é discriminado. Pelo endereço. Você não arruma um serviço, não consegue emprego sem endereço fixo.” (Tiago)

“Porque hoje em dia, quem sai da cadeia eles fala pra você ‘ah, não tá pegando ex presidiário não’. Igual quando eu fui fazer uma prova ali, passei na prova, me deram o uniforme, quando eu levei o nada consta ‘aqui, você aguarda um pouquinho porque nós estamos fazendo uma experiência com uns rapazes que estão lá dentro, se eles não passar, a gente te chama’. Eu já sabia que era por causa do nada consta. Aí passou um tempo, voltei lá de novo. ‘Ó, vou te mentir não, pra você não ficar vindo aqui direto, não tenho nada a ver com isso, mas eles não tão pegando ex presidiário, se eu fosse você desistia.” (João)

“Aí quando a gente passa, aquele bonde, o pessoal já fala ‘isso aí é uma cambada de vagabundo, tudo ganha ticket pra ir almoçar lá de graça enquanto eu tenho que rala’, todo mundo fala.” (João, sobre ida ao restaurante popular).

Ainda assim, percebem-se tentativas de justificativas para essas situações, como em:

“Ah, pensa que você é um marginal que isso e aquilo, entendeu? Porque tem muitos que tá envolvido no meio de nós que não quer ajuda, não procura ser ajudado, entendeu?” (Pedro)

“Fomos em cima do comitê, entendeu. Ai até que ele tratou a gente bem, mas viram a nossa veste e eles estava assim, todo mundo bem arrumado. O outro lá arrumou uma confusão, veio conversar com nós, e foi aquela confusão, e veio pra cima da gente e eu vi que aquilo foi discriminação. Por causa de que, se a gente não tivesse mal arrumado a confusão não vinha pra cima da gente. E, realmente, aquele dia eu tava meio mal arrumado.” (Tiago)

Por outro lado, logo depois, reflete sobre a mesma fala: *“tem muitas pessoas que vê em você aquilo que você tem, né. Aquilo que você aparenta, está tendo. Se você tá bem vestido e tá de carro, tá com dinheiro, todo mundo fala que você tá com dinheiro. Todo mundo vai puxar seu saco, vai te paparicar.”* (Tiago)

Há ainda este relato:

“E por causa de uma minoria eles acham que roubam. Igual aquele jornal da TV [nome da emissora] fala que tem fuma crack rouba. Todo ladrão fuma crack também. É mentira. Tem ladrão ai que é ladrão e não fuma crack, é assaltante e não fuma crack. Conheço gente ai que fuma crack e não é assaltante. Eu sou um deles.” (Tiago)

Sobre essa última fala de Tiago, é importante ressaltar a reflexão desse participante sobre o jornal citado – cuja forma de tratamento ao usuário tanto me incomodou, conforme relatei nos dados do diário de campo – que indicam sobre o papel da mídia na construção do usuário de crack. Questiono o que ele acha do teor do jornal. Ele responde, exaltado: *“me incomodo muito, muito. Faz música dessa situação que é doença. Eu acho isso um deboche. Isso pode acontecer na família dele, entendeu. Mesmo ele vigiando. Fala que pede dinheiro só pra usar droga.”* (Tiago)

Assim, os sentimentos e reações em relação ao estigma oscilam entre a culpabilização de si pelo problema (Sawaia, 1999a) e a revolta (Zaluar, 2000), ainda que esta pouco se expresse pela violência, e mais pela resignação e não reação, bem justificada pela fala de Pedro: *“Porque nessa verdade ai, se a gente esticar o assunto, quem sair perdendo é nós”*. Dessa forma, os sentimentos mais citados são o constrangimento, a mágoa, o sofrimento, se sentir “pequeno”, além da reflexão sobre a igualdade e o desejo de mudança individual: *“eu senti assim, deu vontade de mudar, eu não vou ficar assim pra sempre, morando na rua”* (Tomé). É fundamental ressaltar, porém, que a resignação ou o fatalismo não são fenômenos naturais e individuais. Logo, só podem ser compreendidos enquanto construções históricas que impactam na

constituição de subjetividades (Martin-Baró, 2017b),

Quanto à análise do território pesquisado, os empecilhos de mobilidade estão associados aos conflitos com tráfico e a necessidade de evitação, universal nas entrevistas, de frequentar locais onde uso de drogas é intenso. Locais como praças, igrejas e outros denominados como “tranquilos” estão entre os preferidos. Sobre o território onde estão as instituições – e onde a pesquisa foi realizada – Marcos afirma: *“tem pessoas que moram ao redor aqui que vêm aqui, traz fruta, marmita, traz lanche, conversa, traz roupa. Tem pessoas que preferem passar do outro lado do passeio pra não ter que falar com a gente, entendeu?”*. Logo, sentem as estigmatizações do território (Wacquant, 2006), ainda que a justificando com os comportamentos “errados” dos outros”:

“Acho que não pensam boas coisas não (sobre a região). Pra mim, não pensam boas coisas. Porque tem pessoas e pessoas. Tem pessoas que se preservam no ambiente, mas tem pessoas que não esquentam a cabeça com o ambiente.” (Mateus)

“Qualquer problema, qualquer roubo, tudo é aqui. Tudo é o albergue.” (Tomé)

As percepções sobre estar na rua, dessa forma, oscilam entre o reconhecimento das privações objetivas, como falta de conforto, e também subjetivas, como o reconhecimento das situações estigmatizantes e da sensação de “desprezo”, vulnerabilidade e baixa autoestima, o que pode ser visto como uma das facetas do que Paugam (1999) classifica como sentimento de desqualificação social. Neste sentido, os entrevistados legitimam práticas caritativas como única possibilidade no contexto da rua. Dessa forma, introjetam um discurso dominante e ideológico que conduz à apatia e à resignação como alternativa para a vida. Oscilam ainda entre os aspectos negativos de estar na rua, já antes explicitados, e os positivos, que são, de alguma forma, surpreendentes e dizem muito das trajetórias de vulnerabilidades anteriores à rua:

“Ao mesmo tempo você fica triste e também alegre, né. Às vezes você se distrai

conversando com as pessoas que tão na mesma caminhada que a tua, na estrada da dor, né. Você conversando você esquece, né.” (Marcos)

“Porque eu achei que a rua ia acabar comigo, com a vida. E foi na rua que eu encontrei pessoas assim, pra me fortalecer espiritualmente. Porque na família não tinha isso, essas condições psíquicas, esse apoio psíquico.” (Tiago)

“Porque ali, eu penso assim, eu acho que, sei lá, a pessoa tem auto estima quando tem casa, seu fogãozinho, sua máquina de lavar, sua geladerinha. Talvez nem é a questão da roupa, é a auto estima da pessoa que. Sei lá, a pessoa se sente pra baixo, se sente inferior.” (Tomé)

“Recebo apoio psicológico, recebo apoio psiquiátrico, recebo caridade, um montão de gente assim que tá disposta a me dar uma palavra amiga, entendeu. Assim, me ajudar dentro daquilo que eles podem. Tem pessoas assim também, encontrei pessoas ruins, mas conheci pessoas boas.” (Tiago)

“Esse sistema tem hora que pode colocar o cara ruim, porque o cara, eu acho que ele perde uma identidade familiar dele.” (Tiago)

“Porque na rua, sei lá, na rua quando eu vim pra rua, é um curso de informática que eu faço, entendeu, eu tava lá fora, aí de repente eu falei ‘ah, vou entrar pra dentro vou ver um filme, vou ver um desenho’, aí não tô lá, aí você me chama pra conversar, sempre tem uma coisa que distrai a mente.” (João)

Ainda assim, quanto à relação com políticas públicas voltadas à população em situação de rua, há ambiguidades: ao mesmo tempo em que reconhecem sua importância, utilizam dos mesmos argumentos que o senso comum usa para desmoralizá-las e estigmatizá-las. A imagem do morador de rua enquanto “vagabundo” é também compartilhada entre os próprios, bem como a concepção clientelista das políticas, o que influi na não percepção de si enquanto sujeito de direitos:

“O que a prefeitura te oferece é um imã. Instituições de caridade que ajudam.

Então a pessoa que fica [roubando] na rua, pedindo dinheiro na rua, vai usar droga. Com o dinheiro não precisa de comprar roupa, alimentar, banho, tem tudo isso, higiene pessoal, tem tudo isso.” (Marcos)

“Agora eles querem que todo mundo fique à toa ai. Eles querem que todo mundo fique à toa, mendigando. Eu não sei, eu não entendo. Politicamente falando eu não entendo.” (Tiago)

Por outro lado:

“Foi a melhor coisa que surgiu, eu acho. Porque se não tivesse isso aqui nem, pra você ver, a gente tem as atividades, agora tem uma mesa de ping-pong, que tá ajudando a gente pra caramba, que a gente pelo menos assim, você tá ali se divertindo ali, já evita de arrumar problema ali na frente. Já é uma diversão uma coisa pra te ajudar você a mudar.” (Tomé, sobre o Centro Pop)

“Eu acho legal. Pra muitos aqui, tem muitos aqui que levanta a mão pro céu e agradece a eles e a deus. Quando tem reunião, eu vou na reunião, eu falo com eles ‘ó gente, se não fosse primeiramente deus, depois vocês, eu acho que não conseguiria almoçar todo dia não.” (João)

As falas anteriores indicam que o sujeito enquanto ser ativo é inexistente, o que corrobora com uma visão de políticas públicas marcada pela lógica do “beneficiário” e não do “propositor”, e nos leva a refletir o que a política nacional e municipal tem organizado para atender às reais necessidades desta população. Nesse sentido, os serviços disponíveis para a população em situação de rua em Juiz de Fora, embora representem, de fato, avanços nas áreas da assistência social e da saúde, ainda são incipientes se pensadas em sua capacidade de tocar em questões estruturantes e de potencialização dos sujeitos.

A vivência diária na rua propiciou ainda importantes denúncias, sobre conteúdos pontuais, mas, sobretudo, sobre a truculência e violência institucional – com destaque à

policial –, sobre as condições objetivas dos serviços prestados e sobre as relações interpessoais. Tal fato, mais uma vez, aponta para as próprias contradições da política e para a agudização de processos de criminalização da pobreza, visto que a polícia é um braço do Estado em sua versão coercitiva.

“Bom, agora no momento não tenho o que reclamar não. Tava com as muquiranas, mas colocaram as camas lá, tão fazendo faxina direto lá, tá melhorando as coisas lá, graças a deus tá bem melhor.” (Pedro, sobre o Albergue)

“Isso quando estão de bom humor, né. Porque fora isso eles pegam tudo e jogam no caminhão.” (Tomé, sobre o serviço de limpeza urbana)

“Um lugar desse aqui é igualzinho, o albergue é igualzinho uma cadeia, uma bomba relógio porque ali entra todo tipo de gente, tem que ter uma paciência danada. Não sei se é igual ou pior que cadeia. Mas nem toda hora você consegue ser forte.” (Tiago)

“Quantas vezes eu deitado na rodoviária que tem lá na praça da estação, eu deitado dormindo, não tava fazendo nada, dormindo, policial me acordava com chute na cabeça.” (João)

“Colocou ele lá junto com as polícia, numa salinha lá, lá no (nome do local), ‘vou colocar pra você ver’, ‘ah, mas não é eu não’, ‘é você mesmo, deixa eu chegar mais perto pra você ver’. Chegou perto dele, ali na sala mesmo já arreventa com o pião, com o camarada. Ele já chega no Ceresp todo torto, não aguentando nada. Ainda chega na delegacia e tem mais.” (João, sobre furto em supermercado)

A pouquíssima ou nenhuma relação com as redes de assistência social, de saúde e saúde mental, indicam não somente a pouca aderência dessas pessoas aos serviços, mas principalmente a não adaptação dos serviços à realidade da rua. Sendo assim, há desafios específicos na atenção a essa população que precisam ser considerados (Botti *et al.*, 2009). Somente um dos entrevistados frequentava o CAPS AD esporadicamente,

para pegar remédios, porém não os tomava nos horários prescritos, pois davam sono e “*não se pode ficar com sono na rua*” (Tiago). Nenhum cita o Consultório na Rua enquanto referência, embora não tenham sido perguntados diretamente sobre o serviço, o que pode indicar uma não capilaridade do mesmo.

Quando questionados sobre sugestões para o aprimoramento destas políticas, a categoria trabalho aparece como fundamental, como em muitos outros momentos. A falta de opção perante a realidade e a defesa de mais repressão também aparecem, como no caso de Tomé, que, mesmo tendo tido experiências ruins em Comunidades Terapêuticas, defende a lógica de asilamento:

“Eu acho assim, vamos supor, a pessoa entrou, ela sai só se tiver machucada, com a família. Que a pessoa pode ficar um ano sem usar, mas se faz uma visita, a carne é fraca. Ai ela dá uma recaída e não vai querer nem voltar mais.” (Tomé)

“Acho que é o mínimo que eles podiam fazer pra quem quer é arrumar um serviço pra eles ganharem um salario mínimo, um salario mínimo que hoje tá novecentos e pouco, arrumar um serviço pra ele e dar um tempo pra ele [...] Agora não oferece nenhum serviço, só oferece migalha pra eles.” (Tiago)

“Eu acho que tem que ter uma instituição mais séria, porque tem muitas que você entra lá dentro e tem cachaça, tem cigarro, entra maconha, entra pó, entra de tudo.” (Tomé)

“Eu acho que pra poder tirar aquilo da frente tinha que montar uma base logo ali. Porque pelo menos, tem pessoas que roubam até pra beber cachaça. E, tipo assim, às vezes a pessoa nem é acostumada a roubar, mas vai fazer assim, tipo assim, uma vez deu certo, vai querer fazer direto.” (Tomé, sobre usuários de droga na porta do albergue)

“Não tem como mudar, se eles cortarem esses benefícios vai ser o caos, é muito morador de rua, vai ser o caos a cidade.” (Mateus)

5.2. Eu no mundo: o trabalho enquanto valor principal e a reprodução de valores moralistas e estigmatizantes. Ainda assim, sonham.

O trabalho, concomitante à ideia de reprodução de valores socialmente partilhados, aparece como valor principal e forma de “escape” à situação de rua e ao uso de drogas e que os aproxima da “pessoa comum”, ou o que pode ser pensado como um “homem médio, normal”. Nesse sentido, nas falas dos entrevistados, é explicitada uma reprodução do ideário do homem burguês, que se vende para ser explorado, visto que o trabalho, nos marcos do capital – da exploração e da alienação, perde grande parte de sua função enquanto categoria de constituição do homem (Marx, 1983), e é reduzido ao mero “emprego”. Embora paradoxal, a própria estrutura do capital, que alimenta o desemprego estrutural como forma de aumentar a mais valia e conseqüentemente a taxa de rentabilidade, cria este valor ideológico em torno do trabalho (Montaño, 2012).

O processo paradoxal de compreensão sobre o trabalho se explica pelo seu próprio processo dinâmico e dialético. Se por um lado, há a importância do trabalho como condição de existência do homem, fundamentalmente por mediar sua relação com a natureza, por outro, com o desenvolvimento dos meios de produção, o trabalho se manifesta enquanto mortificação do homem e subordinação ao capital na medida em que ele se torna estranhado (Marx, 1983). Por isso, o trabalho também deve ser visto como elemento constituinte da subjetividade, visto que é um processo de autocriação que objetiva as ideias e inquietações do ser humano e possui caráter histórico. Logo, possibilita se produzam também novas realidades e subjetividades:

Essa produção da vida por meio do trabalho não deve ser compreendida como uma mera reprodução da existência física dos homens. Ela é, antes, um determinado modo de vida dos indivíduos, o ato de exteriorização de sua vida, ou seja, a vida dos homens em cada época histórica coincide com a sua produção; os homens são aquilo que eles fazem de si mesmos pelo trabalho (Oliveira, 2010, p. 76).

Entretanto, mesmo não se reconhecendo enquanto trabalhadores, todos trabalham, principalmente fazendo “corres” e “bicos”. Assim, a percepção é que, aliado ao trabalho, o consumo – este sim, mais restrito no contexto da rua – aparece como outro valor primordial, o que, mais uma vez, inclui precariamente essa população à ordem capitalista, não sendo possível que sejam compreendidos mais somente a partir da categoria de “excluídos”. Por outro lado, se reconhecer enquanto trabalhador afasta do estigma associado à população em situação de rua. O consumo, dessa forma, é o que proporciona acesso a bens e estabilidade. Porém, também não podemos afirmar que estão fora da esfera do consumo: a droga, como já dito, entra nessa equação como principal mercadoria consumida, aliado à lógica de compulsividade do capital.

“Ser uma pessoa comum, que trabalha [...] Ser uma pessoa comum.” (Tiago, sobre o que gostaria de ser).

“A gente quer emprego, quer dignidade, quer andar certo, numa boa. Quer comprar uma coisa, você não pode comprar. Vê uma parada boa e não pode comprar porque não tem uma carteira assinada, entendeu. Tem que comprar só à vista. O dinheiro que nós ganha de bico não dá pra compra nada à vista não. Entendeu? Ai fica ruim, né.” (Pedro)

“Ah, eu trabalhei em restaurante já. Trabalhei em restaurante cinco anos mais ou menos. Tudo a droga me derrubou. Porque eu era bem pra caramba, era ajudante de cozinha, entendeu. Agora eu vendo picolé, em obra eu também trabalho, essas coisas assim.” (Pedro)

“Sou trabalhador, tenho carteira assinada, só que no momento estou desempregado.” (Mateus)

“Só não tô roubando, só não roubo. Às vezes faço biscate, caminhão me pega aqui, fala ‘tá afim de dinheiro’, eu falo ‘vão bora.’” (Tiago)

“O que eu queria mesmo era levantar cedo e trabalhar, saber que a minha carteira tá assinada, então não tenho esse negócio de fundo de garantia, eu sempre trabalhei, eu nunca trabalhei de carteira assinada, não minto, trabalhei uma vez só numa obra, lá no Bom pastor, São Mateus se eu não me engano, tendeu.” (João)

Por outro lado, em paradoxo à afirmação do valor do trabalho há também o não reconhecimento de si enquanto tal, fundamentalmente pela falta do vínculo legal e de estabilidade ou pelo tratamento recebido por serem PSR:

“Aí eu vejo esse negocio de fundo de garantia na televisão e penso assim ‘eu nunca trabalhei, eu tinha que ter direito, não tenho’. Eu nunca trabalhei de carteira assinada, trabalhei uma vez só, não passei nem da experiência, porque a experiência é de três meses.” (João)

“Porque a polícia, por exemplo, dá mais moral pra uma pessoa trabalhador, com certeza né, do que para um morador de rua.” (Pedro)

Assim, mesmo sob o discurso de mudanças significativas no papel de instituições como família, escola e igreja, o trabalho permanece como valor central, seja em sua conotação negativa, de tortura e sofrimento, seja enquanto possibilidade concreta de transformação. Porém, se faz necessário, questionar se tais concepções não estão associadas a discursos liberais e gerencialistas que visam impor ao indivíduo determinados valores alienantes de valorização do trabalho por si mesmo (Tolfo & Piccinini, 2007).

Há ainda a naturalização do trabalho precarizado e da lógica meritocrata. Antunes (2000) analisa o aparecimento de um novo proletariado denominado de precarizado, que torna a classe trabalhadora mais fragmentada e complexa. A escala de produção globalizada, a lógica de produção de mercadorias tem gerado, inclusive nos países capitalistas centrais, uma sociedade de precarizados e excluídos, de fato, dos meios de produção. Dessa forma, a precarização – bem como a “exclusão” - é pressuposto do

capitalismo. O fato é que as recentes crises financeiras exacerbam não só a fragilidade do sistema, mas, mais ainda, uma “ação destrutiva contra a força humana de trabalho” (Antunes, 2000, p. 36) causada por um capital desprovido de uma orientação humanamente significativa.

Assim, a desigualdade social é naturalizada, sendo a naturalização uma das forças fundamentais para “acobertamento da realidade” e “manutenção das opressões”, como se um conjunto de coisas de determinado momento histórico-social fosse um acontecimento natural (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012). Os entrevistados reproduzem a lógica deste trabalho precário como solução para saída da rua, mesmo tendo vivenciado isso por toda a vida (e ainda vivenciarem), o que fica claro fundamentalmente ao dizerem sugestões para as políticas públicas voltadas à PSR.

“Eu acho que algo que seria bom é arrumar um serviço pra galera ai, né. Ao invés da galera ficar o dia inteiro de bobeira ai. Acho que arrumar um servicinho pra galera é bom. Nem que seja pagar uma mixaria, pagar um salarinho pra galera ai. Acho que melhorava bastante.” (Pedro)

“Mas o mínimo que podia fazer era dar um serviço pra eles, um serviço de servente de obras, né. É fazer uma frente ai pra cima deles, pra quem quer trabalhar.” (Tiago)

“Tem gente que vem me chamar aqui de vez em quando, ‘você não quer capinar um lote não?’, igual me chamaram pra descarregar 400 caixa de chocolate entende, depois me dá até um chocolate.” (João)

Essa naturalização influencia ainda no reforço do discurso estigmatizante que os atinge, como fica clara na passagem a seguir, onde João diz de julgamento que recebem na fila de restaurante popular: *“Numa parte eles estão certo sim, numa parte eles estão certos, você trabalha, entendeu, aqui agora você tá fazendo um trabalho, você tá fazendo ou você pega uma lata de concreto, trabalha num serviço simples, só sentado*

numa mesa, mas você tá trabalhando”.

Logo, há uma reprodução do discurso estigmatizante, como em: *“Nesse estender a mão, eles não têm aquela disposição de correr atrás dos objetivos, porque vem tudo na mão.”* (Mateus)

“Uma parte eles não tão errado não, porque o governo da muita regalia pra quem não precisa. Quase que se o governo falasse assim ‘não tem restaurante popular, não tem Centro Pop, não tem Albergue’, eu acho que muitos iam caçar um serviço” (João).

“Se você quer comer melhor você tem que pagar. Entendeu? Então você vai comer só aquilo que vão te dar, sopinha, arroz com feijão, macarrão. E o ser humano você sabe que não é só isso.” (Tiago)

Tais justificativas e reproduções estão na base da construção de elementos de distinção de si com os demais moradores de rua. Isso nos remete ao fato do pobre, ao ser capturado como consumidor, encontrar no consumo a forma de afirmação social e de simulação de uma igualdade. Dessa forma, o próprio estereótipo de pobre mal vestido e sujo é negado por eles, incomodando o imaginário da classe média e alta: “os pobres descobriram uma característica fundante da sociedade contemporânea e da Modernidade, a da realidade social como máscara e por meio dela realizaram a sua plena e impotente integração social” (Martins, 2012, p. 37).

Todos os entrevistados tratam uma parcela da PSR como outro – ou “eles” - não se reconhecendo enquanto unidade, o que também dificulta uma mobilização dessa população. Esses elementos distintivos estão no tratamento do outro enquanto animais, maus, que se entregaram ou que não se dão ao respeito. Logo, reforçam o estigma a este “subgrupo”. Daí a importância de se incorporar a consciência que essas pessoas ditas excluídas têm sobre si e sobre a situação, pois há um contrassenso entre como elas se veem e como o meio acadêmico as compreende. No dia a dia, porém, não há dois

grupos totalmente distintos: grande parte interage e se conhece, em relações majoritariamente espontâneas.

“Na porta do albergue eles são sem limite. Você pode tá passando que eles não tá nem aí não. Eles só vira pra um canto só, entendeu. Ali passa criança, passa um tanto de gente, ali passa reportagem, passa gente dentro do carro com vidro fumê tudo escuro filmando, sai na televisão, eu não quero ver minha cara estampada na televisão ‘usuário de crack, dependente químico, morador de rua’, é muito ruim.” (João)

“Às vezes eu posso até dormir na rua, mas eu não moro na rua, moro no albergue, né.” (Tiago)

“Ruim é só o que a gente passa mesmo, de ver pessoas deitadas no passeio. Eu não consigo ficar assim. Ai, quando chega nesse ponto ai é que a pessoa já desistiu mesmo.” (Marcos)

Há, dessa forma, também a reprodução de discursos moralizantes, com uma clara divisão entre pessoas “boas e ruins”:

“Quando chega nesse ponto ai é que a pessoa já desistiu mesmo.” (Marcos, sobre pessoas que ficam na calçada de Centro Pop)

“Fumação de crack na rua, essas coisas. Isso também é errado, né? As pessoas veem as coisas. O que não é visto não é lembrado, certo? Então faz escondido a parada, não precisa fazer pra todo mundo ficar vendo não.” (Pedro)

“Tem uns que não são seres humanos, apesar de serem pessoas agem como animais.” (Mateus, sobre PSR)

“Cai na noite, vai pra lugares onde não devia tá andando, assim, perigoso, lugar de morte, lugar onde tem muito ladrão, lugar onde tem muita prostituta, tem muita gente ruim. As drogas te levam pra esse lugar.” (Tiago)

“Eu cheguei na minha casa, cheguei lá e meu filho de 8 anos tava com brinco nas duas orelhas, orelha furada, eu fui briguei com ele [...] Conversei com ele e falei não

pode não, cabelo pintado, isso é coisa de malandro, marginal, tendeu, coisa de alemão.” (João, sobre um episódio de visita aos filhos)

“Mas tem muitos que estão no meio de nós que são pessoas trabalhadoras, que são pessoas boas, entendeu?” (Pedro)

Assim, as estratégias de evitação do estigma não passam por saídas coletivas, mas sim pela individuação da questão, exatamente na distinção do estereótipo de morador de rua: procuram, a fim de evitar preconceito, andarem bem vestidos – o consumo de bens não permanentes é muito próprio de nossa época, conforme aponta Martins (2012) -, em boas companhias, evitando certos locais, sobretudo os de uso excessivo de drogas, e não ficarem sujos. Logo, aderem a diversas estratégias de aceitação social.

“Mas eu gosto de chegar lá bem arrumado, gosto de andar bem arrumado, entendeu, tudo bonitinho, sapato, meia, cabelo, pego o creme ali, passo o creme no cabelo, vou lá tranquilão, com dinheiro no bolso.” (João)

“Aí chega minha cunhada, nós vão na amizade, vamo zoando, vamo todo mundo arrumadinho, passo ali agora, doo uma lavada no pé. Não gosto de entrar nas lojas assim, é feio, né. A única coisa que eles olham, pé tudo preto. Então lavo rosto, escovo o dente e tal pra mim poder almoçar.” (João)

“Anda tudo sujo, fedendo, mostra que mora na rua entendeu.” (João)

“Mas é o que te falei, muitas vezes a gente evita. Porque não é porque você está na situação de rua que você vai ficar desleixado, vai ficar jogado no canto. Se você está na situação de rua você tem que procurar reverter essa situação, né. Mudar essa situação.” (Mateus)

Porém, Tomé ressalta; *“Assim, mesmo você tomando banho, vestindo uma roupinha limpinha, você não se compara às pessoas que têm casa.”* (Tomé)

Sobre a representação social antes da ida para as ruas, todos dizem que eram aceitos sem restrições graças ao acesso, mesmo que restrito, aos bens de consumo,

crédito, endereço fixo, documentos. Hoje não há essa aceitação, tudo é limitado. Nesse sentido, fica nítida novamente a posição do trabalho e do dinheiro enquanto mediadores das relações e a concepção de um ideal normatizador “corrompido” pela droga. O trabalho prevalece como a identificação com a liberdade de escolha e seu valor se dá na oposição com o bandido e malandro, sendo o trabalho tido como prestígio social e superioridade moral (Zaluar, 2000).

“Antes eu tinha uma vida normal, namorava, trabalhava, tinha carro, tinha minha moto, trabalhava de motoboy. Mais tarde eu fui conhecer a droga, depois dos 18 anos; aos 19 anos eu conheci a maconha e aos 20 anos o crack. Pô, eu tinha namorada, tinha uma vida normal. Só quando eu chegava em casa eu fumava uma pedrinha só e ia para casa.” (Marcos)

“Não. Antes de estar na rua não. Comecei a sofrer muito preconceito depois que vim pra rua.” (Pedro)

“Como vou te explicar? Antes você tinha credibilidade, aceitação. Você em situação de rua já não tem aquela credibilidade. As aceitações são limitadas. Antes não tinha esse limite. Hoje há limitação.” (Mateus)

“Detalhe, eu tinha minha namorada também. Eu levava ela na pizzaria, levava ela no zoológico e tudo.” (Tomé)

“Ô! Totalmente diferente, nossa. Tratado igual a um rei.” (Tomé)

“Bonitão, arrumadão, cheirosão, perfume de 500, perfume de 200. [...] hoje em dia não tenho condição pra isso, aí de repente acaba, igual o rico quando fica pobre, ele se mata, se mata. Igual o rapaz, matou a filha dele, matou a mulher dele, depois se matou, aí foi saber porque, por causa de condições financeiras, muita conta pra pagar. O rico ficou pobre, aí foi quando eu fui caindo de condição, vendi meu carro, perdi minha arma, perdi minha liberdade, as mulheres foi afastando. Fui ficando sozinho,

sozinho, sozinho.” (João)

Esse apagamento de trajetórias em prol do presente, bem como um não reconhecimento de um passado de vulnerabilidades, resulta em outra subcategoria, intitulada aqui como “trajetórias de vulnerabilidades”. Estas são, inclusive, os objetos principais de análise desse estudo. Entretanto, as vulnerabilidades aparecem difusas ou entrelinhas. A maioria diz que vida era boa antes de ida para as ruas. A trajetória vulnerável é mais visível quando apontam outras épocas em que estiveram na rua ou que familiares também já estiveram na mesma condição; na relação com tráfico em papéis menores; nos episódios de encarceramento; e nas relações de trabalho precárias, por exemplo. Porém, são pouco reconhecidas enquanto tais.

“É o que vier, é pau pra toda obra.” (Pedro, sobre profissão antes de morar na rua).

“Mas há quatro anos atrás eu tava na rua também. Fiquei seis meses quatro anos atrás.” (Marcos).

“Eu tive um problema lá em Volta Redonda que eu trabalhava lá na boquinha, como diz o outro lá, e dois caras tentaram estuprar minha irmã e um eu alejei, dei um tiro na espinha, e outro não sei o aconteceu, mas ele tomou dois tiros também. E por causa disso eu cheguei em Juiz de Fora.” (Tomé).

“Estudei até a sexta série. À base de porrada, né.” (Tiago).

Tiago e João tiveram ainda passagens no encarceramento, e um deles afirma: *“Eu algemado, além de ser algemado pra trás, tem um ferro que passa de fora a fora assim no banco de cimento, aí eles algema naquele banco de cimento e você fica ali, tem como nem levantar. Tem como só você mexer pra lá e pra cá, mas você não levanta dali. Ali eu dormi sentado assim, só não cai pra frente porque tava seguro aqueles trem, tendeu, algema não deixou. Meu pai falou “tem que ir preso mesmo, já bati muito*

nele pra ele não roubar, tá roubando” (João).

A fim de levar a uma reflexão de como essas trajetórias de vulnerabilidades estão ligadas a processos societários mais amplos, no último momento das entrevistas a ideia foi compreender como os participantes sentem o momento político e econômico do país e seus impactos em um momento de agudização dos discursos de crise e quais são suas posições perante a desigualdade, tão duramente explicitadas por sua condição. Quanto à posição perante a desigualdade, são ambíguos – muitas vezes não sabendo responder o que sentem sobre ela. O silêncio, nesses casos, já era uma grande resposta. Porém, de forma geral, tendem a ignorar a situação estrutural em prol do argumento meritocrático. Acreditam que a saída de atual situação depende de força de vontade e esforço pessoal. Logo, há a reprodução de ideologia liberal e individualizante:

“O que faz a crise somos nós mesmos. É a pessoa mesmo. Eu acho que o país em crise pode até tá, mas se você tiver vontade você consegue sair dessa.” (Mateus)

“Na hora que eu saí eu tive apoio, não tem que culpar ninguém, a culpa é minha e eu não tive força.” (Tiago).

“Hoje em dia a desigualdade social me abisma, mas nem tento, porque eu tenho força contra isso.” (Tiago).

Sobre o momento atual do país, não alheios a ele, dizem ainda:

“Tá piorando cada vez mais. Questão de emprego tá piorando cada vez mais.” (Pedro).

“O bicho tá pegando pra todo mundo, né? E só tá aumentando as coisas, água já vai aumentar que eu tô sabendo, luz vai aumentar também.” (Mateus).

“Um serviço que tinha muito aqui, você não vê serviço. É muita gente à toa.” (Tiago).

Nesse sentido, após as breves reflexões sobre a realidade social, surgem como resposta os sentimentos de revolta e resignação. Os dois sentimentos, porém, não

aparecem como necessariamente opostos, e sim complementares. A resignação aparece, muitas vezes, sobre o discurso da “dignidade” e “humildade”.

“Eu pediria desculpa, mesmo estando certo ou errado, pra não criar problema. E sair imediatamente do tumulto.” (Marcos, sobre reação em situação de estigma).

“Ai o que acontece, eu só queria ter um vidinha só melhor. Já tava bom demais. Que é uma vida digna” (Pedro).

“Ai a gente, pra não ficar mais feio na foto, a gente não faz nada.” (Tomé).

“Só falei com o irmão ‘desculpa qualquer coisa aí, brigado pela atenção’. E o cara tava falando, ‘morador de rua, usuário de crack’, eu sai andando, aquela dor sabe. E é desse jeito.” (João, sobre situação de discriminação).

A revolta com a desigualdade e a falta de dinheiro, por sua vez, leva à intensificação do uso de drogas, aparece como justificativa para pequenos delitos, a uma exacerbação da autocrítica e ao pensamento suicida, conduzindo a questão, mais uma vez, ao âmbito individual, e explicitando as implicações psicossociais da pobreza (Ximenes *et al*, 2015).

“Porque é claro que a gente não tem nada sofre perto do outro que tem, isso não tenho dúvida. Mas ai algumas pessoas conseguem assimilar isso ai um pouco, tem outras que vão fazer as coisas erradas mesmo, vai roubar mesmo.” (Tiago).

“Minha revolta é mais com as coisas. De não aceitar a situação que tá, já começo a ficar mais revoltado, né. Por querer mais droga [...] revoltado com a situação econômica que se encontra na rua. E com o que eu tô vivendo. É uma droga que te revolta você também, que te dá depressão e ansiedade, e você fica naquela autocrítica, tem gente que até suicida.” (Tiago).

“Gera um sentimento de revolta. Poxa, esse mundo não podia ser dividido assim. Tem muito dessas caras políticos assim, que rouba, rouba, rouba, e muito mesmo e tá sempre nadando no dinheiro e deixando o povo ai fodido ai, metendo esse negócio de

parquinho pra tudo o que é lado ai, cobrando um monte de imposto.” (Pedro).

Ironicamente, em seguida a essa temática, e como última pergunta da entrevista tínhamos: “qual é o seu sonho?”. Essa pergunta que gerava surpresa. Depois da análise, porém, resolvi chamar a categoria como “sonho (ou distopia)”. Os entrevistados possuem sonhos “simples”, que têm relação direta com valores e representações sociais. Outros, porém, afirmam não terem mais a capacidade de sonhar, sendo o pessimismo a chave de explicação. Esse pessimismo, porém, não indica somente a falta de capacidade individual de pensar em um futuro melhor, mas sobretudo um desencanto em relação às saídas coletivas e à política – *“Não tenho sonho. [...] Eu que quero assim, eu me desleixei, desgostei da vida” (Marcos).*

Os sonhos, mesmo que devam ser compreendidos a partir de uma realidade concreta opressora, merecem serem ouvidos:

“Ah, meu sonho é ter minha casinha própria, entendeu. Ter uma família de boa, uma esposa boa. Melhorar de vida. Ter uma vidinha boa, não precisa ser muito não. Só dando pra viver tá bom.” (Pedro).

“Não tem muita coisa não, quero só ter uma velhice tranquila. Minha juventude foi perdida, então eu queria aproveitar um pouco da velhice agora até eu poder descansar.” (Mateus).

“Ah, tenho que te falar que meu sonho é ter minha família junto comigo. Família em termos de minha mulher, minha filhinha... E, sei lá, eu acho que. Lá eu tenho casa, mas eu não posso voltar pra lá. Aqui eu tendo minha casinha, meu sonho no momento é ter uma casinha aconchegante, dando pra mim e pra minha família ficar tranquilo.” (Tomé).

“Antes de comprar uma casa pra mim, meu sonho mesmo é me libertar das drogas. Eu tenho certeza que uma hora eu vou. E vai ser melhor que uma casa, me libertar das drogas. Ai depois eu compro uma casa, porque não adianta eu ter uma

casa usando drogas, os amigos vão tudo fumar lá. Meu maior sonho da minha vida é me libertar das drogas.” (Tiago).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O horizonte é distópico

A complexidade da temática e das categorias analisadas, como mencionado desde a introdução, mobilizou temáticas diversas, que foram aqui conduzidas por uma reflexão sobre o conceito de pobreza e sobre as trajetórias de vulnerabilidades. É possível concluir, assim, que a população em situação de rua, enquanto fenômeno social oriundo da ordem social vigente, tem gênese histórica situada no início da industrialização e urbanização. Com a concentração de emprego e renda nas áreas centrais, o processo de urbanização se deu historicamente de forma catastrófica, dando margem a um exército de reserva, que hoje é tão grande, que nem mesmo possui funcionalidade ao capital, como possuiu outrora. Nele se localiza a população em situação de rua. Tal exército, exposto às formas mais precarizadas de trabalho, pouco produz e pouco consome - sendo a droga, muitas vezes, a única maneira de inserção no consumo que, por sua vez, aparece como única possibilidade de satisfação pessoal - e fica à mercê das novas formas de extermínio, que encontram nas forças policiais o aparato repressivo. Aliado à especulação imobiliária, que contribui na criação de territórios próprios para determinadas populações, surgem ainda territórios específicos para o tráfico e uso de drogas, cujo aumento indica também a deterioração da relação

capital x trabalho. Tais ações são legitimadas a partir dos discursos punitivistas, de “Guerra às Drogas” e de criminalização da pobreza. O estigma entra nessa perversa equação enquanto instrumento ideológico de dominação e perpetuação do status quo.

Reverberando tais inquietações teóricas, os resultados do trabalho de campo - aos quais darei ênfase aos resultados das entrevistas – indicam a tenuidade entre potencialidades e limitações, o que se expressa na multiplicidade das categorias encontradas. Estas, a fim de melhor compreensão, foram organizadas em seis famílias. A primeira desta, destinada às histórias de vida, mostra que os informantes possuem trajetórias de vida de vulnerabilidades, anteriores à ida para as ruas, o que indica que as condições de pobreza e de trabalho precarizado devem ser tomadas como chave para o entendimento dessas trajetórias e para a própria situação de rua. Entretanto, os entrevistados não reconhecem a representação social negativa anterior à rua e atribuem à droga a origem de todos os seus problemas, o que indica uma conformação ao discurso totalizante e ideológico, também visível na adesão às instituições família e igreja enquanto possibilidades únicas de mudança de vida. Os sonhos que possuem, dessa forma, estão de acordo com tais representações e valores, porém se apresentam de forma “humilde”, quase sempre expressas no diminutivo.

As causas para chegada às ruas são diversas, sendo comum a culpabilização dos conflitos familiares e dos problemas em relação ao uso de drogas e com o tráfico. Alguns indicam ainda uma suposta liberdade no cotidiano da rua, o que é facilmente refutado a partir dos registros das rotinas, que são pensadas em função das instituições que oferecem suporte à população em situação de rua. A relação com o dinheiro na rua é conturbada, por conta do uso de drogas, e o território também é pensado em relação a este uso. Nesse sentido, reconhecem o estigma atribuído ao local. Por outro lado, surpreendentemente, apesar de relatarem fatos – já imagináveis – negativos de estar na

rua, dizem que nela possuem acesso a serviços antes não viáveis, bem como fazem amizades. Esta última fala confirma as trajetórias de vulnerabilidade aos quais estão expostos.

O trabalho também aparece como categoria fundamental e valor central, aliado ainda ao consumo, e é visto ainda como forma primordial para saída das ruas. Este, porém, é o trabalho precarizado, o mesmo ao qual foram expostos durante toda a vida. Logo, há novamente uma reprodução dos discursos dominantes, inclusive ao não se reconhecerem enquanto trabalhadores, mesmo tendo jornadas pesadas no contexto da rua.

O estigma é expresso através de diversas situações de preconceito e humilhação sofridos. Por outro lado, há a reprodução e a complacência com a discriminação que sofrem, visível na atitude de diferenciação de si com os demais moradores de rua – sobretudo com os ditos “cracudos”. Como forma de evitação ao estigma, dessa forma, a tentativa de diferenciação com os demais, como estratégia de “não parecer” morador de rua. Embora a revolta apareça nas falas – sobretudo voltadas à violência policial, a passividade e a culpabilização de si pelo problema aparecem como principais reações e sentimentos em relação ao estigma.

A partir disto, é fundamental o questionamento sobre como tais processos de estigmatização impactam a vida de tais sujeitos que são moradores de rua e usuários de drogas, bem como as estratégias utilizadas por eles para enfrentarem tais situações. Dessa forma, a partir da compreensão de tal realidade, é possível a construção coletiva de práticas e políticas que contribuam para a potencialização destes sujeitos reorientando, portanto, práticas sociais e políticas de governo ocupadas com esta temática.

O uso de drogas teve seu início, de forma unânime, anterior à ida para as ruas, embora os sentidos atuais para o uso sejam diferentes e inerentes a um ciclo vicioso.

Quanto ao uso, todos os tipos de drogas são citados, porém algumas têm efeitos minimizados, enquanto o crack é tido como grande vilão, reverberando as opiniões midiáticas e das próprias políticas públicas acerca desta droga. Na rua, o controle do uso é mediado pela reação pública ao uso, sendo que todos os entrevistados usam drogas escondidos para evitar o estigma. Todos já passaram por Comunidades Terapêuticas e, mesmo traçando críticas a elas, acabam por reproduzir seu modelo quando posteriormente questionado sobre sugestões ao tratamento, o que talvez se deva à quase nula relação com os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial. Quanto à avaliação dos serviços, são oscilantes, porém se reconhecem enquanto dependentes deles.

Por isso, aos impactos da situação política e econômica atual do país, em um primeiro momento, são atribuídos pouco sentidos. Porém, pela própria condição de precariado, essa população é a que mais sente os períodos ditos de crise, inclusive com o aumento de seu contingente. Dessa forma, de maneira geral, os sentimentos de resignação e de revolta aparecem como tênues, e há a reprodução de discursos moralizantes, de valores liberais e individualistas, com ênfase no argumento meritocrático em prol de um debate estruturante. É importante ressaltar, porém, que a indicação da conformação a um discurso ideológico e alienador desses grupos, em primeiro lugar, não nos livra das alienações as quais todos estamos expostos, nem tampouco deve soar como crítica rasa a tal população. Tal constatação evidencia que os discursos ideológicos são ainda mais perversos para essa população e os conduz ao imobilismo e/ou a uma revolta – justificadamente violenta – que, a partir dos discursos que eles mesmos reproduzem, os criminaliza e os pune. Ou seja, há um circuito perverso nessas reproduções ideológicas.

Porém, mais do que conclusões, o trabalho abre debates e, ao verificar oprimidos com discurso de opressores, evidencia questões sobre limites societários, que, por sua

vez, impõe mudanças macroestruturais. A emergência de temáticas como trabalho e consumo, dessa forma, indica não somente uma transfiguração da crise do capital, mas as contradições inerentes ao próprio sistema. Assim, antes de tudo, cabe-nos compreender que “o desafio reside em construir um novo homem em uma sociedade nova” (Martin-Baró, 2017a, p. 268).

Por outro lado, é inegável que a emergência de demandas imediatas - mesmo que estas não possam ser compreendidas sem uma ampla análise contextual – exigem debates pragmáticos. Nesse sentido, torna-se fundamental debater sobre as políticas públicas e sociais. Primeiramente, é evidente a necessidade de articulação entre os dispositivos próprios para população em situação de rua e os demais da rede de saúde, assistência social e saúde mental. Também aqui, os desafios próprios das políticas públicas se fazem presentes: visões individualistas, poucos recursos e estrutura e, acima de tudo, concepções estigmatizantes e não emancipatórias. No caso da população em situação de rua, ainda, há uma barreira de acesso aos serviços, visto que estes são conformados nos moldes normativos de moradia, consumo, família, entre outras categorias, que não correspondem à realidade concretas destes sujeitos. Por isso, a reestruturação dos serviços e também as capacitações com os profissionais que atuam na linha de frente com a população se fazem fundamentais. Pesquisas longitudinais acerca dessa população e das políticas a ela voltadas, bem como agregar as visões dos usuários, por meio de metodologias participativas, como brevemente foi tentado nessa dissertação, também são possibilidades de aperfeiçoamento.

Pensando em relação às políticas sobre drogas e saúde mental no Brasil, sobretudo, vale ressaltar que o reconhecimento de seus limites, não as deslegitimam. Esta afirmação se faz particularmente importante neste momento, em que desmantelamentos na política de saúde mental estão colocados em pauta em modelos

antagônicos ao preconizado pela Reforma Psiquiátrica. Mesmo sabendo que decretos e leis, por si só, não mudam a realidade, não é possível permitir que forças conservadoras retrocedam com o pouco já conquistado. O cenário atual de desmonte das políticas públicas e de golpe se acentuaram durante toda a escrita desta dissertação, acarretando, sobretudo, no aumento da pobreza e da população em situação de rua (fato nítido na realidade local). Tais retrocessos, mais do que nos deixar alertas, têm o papel de nos mostrar que a realidade não é natural ou apática, e que demanda luta e resistências. Ainda nesse quesito, um combate a “guerra às drogas” também é horizonte fundamental.

Ainda assim, é preciso ressaltar, a natureza limitada de tais políticas, que, como braço do capital, e agindo aos seus moldes, não são capazes de superarem as questões estruturais anteriormente sinalizadas. Isso porque, a materialização das políticas sociais não soluciona problemas, e sim é produto deles. Por isso, devem ser encaradas enquanto meio para construção de lutas mais amplas e não como fim em si mesmas. Nesse sentido, o fortalecimento de saídas coletivas via, por exemplo, movimentos sociais, também se faz importante, visto que a desmobilização social conduz ao desmantelamento das próprias políticas. Além disso, conforme aponta Martin-Baró (2017b), é importante que se mude as relações das pessoas com o seu mundo como forma de transformações pessoais e sociais.

Para finalizar de fato, cabe uma breve reflexão sobre meu papel enquanto pesquisadora em um campo tão delicado. As indagações se fizeram presentes a todo momento, mas não me livraram da sensação de que, mesmo exposta, eu estava protegida - como quase sempre está a classe média. Prevalece, ainda, uma ambivalência: a sensação de ser bem quista é concomitante ao sentimento de que tudo permanece igual ou pior. Profissionais afirmam aumento da população em situação de

rua e também da violência policial. Aqueles que aguardavam por documentos e benefícios ainda esperam e alguns planos futuros foram diluídos com a concretude do presente. A droga parece o único alívio e escapatória à “situação ruim de emprego” ou de outros momentos difíceis.

Saio desse convívio de forma mais compreensiva e também afetuosa – o afeto, aliás, se mostrou como um principal aliado e, não sem dificuldade, saio sem me deixar levar por um assistencialismo piedoso. Aos observadores de fora, permeados pelo “espírito cristão”, saio com a simpatia de quem realizou um grande feito humanitário. Talvez ainda mais “cristã”, em seu sentido autêntico, seja minha conclusão de a luta é diária, pequena, mas é sim revolucionária. Agora me vejo diante a problemas éticos e políticos do pesquisador e tento buscar sentido de tudo o que lhes “arranquei”, com o medo de que não consiga os transmitir e empobreça esse rico material. Termino, assim, com a importante reflexão de Zaluar (2000):

Penso sobre eles em seu lugar. Um privilégio, sem dúvida, que faz parte desse produto. A prerrogativa de estar afastada da produção material de bens, que eles executam por mim, é afinal o que me possibilita a conquista de títulos e horarias. Espero que, ao menos, esta tese influa nas políticas públicas a eles destinadas. (Zaluar, 2000, p. 32).

REFERÊNCIAS

- Accorsi, A. & Scarparo, H. (2016). Representações sociais da pobreza. In V. Ximenes, B. Nepomuceno, E. Cidade & J. Moura Jr. (orgs.). *Implicações Psicossociais da pobreza – diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Accorsi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.
- Adorno, R. (2015). A produção das cracolândias: razões de mercado, pânico moral e elogio da violência do Estado – a epidemia de uma miséria política brasileira. In O. Fernandez, M. Andrade e A. Nery (org.). *Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos*. Brasília: ABRAMD.
- Adorno, R., Rui, T., Silva, S., Malvasi, P., Vasconcellos, M., Ramos, B., & Godoi, T. (2013). Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde & Transformação Social . Health & Social Change*, v. 4, n, 2, 4-13
- Alcantara, S., Abreu, D., & Farias, A. (2015). Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, v. 24, n 1, 129-143.
- Alvarado, R., Guerra, A., & Mejia, M. (2013). Las adolescentes de la calle y su percepción de la sociedade. *Enfermería Global*, v. 12, 371-380.
- Antunes, R. (2000). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In P. Gentili & G. Frigotto (orgs.). *A cidadania negada*. Buenos Aires: CLACSO.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). Perfil da cidade de Juiz de Fora. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/juiz-de-fora_mg#idh>. Acesso em 20 de agosto de 2017.
- Bastos, F. & Bertoni, N. (orgs.) (2014). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ.
- Bertini, F. M. A. (2014). Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. spe. 2), 60-69.
- Bobbio, N. (1994). *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Boiteux, L. & Pádua, J. (2012). La desproporción de la Ley de Drogas: los costes humanos y económicos de la actual política en Brasil. In C. Correa (org.). *Justicia desmedida: Proporcionalidad y delitos de drogas en America Latina*. 1ed. Ciudad de Mexico: Fontamara, p. 71-101.
- Botti, N. *et al.* (2009). Condições de saúde da população de rua de cidade de Belo Horizonte. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 1, n. 2.
- Brasil (2009). Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. *Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua*.

- Brasil (2009b). *Portaria GM/ MS nº 1.190*, de 4 de junho de 2009.
- Brasil (2010). Ministério da Saúde. *Material de trabalho para a II Oficina Nacional de Consultórios de Rua do SUS*. Ministério da Saúde/EPJN-FIOCRUZ: Brasília, DF.
- Brasil (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Primeiro Censo e Pesquisa nacional sobre população de rua*. Brasília, DF.
- Brasil (2012b). Ministério da Saúde. *Manual sobre o cuidado de saúde junto a População em Situação de Rua*. Normas e manuais técnicos. Brasília.
- Brasil (2014). *Portaria nº 1.029/GM/MS*, de 20 de maio de 2014.
- Brasil, C. & Filho, A. (2012). *O Rio Paraibuna e a ocupação do tecido urbano em Juiz de Fora/MG*. In Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: XIV ENTAC, p. 1688 a 1696.
- Cerqueira, A. (2011). *Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais*. Trabalho de conclusão de curso (Departamento de Serviço Social). Universidade de Brasília.
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(2), pp. 221-236.
- Chizzotti, A. (2013). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Cidade, E., Moura Jr, J. & Ximenes, V. (2016). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. In V. Ximenes, B. Nepomuceno, E. Cidade & J. Moura Jr. (orgs.). *Implicações Psicossociais da pobreza – diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Comim, F. V., Porto Jr., S., Moura Jr., J. & Bagolin, I. (2016). Sem pobreza, mas com “fomes”: visões econômicas e fisiológicas. In V. Ximenes, B. Nepomuceno, E. Cidade & J. Moura Jr. (orgs.). *Implicações Psicossociais da pobreza – diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Conselho Regional de Psicologia, CRP (2015). *A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios*. Belo Horizonte: CRP/MG.
- Constant, Benjamin. (2015). *A liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. São Paulo: Editora Atlas.
- Decreto nº 7.426. (2010). Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Diário Oficial da República do Brasil.
- DeSouza, E., Baldwin, J. R. & Rosa, F. H. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. In.: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13. Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Direito Direito. (2012). *O Brasil atrás das grades*. Disponível em <<http://www.direitodireto.com/priso-es-infografico-brasil/>>. Acesso em 15 junho 2017.

- Dornelles, J. (2003). *Conflito e Segurança: entre pombos e falcões*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.
- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Faulhaber, L. (2012). *Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI*. Trabalho final de graduação (Graduação de arquitetura e urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Faulhaber, L. & Nacif, C. (2013). Rio Maravilha: desapropriações, remoções e reforço do padrão de organização espacial centro-periferia. In Encontros Nacionais da ANPUR, Recife. *Anais...* Recife: ANPUR, p. 1 a 17.
- Ferraz, S., Benayon, J., Acioly, L., Rosadas, L. & Mendonça, P. (2016). Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana. *Movimento: revista de educação*. Ano 2, nº 3.
- Fontanella, B., Ricas, J. & Turato, E. (2008). Amostra por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(1):17-27.
- Fossi, L. & Guareschi, N. (2015). O modelo de tratamento nas comunidades terapêuticas: práticas profissionais na conformação dos sujeitos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 15: p.94-115.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Frúgoli Jr., H. & Sklair, J. (2009). O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 30, pp. 119–136.
- Giraldo, A., Forero, C., Hurtado, M., Ochoa, J., Suárez, L., & Valencia, A. (2008). Un viaje que puede controlarse: consumo de drogas en niños en situación de calle. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, vol. 26, 11-17.
- Goffman, E. (1988). *Estigma - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Goffman, E. (1996). *Manicômios, prisões e conventos*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Goldman, M. (2003). Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, 46(2), 423-444.
- Gomes, R. (2008). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. Minayo (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 27º ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Guzzo, R. (2016). A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In V. Ximenes, B. Nepomuceno, E. Cidade & J. Moura Jr. (orgs.). *Implicações Psicossociais da pobreza – diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Guzzo, R. & Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, vol. 41, n.º. 2, pp. 231-240.

Haquette, T.M.F. (2013). *Metodologias qualitativas na sociologia*. 14ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes – do direito à cidade à Revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

Houle, G. (2008). A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica. In J. Poupard et. al. (orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Editora Vozes.

IBGE (2003). *Mapa da pobreza e desigualdade – municípios brasileiros*. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=313670&idtema=19&search=minas-gerais|juiz-de-fora|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>> Acesso em 26 de agosto de 2017.

IBGE (2010). *Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=313670&idtema=87&search=minas-gerais|juiz-de-fora|censo-demografico-2010:-resultados-gerais-da-amostra.->>> Acesso em 26 de agosto de 2017.

IBGE (2016). *Estimativas de população para 1º de julho de 2016*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm> . Acesso em 26 de agosto de 2017.

Infopen (2015). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília: Ministério da Justiça.

Karam, M. (1996). A Esquerda Punitiva. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade/ Instituto Carioca de Criminologia*, v. 1, n. 1, p. 79-92. Imprensa: Rio de Janeiro.

Lukács, G. (2010). Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In K. Marx & F. Engels. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular.

Matias, H.. (2013). Sedução e descaminho: narrativas e identidades de jovens em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 543-551.

Martin-Baró, I. (2017a). Guerra e saúde mental. In I. Martin Baró; organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. *Crítica e Libertação na Psicologia*. Petrópolis: Vozes.

Martin-Baró, I. (2017b). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In I. Martin Baró; organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. *Crítica e Libertação na Psicologia*. Petrópolis: Vozes.

Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

- Martini, M. (2007) A seletividade punitiva como instrumento de controle das classes perigosas. *MPMJ Jurídico*, ano 3, n. 11.
- Martins, J. (2003). *Sociedade vista do abismo – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Marx, K. (1983). *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1. São Paulo: Abril Cultural.
- Mayora, M. (2016). O Crack e a Rua. In J. Souza (org.) *Crack e exclusão social*. (pp. 137-162). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas.
- Minayo, M. (org.) (1993). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 270-287.
- Morales, L. A. (2012). Uma análise sobre o consumo atual de drogas. *Aurora*, v.5, Marília, SP.
- Moura, J., Ximenes, V. & Sarriera, J. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85- 93.
- Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, vol. 22, pp. 18-28.
- Mota, D. & Ronzani, T. (2014) Implementação de Políticas Públicas Brasileiras para Usuários de Álcool e Outras Drogas. In T. Ronzani (org.). *Ações Integradas Sobre Drogas: Abordagens e Políticas Públicas*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Natalino, M. (2016). Estimativa da População em situação de rua no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA.
- Netto, José Paulo. (2011). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8°. São Paulo: Ed. Cortez.
- Nogueira, M., Barros, V., Araujo, A. & Pimenta, D. (2017). O método da história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. 12 (2), São João del Rei.
- Oliveira, A. (1998). O problema da liberdade no pensamento de Karl Marx. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 16, n. 29, p.175 – 195.
- Oliveira, L. & Guzzo, R. (2014). Vida e obra de Martín-Baró e o paradigma da libertação. *Revista Latino Americana de Psicologia Social Ignacio Martín Baró*, 3(1), 205-230.
- Oliveira, R. (2010). A concepção de trabalho na Filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. In.: *Kínesis*, Vol. II, nº 03, p. 72 – 88.

ONU-HABITAT (2012). *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012 – Rumo a uma nueva transición urbana*. Recife: ONU.

Parker, R., & Aggleton, P. (2001). *Estigma, Discriminação e Aids*. Rio de Janeiro: Lidador.

Passos, E. H. & Souza, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*; 23 (1): 154-162.

Paugam, S. (1999). O enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais – Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.

Pilati, R. (2011). *Direito Penal do Inimigo e Política Criminal de Drogas no Brasil: Discussão de Modelos Alternativos*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.

Prefeitura de Juiz de Fora (2016). Secretaria de Desenvolvimento Social. *Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MG.

Raupp, L. & Adorno, R. (2011). Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, (4): 52-67.

Raupp, L. & Adorno, R. (2011b). Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 16, pp. 2613-2622. Rio de Janeiro: ABRASCO.

Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV.

Ronzani, T., & Furtado, E. (2010). Estigma social sobre o uso de álcool. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 59(4), 326-332.

Rui, T. (2013). Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. *Contemporânea*, v. 3, n. 2 p. 287-310.

Rui, T. (2014). Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde Soc. São Paulo*, v.23, n.1, p.91-104.

Rui, T. (2006). “Só se vive uma vez”: uma reflexão acerca de distintas concepções e práticas do uso de “drogas”. *Revista Mediações (Dossiê Antropologia da Saúde)*. Vol.11, n.2.

Rui, T., Frúgoli Jr, H., Feltran, G. & Fromm, D. (2014). ‘Braços Abertos’ e ‘Sufoco’: sobre a situação na ‘Cracolândia’. Carta Maior. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/DireitosHumanos/Braços-Abertos-e-Sufoco-sobre-a-situacao-na-Cracolandia-/5/30235>>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

- Rui, T., Fiori, M. & Tófoli, L.. (2016). *Pesquisa preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”*. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo.
- Santana, C. (2014). Consultórios de rua ou na rua? Reflexões sobre políticas de abordagem à saúde da população de rua. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 30(8):1798-1800.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 364-372.
- Sawaia, B. (1999a). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Sawaia, B. (1999b). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Silva, A. L. (2005). Entrevista em Profundidade como Técnica de Pesquisa Qualitativa em Saúde Coletiva. *Saúde Coletiva*, vol. 2. São Paulo: Editora Bolina.
- Silva, M. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade de Brasília.
- Silva, J. (2012). *População em situação de rua: uma análise da implementação da política nacional de assistência social no âmbito do centro pop – Natal/RN*. Trabalho de conclusão de curso (Departamento de Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Smith, N. (2007). Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N° 21, pp. 15 – 31.
- Soares, L.T. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Souza, L. (2016). *A produção desigual do espaço urbano de Juiz de Fora: a ocupação Vila Barroso*. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de pós graduação em Geografia.
- Sudbrack, U. (2004). O extermínio de meninos de rua no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1): 22-30.
- Teixeira, I. (2012). Política de drogas no Brasil e o papel do Estado liberal: Luta de Classes, Ideologia e Repressão. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v.1, n.1.
- Tolfo, S. & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. In.: *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 38-46.
- Valladares, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n° 63.

- Varanda, W. & Adorno, R.. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13(1), 56-69.
- Véras, M. (1999). Exclusão social – um problema de 500 anos. In B. Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Ximenes, V., Silva, L., Cidade, E., Camurça, C. & Alencar, A. (2015). Pobreza e suas implicações sociais. *Coleção Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*, 149-176. ABRAPSO.
- Wacquant, L. (2006). A territorialização do territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia: problemas e práticas*. Lisboa, 16: 27-39.
- Wacquant, L. (2001). *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Wacquant, L. (2008). O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Revista Novos Estudos*, n. 80, 9-19.
- Wacquant, L. (2001b). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan.
- Wacquant, L. (2003). *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.
- Wanderley, M. (1999). Refletindo sobre o conceito de exclusão. In B. Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Zaffaroni, E. (2001). *Em busca das penas perdidas: A perda da legitimidade do sistema penal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan.
- Zaluar, A. (2000). *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- Zaluar, A. (2009). Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*, 15(2), 557-584.

ANEXO A – Roteiro de Entrevista

História de vida e situação de rua

- Gostaria que você me falasse um pouco sobre sua história até chegar na rua - como veio morar na rua.
- Fale um pouco sobre como você se sente nas ruas.
- Como é seu dia a dia?
- Você circula pela cidade?
- Onde se sente mais à vontade?
- Existem lugares que você não vai? Por quê?

Estigma

- O que você acha que os outros pensam sobre as pessoas que moram na rua? (Coisas que tenha ouvido ou que você acha que pensam).
- Você ou outras pessoas que vivem aqui já sofreram algum tipo de violência física ou verbal (por exemplo, foi xingado, expulso, ameaçado) por serem moradores de rua? Conte como foi.
- Nessa situação (em que você ou outra pessoa tenha sido mal tratada por viver na rua) como você (ou a outra pessoa) se sentiu?/ Qual é sua reação nesses casos?
- Por que você acha que são tratados dessa maneira?
- E antes de estar na rua, como você era visto?/ Você acha que era diferente antes de você morar na rua?
- Em sua opinião, o que as pessoas pensam sobre esta região (com instituições de apoio ao morador de rua)?
- O que acha das instituições e serviços voltados para a população em situação de rua, como o Albergue, Centro Pop e Consultório de Rua, por exemplo?

Drogas

- Como ocorreu seu contato com as drogas?

- Como acontece o uso de drogas na rua?
- Qual é a importância do uso de álcool e outras drogas para você? /Qual é a razão do uso? /E para as outras pessoas que vivem aqui?
- Frequenta ou frequentou local de tratamento para uso de drogas? /Já foi internado?

Questões contextuais e projetivas

- O que acha da atual situação econômica do Brasil e de JF? Isso te afeta?
- O que pensa sobre a desigualdade (de renda, no tratamento...) entre as pessoas?
- Qual é o seu sonho?
- Se você pudesse pensar em alguma ação/política pública para a população em situação de rua, qual seria?/ E para usuários de drogas?

ANEXO B – Tabela de categorias

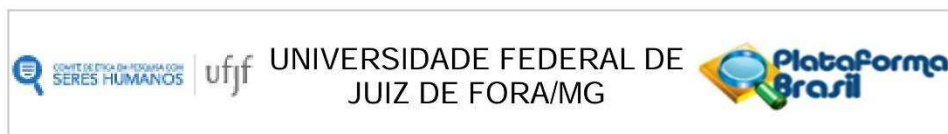
Categorias	Breve interpretação
História de vida	
Trajetórias de vulnerabilidades	Difusas ou entrelinhas. A maioria diz que vida era boa antes de ida para as ruas.
Droga como elemento fundamental na história de vida	Quando questionados sobre história de vida, todos iniciam falando do consumo de drogas. Apagamento do passado.
Representação social antes da ida para às ruas	Todos dizem que eram aceitos sem restrições graças ao acesso, mesmo que restrito, aos bens de consumo, crédito, endereço fixo, documentos.
Relacionamentos familiares e amorosos	Aparecem como causa de ida para às ruas e uso de droga, bem como fortalecedores fundamentais.
Discurso religioso/espiritualista	Muitas vezes aparece como legitimador da resignação.
Sonho	Ou distopia. Tem relação direta com valores, representações, reproduções de discursos e temporalidade.
Situação de rua	
Como chegou à situação de rua	-
Cotidiano e temporalidade na rua	É pensado a partir da rotina de uso de drogas ou do trabalho ou da alimentação e serviços institucionais - falsa noção de liberdade.
Relação com dinheiro na rua	Alguns relatam que não é preciso dinheiro, visto que frequentam instituições. Comum relato de que, se tiver dinheiro, usa tudo em drogas.
Percepção sobre estar na rua	Lado “bom e ruim” de estar na rua.

Relação com território e cidade	Percepção sobre o território das instituições.
Trabalho	
Trabalho (e consumo) como valor central	Proporciona acesso a bens de consumo, estabilidade e masculinidade.
Naturalização do trabalho precarizado	Reproduzem lógica deste trabalho como solução para saída da rua, mesmo tendo vivenciado isso por toda a vida (e ainda vivenciarem). Afasta ideia de “exclusão”, pois esse tipo de trabalho precarizado é condição intrínseca ao capitalismo.
Não reconhecimento de si como trabalhador	Pela falta do vínculo legal e estabilidade.
Estigma	
Situações de discriminação, preconceito, humilhação e violência	-
Estratégias de evitação às situações estigmatizantes	Procuraram se distinguir do estereótipo de morador de rua para evitar preconceito.
Reprodução do discurso estigmatizante	Há complacência à discriminação, ainda que de forma controversa.
Elementos de distinção de si com os demais moradores de rua	Tratamento de parcela da PSR como outro – ou “eles”- pois não se reconhecem enquanto tal.
Sentimento em relação ao estigma	Culpabilização de si pelo problema.
Reação em relação ao estigma	Passividade, de forma geral.
Estigmatização do território	-
Uso de droga	
Início do uso e suas razões	Todos iniciaram o uso antes de irem para a rua.

Razão atual para o uso e suas consequências	Não há prazer no uso, que se torna automatizado. Ciclo vicioso.
Tipos de drogas usadas e classificações dadas a elas	Algumas têm efeitos minimizados e crack é tomada como grande vilão.
Possibilidades de conter o uso	Oscilam entre falta de oportunidade/acesso ao serviço X vontade individual.
Tipos de tratamento já feitos	Todos já passaram por internação.
Administração e rotina do uso na rua	Uso exposto aumenta estigma: clara distinção com quem fica na porta do albergue e medo de ser exposto na mídia, por exemplo.
Relação com o tráfico e criminalidade	Anterior ou posterior à ida para a rua.
Relação com políticas públicas e instituições	
Violência policial e institucional	-
Percepções sobre as políticas públicas voltadas para PSR	Oscilante. As propostas de melhoria sempre desembocam na oferta de emprego.
Envolvimento com equipamentos da RAPS	Quase nula. Apenas um frequenta CAPS esporadicamente.
Questões gerais/econômicas/políticas	
Reprodução de ideologia liberal e individualizante	Posição perante desigualdade – são ambíguos. Porém, tendem a ignorarem a situação estrutural em prol do argumento meritocrático.
Sentimento de revolta	Revolta com a desigualdade e falta de dinheiro leva à intensificação do uso e também a pequenos delitos, autocrítica e pensamento suicida. Os dois sentimentos, porém, não aparecem como necessariamente opostos, e sim complementares, às vezes, em uma mesma fala. A resignação aparece, muitas vezes, sobre o discurso da “dignidade”.
Sentimento de resignação	

Reprodução de discursos moralizantes	Divisão clara entre pessoas boas e ruins.
Impactos da situação política e econômica do país	Trabalhadores precarizados são os que mais sentem o momento. Relatam aumento da PSR no período.

ANEXO C – Parecer de aceitação do Comitê de Ética e Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estigma, pobreza e uso de drogas: um estudo sobre trajetórias de sujeitos em situação de rua.

Pesquisador: Kíssila Teixeira Mendes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56061216.5.0000.5147

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Psicologia (UFJF)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.661.482

Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto esta clara, detalhada de forma objetiva, descreve as bases científicas que justificam o estudo, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, item III.

Objetivo da Pesquisa:

O Objetivo da pesquisa está bem delineado, apresenta clareza e compatibilidade com a proposta, tendo adequação da metodologia aos objetivos pretendido, de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013, item 3.4.1 - 4.

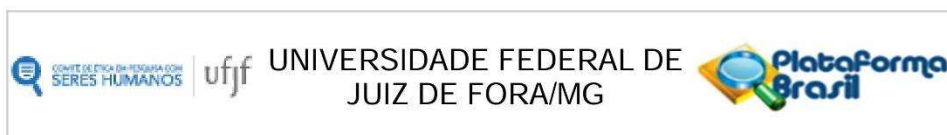
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo e estão adequadamente descritos, considerando que os indivíduos não sofrerão qualquer dano ou sofrerão prejuízo pela participação ou pela negação de participação na pesquisa e benefícios esperados. A avaliação dos Riscos e Benefícios estão de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, itens III; III.2 e V.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 1.661.482

éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional N° 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, ressarcimento com as despesas, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPes. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

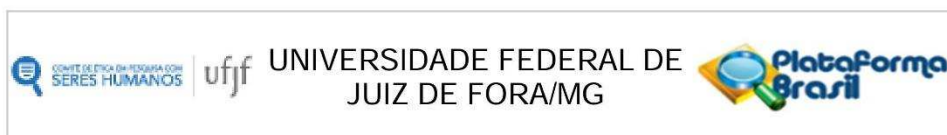
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional N° 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: 31/03/2017.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional N°001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 1.661.482

informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_673504.pdf	14/07/2016 22:53:17		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Estigma_pobreza_e_uso_de_drogas.doc	14/07/2016 22:52:39	Kíssila Teixeira Mendes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	14/07/2016 22:51:36	Kíssila Teixeira Mendes	Aceito
Outros	lattes_kissila.pdf	12/05/2016 17:38:49	Kíssila Teixeira Mendes	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.docx	12/05/2016 17:26:16	Kíssila Teixeira Mendes	Aceito
Outros	lattes_telmo.pdf	11/05/2016 13:48:13	Kíssila Teixeira Mendes	Aceito
Outros	lattes_fernando.pdf	11/05/2016 13:45:44	Kíssila Teixeira Mendes	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.docx	11/05/2016 11:21:17	Kíssila Teixeira Mendes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 03 de Agosto de 2016

Assinado por:
Vânia Lúcia Silva
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br